



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO
MESTRADO EM TURISMO**

LOREN CAROLINE FERREIRA DINELLI

**TURISMO DE PESCA ESPORTIVA NO BAIXO RIO BRANCO-RR E A MANDALA ODS:
DESAFIOS LOCAIS PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS SOCIAIS DA AGENDA 2030**

**NATAL - RN
2023**

LOREN CAROLINE FERREIRA DINELLI

**TURISMO DE PESCA ESPORTIVA NO BAIXO RIO BRANCO-RR E A MANDALA ODS:
DESAFIOS LOCAIS PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS SOCIAIS DA AGENDA 2030**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Turismo, na linha de pesquisa Turismo e Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof^a. Dra. Kerlei Eniele Sonaglio

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas – CCSA

Dinelli, Loren Caroline Ferreira.

Turismo de pesca esportiva no Baixo Rio Branco-RR e a Mandala ODS: desafios locais para o alcance dos objetivos sociais da agenda 2030 / Loren Caroline Ferreira Dinelli. - Natal, 2023.

133f.: il.

Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Turismo. Natal, RN, 2023.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Kerlei Eniele Sonaglio.

1. Turismo de pesca esportiva - Dissertação. 2. Baixo Rio Branco - Dissertação. 3. Mandala ODS - Dissertação. 4. Desenvolvimento sustentável - Dissertação. 5. Agenda 2030 - Dissertação. I. Sonaglio, Kerlei Eniele. II. Título.

RN/UF/Biblioteca CCSA

CDU 338.48-61:639.3

Loren Caroline Ferreira Dinelli

**TURISMO DE PESCA ESPORTIVA NO BAIXO RIO BRANCO-RR E A MANDALA ODS:
DESAFIOS LOCAIS PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS SOCIAIS DA AGENDA 2030**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Turismo, na linha de pesquisa Turismo e Desenvolvimento Regional.

Natal, 11 de agosto de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dra. Kerlei Eniele Sonaglio
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Orientadora e Presidente da Banca Examinadora

Prof^ª. Dra. Andrea Virgínia Sousa Dantas
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Membro Interno

Prof. Dr. Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Membro Interno

Prof^ª. Dra. Susy Rodrigues Simonetti
Universidade do Estado do Amazonas - UEA
Membro Externo

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo privilégio de nascer e crescer em contato direto com a biodiversidade da Amazônia Brasileira, desfrutando de todos os seus sons, sabores, paisagens, aromas, texturas e conhecimentos ancestrais.

Agradeço à minha amada família, por ser inteiramente responsável por todas as minhas melhores referências, por todo o amor que trago comigo, bem como pelo desejo de ser alguém melhor diariamente.

Hane e Fran, minhas irmãs de coração, obrigada por serem também minha família, meu amparo, minha força, e a maior torcida que eu poderia ter nesses momentos de construção de conhecimento e de desenvolvimento pessoal.

Agradeço, de coração, ao incentivo de Wallace e Paula Porto. Obrigada pela compreensão, pelas inúmeras e inestimáveis oportunidades de crescimento acadêmico e profissional, pela confiança, pelo apoio e pela valiosa amizade.

À querida Prof^a. Elizabete Nogueira, que consiste, para mim, na maior referência acadêmico-científica sobre a temática de Pesca Esportiva em Roraima, e que, com generosidade e afeto, me acolhe desde a graduação.

Agradeço imensamente à Prof^a. Kerlei Sonaglio, minha orientadora, pela confiança depositada em minha pesquisa, pela disponibilidade, por compreender as adversidades que tornaram o processo de escrita mais duradouro, pelos cirúrgicos e imprescindíveis encaminhamentos dados no decorrer das orientações, e por me inspirar a percorrer esse caminho de forma mais resiliente.

Registro, ainda, a minha mais profunda gratidão aos moradores da comunidade ribeirinha de Santa Maria do Boiaçu, que tão bem me acolheram na ocasião da coleta de dados, bem como aos gestores e empresários que contribuíram, direta ou indiretamente, com a pesquisa e, conseqüentemente, com o conhecimento acadêmico-científico acerca da atividade turística ofertada no Baixo Rio Branco.

Agradeço, por fim, ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGTUR/UFRN; aos demais amigos que comigo estiveram durante todo o processo; aos companheiros de sala de aula, aqui representados por Ana Raquel Amorim e Janete Chaves – que foram minha rede de apoio; e aos admiráveis professores que compartilharam muito de seu vasto conhecimento conosco, devoto também a minha mais sincera gratidão e o profundo desejo de que nos reencontremos em breve em gratificantes caminhos como este.

*Aprendi olhar o rio
com olhar de pescador
porque a vida vem da água
aprendi olhar o rio com amor [...]
(Eliakin Rufino)*

RESUMO

O Baixo Rio Branco, localizado entre os municípios de Caracaraí e Rorainópolis, na região centro-sul do estado de Roraima, Brasil, tem se destacado pela oferta do segmento de Turismo de Pesca Esportiva, em razão da diversidade contida em seus ecossistemas, que propicia a ocorrência de variadas espécies de peixes. A literatura aponta, contudo, que o uso dos recursos hídricos e pesqueiros pela atividade turística incide no grau de conservação dos ambientes naturais e no modo de vida das comunidades ribeirinhas que vivem na região, acarretando em conflitos sociais que suscitam a necessidade de refletir sobre o desenvolvimento do turismo em bases mais responsáveis, a fim de encontrar meios para mitigar possíveis ações danosas do fenômeno turístico sobre o ambiente em que ele se insere, bem como as interferências desses conflitos sobre a atividade turística. Para tratar dos aspectos que podem e devem permear a atividade de Turismo de Pesca Esportiva nesse contexto amazônico, elegeu-se nesse estudo o uso do paradigma da sustentabilidade como caminho viável para o desenvolvimento regional responsável. Para isso, tomou-se como base a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, da Organização das Nações Unidas - ONU, por meio do instrumento Mandala ODS, da Confederação Nacional de Municípios - CNM, que dispõe de metodologia aplicável em esfera local e abrange dados socioeconômicos e ambientais dos municípios contemplados pela pesquisa. Assim, a pesquisa exploratório-descritiva realizada, que consiste em um estudo de caso, teve como objetivo principal analisar quais os desafios para que o Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco-RR contribua para o alcance dos ODS sociais da Agenda 2030, a partir da Mandala ODS. Como procedimentos metodológicos, a pesquisa aplicada fez uso da abordagem qualitativa e das pesquisas bibliográfica, documental e eletrônica, sob a ótica fenomenológica, além de contar com a contribuição de atores sociais diretamente envolvidos nos processos de planejamento, gestão e/ou uso dos recursos naturais locais utilizados pelo segmento turístico, por meio da aplicação de questionários, cujos principais resultados permitiram perceber que, embora para os *stakeholders* o Turismo de Pesca Esportiva apresente bons prospectos de sustentabilidade, e que a percepção comunitária indique proximidade com os objetivos sociais da Mandala ODS, é urgente e necessário que políticas públicas eficazes sejam implementadas, a fim de propiciar que o turismo contribua efetivamente para o alcance dos ODS sociais da Agenda 2030 no Baixo Rio Branco, viabilizando o uso racional e equânime dos recursos naturais locais, por meio de gestão participativa.

Palavras-chave: Turismo de Pesca Esportiva. Baixo Rio Branco. Mandala ODS. Desenvolvimento Sustentável. Agenda 2030.

ABSTRACT

The Baixo Rio Branco, located between the municipalities of Caracaraí and Rorainópolis, in the center-south region of the state of Roraima, Brazil, has stood out for offering the Sports Fishing Tourism segment, due to the diversity contained in its ecosystems, which provides the occurrence of different species of fish. The literature points out, however, that the use of water and fishing resources by tourist activities affects the degree of conservation of natural environments and the way of life of riverside communities living in the region, leading to social conflicts that raise the need to reflect on the development of tourism on a more responsible basis, in order to find ways to mitigate possible harmful actions of the tourist phenomenon on the environment in which it is located, as well as the interference of these conflicts on tourist activity. To address the aspects that can and should permeate the Sport Fishing Tourism activity in this amazonian context, this study chose to use the sustainability paradigm as a viable path for responsible regional development. For this, the 2030 Agenda for Sustainable Development, from the United Nations - UN, was taken as a basis, through the SDGs Mandala instrument, from the National Confederation of Municipalities - CNM, which has a methodology applicable at the local level and covers data socioeconomic and environmental aspects of the municipalities covered by the research. Thus, the exploratory-descriptive research carried out, which consists of a case study, had as its main objective to analyze the challenges for Sport Fishing Tourism in the Lower Rio Branco-RR to contribute to achieving the social SDGs of the 2030 Agenda, the from the SDGs Mandala. As methodological procedures, the applied research made use of the qualitative approach and bibliographical, documentary and electronic research, from a phenomenological perspective, in addition to counting on the contribution of social actors directly involved in the planning, management and/or use of natural resources processes. locations used by the tourist segment, through the application of questionnaires, the main results of which allowed us to understand that, although for stakeholders, Sport Fishing Tourism presents good sustainability prospects, and that community perception indicates proximity to the social objectives of SDGs Mandala, it is urgent and necessary that effective public policies are implemented, in order to enable tourism to effectively contribute to achieving the social SDGs of the 2030 Agenda in Baixo Rio Branco, enabling the rational and equitable use of local natural resources, through participative management.

Keywords: Sport Fishing Tourism. Baixo Rio Branco. SDGs Mandala. Sustainable Development. 2030 Agenda

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Amazônia Legal.....	23
Figura 2 – Mapa do Baixo Rio Branco – RR.....	28
Figura 3 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.....	39
Figura 4 – Organograma de entidades que compõem a Comissão Nacional para os ODS.....	40
Figura 5 – Metodologia da Mandala ODS.....	42
Figura 6 – Mandala ODS - Municípios divididos em <i>Clusters</i>	44
Figura 7 – Quantitativo de estudos encontrados por meio das palavras-chave definidas.....	45
Figura 8 – Portfólio bibliográfico básico da pesquisa.....	46
Figura 9 – Controle de abordagem para distribuição de questionários.....	48
Figura 10 – Correspondência entre as ODS da Agenda 2030 e Indicadores da Mandala ODS CNM.....	49
Figura 11 – Quadro de construção dos instrumentos de coleta de dados da pesquisa.....	52
Figura 12 – Modelo de análise aplicado à pesquisa.....	54
Figura 13 – Vista aérea de empreendimento de Turismo de Pesca Esportiva do tipo Hotel de Selva/ Lodge localizado no Rio Água Boa do Univiní, Caracaraí-RR.....	57
Figura 14 – Vista aérea de empreendimento de Turismo de Pesca Esportiva do tipo Hotel de Selva/ Lodge localizado no Rio Itapará, Rorainópolis-RR.....	57
Figura 15 – Empreendimento de Turismo de Pesca Esportiva do tipo Barco-Hotel.....	58
Figura 16 – Empreendimento de Turismo de Pesca Esportiva do tipo Estrutura Flutuante.....	59
Figura 17 – Perfil majoritário da demanda atendida pelas empresas respondentes.....	65
Figura 18 – Quadrante Social da Mandala ODS CNM do município de Caracaraí/RR - Edição 2023.....	67
Figura 19 – Quadrante Social da Mandala ODS CNM do município de Caracaraí/RR: Evolução Municipal ao longo das Edições no período de 2017 a 2023.....	68
Figura 20 – Quadrante Social da Mandala ODS CNM do município de Rorainópolis/RR - Edição 2023.....	69
Figura 21 – Quadrante Social da Mandala ODS CNM do município de Rorainópolis/RR: Evolução Municipal ao longo das Edições no período de 2017 a 2023.....	70
Figura 22 – Mapa de localização da comunidade de Santa Maria do Boiaçu.....	72
Figura 23 – Vista aérea de Santa Maria do Boiaçu/ Rorainópolis-RR.....	72
Figura 24 – Indicadores da Mandala ODS CNM adaptados ao contexto social de Santa Maria do Boiaçu, Rorainópolis/RR - Percepção comunitária.....	73
Figura 25 – Mandala ODS de Santa Maria do Boiaçu (Rorainópolis/RR) - Percepção comunitária sobre indicadores sociais da Mandala ODS CNM.....	74
Figura 26 – Santa Maria do Boiaçu, Rorainópolis-RR.....	75

Figura 27 – Unidade Básica de Saúde Manoel Luiz Rodrigues.....	76
Figura 28 – Unidade Mista de Saúde Rosa Vieira, Vovó Preta.....	76
Figura 29 – Sede da Polícia Militar – Destacamento de Santa Maria do Boiaçu.....	77
Figura 30 – Escola Municipal Vovó Tetinha.....	78
Figura 31 – Escola Estadual José Bonifácio.....	78
Figura 32 – Usina Termelétrica de Santa Maria do Boiaçu.....	79
Figura 33 – Transportes Fluviais – Santa Maria do Boiaçu.....	80
Figura 34 – Percepção de residentes de Santa Maria do Boiaçu acerca do conceito de Turismo de Pesca Esportiva.....	82
Figura 35 – Percepção dos stakeholders acerca dos impactos gerados de Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco.....	84
Figura 36 – Percepção dos stakeholders acerca dos maiores desafios sociais para a gestão dos recursos hídricos e pesqueiros no Baixo Rio Branco e para o desenvolvimento sustentável do Turismo de Pesca Esportiva ofertado no Baixo Rio Branco-RR.....	91
Figura 37 – Comercialização de Tucunaré na Feira Manaus Moderna. Manaus, Amazonas...	96
Figura 38 – Síntese dos resultados encontrados no decorrer do estudo.....	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de frequência e porcentagem dos serviços/produtos ofertados pelos operadores nos pacotes de Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco.....	59
Tabela 2 – Distribuição de frequência e porcentagem dos produtos e/ou serviços provenientes de Caracaraí ou Rorainópolis.....	60
Tabela 3 – Distribuição de frequência e porcentagem dos empregos ofertados pelo segmento no Baixo Rio Branco e das vagas ocupadas pela comunidade local.....	62
Tabela 4 – Distribuição de frequência e porcentagem dos serviços/produtos terceirizados consumidos no decorrer do desenvolvimento da atividade de Turismo de Pesca Esportiva....	64
Tabela 5 – Distribuição de frequência e porcentagem sobre a motivação do turista – Percepção de Residentes.....	66
Tabela 6 – Distribuição de frequência e porcentagem da percepção de residentes sobre as principais atividades econômicas das comunidades do Baixo Rio Branco.....	80
Tabela 7 – Distribuição de frequência e porcentagem da relação entre as comunidades locais e os operadores de Pesca Esportiva.....	87
Tabela 8 – Distribuição de frequência e porcentagem da relação entre as comunidades locais e pescadores profissionais.....	88
Tabela 9 – Distribuição de frequência e porcentagem da relação entre operadores do Turismo de Pesca Esportiva e pescadores profissionais.....	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Amazonastur	Empresa Estadual de Turismo do Amazonas
CNM	Confederação Nacional de Municípios
FEMARH	Fundação Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
MTur	Ministério do Turismo
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PNDPA	Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora
SDGs	<i>Sustainable Development Goals</i>
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. O TURISMO DE PESCA ESPORTIVA EM RORAIMA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	18
2.1 Turismo e Pesca: Pesca Amadora, Turismo de Pesca ou Pesca Esportiva?.....	18
2.2 Turismo de Pesca Esportiva na Amazônia Legal	22
2.3 Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco-RR.....	27
2.4 Da Modernização à Sustentabilidade: Considerações sobre o Desenvolvimento Sustentável	34
2.5 Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.....	38
2.5.1 Municípios brasileiros e a Agenda 2030: Mandala ODS CNM.....	41
3. METODOLOGIA DA PESQUISA	45
3.1 Critérios para seleção do portfólio teórico-conceitual	47
3.2 Caracterização da pesquisa	47
3.3 Universo da pesquisa	47
3.4 Coleta, análise de dados e tratamento ético.....	47
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	55
4.1 Entre molinetes, carretilhas e registros fotográficos: Retrato da oferta do Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco-RR	55
4.2 Vidas que seguem o curso das águas: Aspectos sociais das comunidades ribeirinhas do Baixo Rio Branco-RR, a partir da Mandala ODS	67
4.2.1 Vila de Santa Maria do Boiaçu, Rorainópolis-RR.....	71
4.3 Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco/RR: Reflexos e desafios para o alcance dos ODS sociais da Agenda 2030	81
4.3.1 Reflexos do Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco.....	81
4.3.2 Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco e Mandala ODS: Desafios locais para o alcance dos objetivos sociais da Agenda 2030	90
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
6. REFERÊNCIAS.....	105
7. APÊNDICES.....	111
Apêndice A – Instrumento de Pesquisa (Questionário - Moradores - Baixo Rio Branco).....	112
Apêndice B – Instrumento de Pesquisa (Questionário - Empresários).....	117
Apêndice C – Instrumento de Pesquisa (Questionário – Prefeituras).....	127
Apêndice D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Comunidade Local, Empresários e Prefeituras).....	130

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização da problemática

O crescimento econômico iniciado por volta do século XX, no período pós-guerra, suscitou o desejo por melhoria na qualidade de vida e gerou, conseqüentemente, alto nível de consumo mundial (Gazoni & Brasileiro, 2018; Ruschmann, 2012), demandando maior aquisição de recursos naturais para a produção de bens de consumo e serviços especializados.

No Brasil, que é detentor de vasto conjunto desses recursos, a demanda por bens primários, provenientes de atividades extrativistas degradantes – tais como mineração, agronegócio e extração madeireira, cresceu consideravelmente e tem causado o desmatamento progressivo da Amazônia, que vê no turismo uma alternativa viável para o uso consciente e a manutenção dos solos locais (Gazoni & Brasileiro, 2018).

Ao considerar as atividades extrativistas mencionadas, bem como a volatilidade dos padrões de consumo em sociedades com grandes alcances tecnológicos, pensar no turismo como caminho possível para o desenvolvimento regional responsável parece ser justo, diante dos menores impactos gerados sobre o ambiente natural em que a atividade é ofertada.

Fazito *et al.* (2017) indicam, entretanto, que o turismo muito se sustenta no modelo de desenvolvimento modernizante delineado por Rostow (1959), que defende que o estágio máximo de desenvolvimento configura-se pela criação dessas grandes sociedades de consumo, sendo essencial, em contrapartida, indicar modelos mais éticos que direcionem para um desenvolvimento mais equânime, motivo pelo qual compreende-se neste estudo ser o desenvolvimento sustentável, nesse momento, o mais indicado para nortear atividades turísticas, sobretudo, em localidades mais vulneráveis.

Na Amazônia, que é dotada de patrimônio natural em evidência mundial, a diversidade da composição social e dos elementos naturais bióticos e abióticos disponíveis em seu território suscitam a ocorrência de atividades econômicas variadas, resultando em custos ambientais e sociais alarmantes, inclusive por ações provenientes do turismo que, em teoria, tende a ocasionar impactos menores que as demais atividades resultantes da globalização.

Gazoni e Brasileiro (2018) reforçam, desse modo, que é necessário considerar os impactos gerados pelo turismo em nível local e agir de forma a mitigá-los, assim como considerar o contexto para o qual a atividade está sendo planejada, uma vez que de nada serve traçar planos que visem a sustentabilidade social e ambiental da localidade, se não houver demanda real para o produto ofertado, inviabilizando sua sustentabilidade econômica.

Essas contribuições permitem inferir que o turismo se apresenta como vetor de desenvolvimento econômico na Amazônia, ao mesmo passo em que produz transformações

positivas e negativas nos ambientes, sobretudo sociais e ambientais, com os quais dialoga, sendo salutar estabelecer limites que minorem as pressões negativas que dele resultam, bem como as interferências que o impedem de trilhar caminhos éticos e duradouros, em uma perspectiva de desenvolvimento equânime.

Dentre os recursos naturais utilizados pela atividade turística na Amazônia, acolhe-se nesse estudo a investigação do segmento de Turismo de Pesca Esportiva ofertado no Baixo Rio Branco, recurso hídrico localizado na região centro-sul do estado de Roraima, dos quais são aproveitados os recursos hídricos e pesqueiros¹ para prática da pesca amadora sob o uso de equipamentos e serviços turísticos.

De acordo com Nogueira (2006), a ligação entre o homem e a pesca, inicialmente relacionada à subsistência, assume no turismo uma função recreativa, aonde a conservação da biodiversidade natural é atrativa e rentável, em uma atividade que propicia a seus praticantes a experiência de capturar exemplares da ictiofauna² local para imediata soltura, sem que isso resulte na dizimação dessas espécies.

O segmento de turismo de pesca surge, desse modo, para atender a esta parcela de visitantes dispostos a praticar a atividade de pesca como forma de lazer, por meio da pesca amadora, iniciada mundialmente por volta de 1496 e eclodida na década de 1990 no Pantanal brasileiro (Ministério do Turismo [MTur], 2010), que encontra na região amazônica condições propícias para sua prática, haja vista as favoráveis condições climáticas, hidrográficas e a considerável incidência de peixes de couro e tucunaré, sendo este último a espécie mais procurada no segmento de turismo de pesca esportiva na região (Dinelli & Nogueira, 2022; Oliveira-Júnior, 2019, Rodrigues *et al.*, 2020; Soares Júnior, 2022).

Longe de adotar uma visão maniqueísta do turismo, esse estudo se sustenta na compreensão de que o turismo, ainda que planejado e gerido sob uma égide ecologicamente mais responsável, ocasiona impactos positivos e negativos sobre os meios nos quais é ofertado, assim como é sensível às interferências desses ambientes, dada a complexidade de suas interrelações enquanto fenômeno social.

Banducci Júnior (2006) colabora com essa compreensão ao indicar que muitos estudos antropológicos apontam as ações negativas do turismo em comunidades pesqueiras litorâneas, mas reconhece que o turismo não é o único e, tampouco, o principal agente de mudanças socioculturais nessas localidades, dada a elasticidade de alterações ocorridas em decorrência de influências como a globalização, a tecnologia e os meios de comunicação.

Retomando para o *lócus* da pesquisa, o segmento de Turismo de Pesca Esportiva é ofertado na região do Baixo Rio Branco desde meados dos anos 2000 (Nogueira *et al.*, 2013),

¹ Animais e vegetais hidróbios passíveis de exploração, estudo ou pesquisa pela pesca amadora, de subsistência, científica, comercial e pela aquicultura (Brasil, 2009, Art. 2)

² Conjunto de peixes de determinado ambiente.

em infraestruturas que dispõem de toda a logística de acomodação, transporte, alimentação e entretenimento ao turista no decorrer da temporada de pesca esportiva.

Embora a região disponha de infraestrutura satisfatória para a prática turística, nota-se, a partir da literatura, que seu contexto social apresenta entraves a serem superados em prol de sua sustentabilidade social. Exemplo disso é a constatação de que em diagnóstico preliminar sobre o potencial de desenvolvimento de Pesca Esportiva na região do Baixo Rio Branco, realizado em 2005 (Salazar Filho; Andretta & Nogueira, 2005), percebeu-se a existência de conflitos entre operadores de turismo, pescadores profissionais e a comunidade local.

Em 2021, em estudo que visou investigar a possível sustentabilidade do segmento no Baixo Rio Branco, sob o prisma de moradores locais, de gestores municipais, de empresários, do Fórum Estadual de Turismo de Roraima e do Departamento Estadual de Turismo de Roraima, evidenciou-se mais uma vez a manutenção desses conflitos (Dinelli & Nogueira, 2022), com o agravamento de ocorrência de atividades extrativistas e predatórias ilegais.

Diante disso, propor a reflexão sobre alternativas viáveis diante dos conflitos existentes, nos parece ser justo e necessário, para que a vertente econômica do desenvolvimento da atividade turística não se sobreponha às necessidades do meio ambiente natural e das comunidades ribeirinhas residentes no Baixo Rio Branco, sendo imprescindível adotar modelos que respondam a essa carência por um desenvolvimento regional equânime.

A adoção do paradigma da sustentabilidade, como poderá ser visto no decorrer desse estudo, atende a essa ânsia por planejar a atividade turística em bases mais responsáveis, em oposição ao modelo modernizante que se evidencia na contemporaneidade, desde que ancorada em instrumentos sólidos e com metas bem definidas, motivo pelo qual elegeu-se a Mandala ODS, da Confederação Nacional de Municípios [CNM], como passível de adoção para monitorar o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável [ODS], da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas [ONU], que busca pelo uso ético de recursos sem o comprometimento de seu usufruto pelas gerações futuras.

Neste sentido, ao abordar os aspectos sociais que envolvem a prática do segmento de turismo de pesca esportiva no contexto amazônico, seu potencial para contribuir com o desenvolvimento regional a médio e longo prazo, propusemo-nos a levantar a seguinte pergunta norteadora de investigação: Quais são os desafios para que o Turismo de Pesca Esportiva ofertado no Baixo Rio Branco-RR contribua para o alcance dos ODS sociais da Agenda 2030?

1.2 Justificativa

O estudo realizado sustentou-se no desejo de contribuir para a compreensão do fenômeno turístico manifestado na região do Baixo Rio Branco, em Roraima, a partir do segmento de Turismo de Pesca Esportiva, especialmente no tocante aos aspectos que incidem sobre a vertente social do desenvolvimento sustentável, por entendermos o turismo como fenômeno social (La Torre, 1991) de grande complexidade.

A pesquisa teve como finalidade analisar quais as condições necessárias para que o Turismo de Pesca Esportiva praticado no Baixo Rio Branco -RR contribua para o alcance dos ODS sociais, a partir dos indicadores da Mandala ODS, da CNM, que consiste em metodologia aplicável em esfera local para a identificação do grau de alcance de municípios brasileiros às metas de desenvolvimento sustentável da ONU.

Acredita-se que o trabalho apresenta relevância socioeconômica, sob a perspectiva da sustentabilidade, por estimular a reflexão sobre a utilização dos recursos pesqueiros pelo turismo na região e sua possível contribuição para o alcance dos objetivos sociais da Agenda 2030, que busca promover sociedades mais justas, o racionamento de recursos naturais e uma economia equânime, que mitigue os distanciamentos sociais estimulados pelo modelo modernizante de desenvolvimento.

A eleição da Agenda 2030 para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU no estudo deve-se às suas metas alinhadas, que oferecem subsídios para a adoção de ações eficazes, sendo conveniente a aplicação da Mandala ODS da CNM por fornecer indicadores de sustentabilidade em esfera local.

A proposição do estudo decorreu do desejo da autora de dar prosseguimento às suas pesquisas, empreendidas nas ocasiões de graduação e pós-graduação *lato sensu* em turismo, que revelaram a grande atratividade turística do segmento no estado de Roraima, iniciada diante de exemplos como o Pantanal/MT e Barcelos/AM, bem como sua possível insustentabilidade (Dinelli & Nogueira, 2022), sendo pertinente, portanto, investigar os possíveis elementos limitantes para o alcance da sustentabilidade, a partir de indicadores que contemplem os reflexos sociais locais.

Acredita-se, portanto, que considerando a viabilidade econômica, a atratividade turística dos recursos existentes e a necessidade de participação legítima dos distintos sujeitos envolvidos, direta ou indiretamente, na atividade turística, é possível apontar alternativas viáveis que contemplem as necessidades de desenvolvimento econômico sem negligenciar os aspectos ambientais, culturais e sociais da região, mitigando, desse modo, os conflitos de uso dos recursos pesqueiros na região (Crepaldi, 2014; Dinelli & Nogueira, 2022; Salazar Filho, Andretta & Nogueira, 2005).

1.3 Objetivos do estudo

Diante da busca por um modelo de desenvolvimento menos pernicioso em meio a ambientes socioambientais de notória fragilidade, a pesquisa teve como objetivo principal analisar quais os desafios para que o Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco-RR contribua para o alcance dos ODS sociais da Agenda 2030, a partir da Mandala ODS.

Para tornar possível o atendimento ao objetivo da pesquisa, tem-se como objetivos específicos: i) Contextualizar a oferta do Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco-RR, sob o prisma de seus *stakeholders*³ e da literatura específica; ii) Compreender o contexto social das comunidades ribeirinhas locais, a partir da Mandala ODS e de atores sociais locais; e iii) Identificar os reflexos e desafios do Turismo de Pesca Esportiva no contexto social do Baixo Rio Branco-RR, com base nos dados obtidos e nos ODS sociais.

A contextualização da oferta do Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco, em Roraima, sob a ótica de seus *stakeholders* e da literatura específica, visa preencher lacunas da literatura em nível local, que ainda se demonstra incipiente quando comparada à atividade exercida em outras regiões brasileiras como o Pantanal, compreendido entre os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e de Barcelos, situado no estado do Amazonas, que consistem em parâmetros para as demais localidades que ofertam o segmento no Brasil, dado seu pioneirismo na oferta e a expressividade de sua demanda.

A compreensão do contexto social das comunidades ribeirinhas locais, a partir da Mandala ODS da CNM e de atores sociais locais, aqui representados por residentes da comunidade de Santa Maria do Boiaçu, em Rorainópolis-RR, se explica pela também limitada literatura científica acerca desses atores sociais do Baixo Rio Branco, bem como da necessidade de delineamento de suas limitações socioeconômicas frente à Agenda 2030, que as tornam vulneráveis frente a atividades externas, como o Turismo de Pesca Esportiva que, por sua vez, também sofre interferências desse ambiente externo, composto por pescadores de subsistência, pescadores profissionais, agentes públicos, pescadores amadores recreativos, dentre outros usuários dos recursos hídricos contidos no Baixo Rio Branco.

Acredita-se, por fim, que identificar os reflexos e os desafios do Turismo de Pesca Esportiva no contexto social do Baixo Rio Branco, com base nos dados obtidos, sob o auxílio da Mandala ODS e dos demais dados coletados nesse estudo de caso, permitiram fornecer contributos para estimular o alcance dos ODS sociais da Agenda 2030, a partir de elementos concretos que podem nortear um desenvolvimento justo frente ao nocivo modelo modernizante de crescimento adotado pelas sociedades ditas desenvolvidas.

³ Atores sociais interessados e/ou intervenientes na atividade.

2. O TURISMO DE PESCA ESPORTIVA EM RORAIMA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

2.1 Turismo e Pesca: Pesca Amadora, Turismo de Pesca ou Pesca Esportiva?

O turismo, que consiste em fruto da globalização (Beni, 2004), superou as visões extremamente economicistas que marcam suas primeiras concepções teóricas (Dias, 2008a) para abarcar elementos mais abrangentes, especialmente no tocante aos aspectos socioambientais com os quais dialoga, sobretudo quando ofertado em ambientes de maior fragilidade. Por esse motivo, adota-se neste estudo a compreensão de La Torre (1991), que entende o turismo como:

un fenómeno social que consiste en el desplazamiento voluntario y temporal de individuos o grupos de personas que, fundamentalmente por motivos de recreación, descanso, cultura o salud, se trasladan de su lugar de residencia habitual a otro, en el que no ejercen ninguna actividad lucrativa ni remunerada, generando múltiples interrelaciones de importancia social, económica y cultural (La Torre, 1991, p. 19)

Esse entendimento, além de permitir a caracterização temporal e motivacional do deslocamento protagonizado pelos turistas, elucida as múltiplas relações sociais, econômicas e culturais que nos levam a compreendê-lo como um fenômeno, sobretudo, social, considerando o fato de ser ofertado e demandado por indivíduos carregados de singularidades socioculturais.

Ao considerar demanda e oferta no turismo, é válido considerar que, antes que uma localidade seja planejada para a recepção de visitantes, é necessário compreender o perfil do turista disposto a adquirir o produto ou serviço que se pretende ofertar, a fim de atender às distintas demandas de modo específico, haja vista a abrangência de seus anseios.

Com base nessa necessidade, o Ministério do Turismo, visando estruturar e aperfeiçoar as ações de desenvolvimento do turismo brasileiro para os mais variados perfis de visitantes, aderiu à segmentação de mercado (MTur, 2010), que:

consiste na sua divisão em grupos de consumidores relativamente homogêneos em relação a um critério adotado (idade, interesses geográficos etc.) com o objetivo de desenvolver, para cada um desses grupos, estratégias de marketing diferenciadas que ajudem a satisfazer as suas necessidades e conseguir os objetivos de atração da demanda para determinado núcleo receptor (Dias, 2008a, p. 67).

A partir da segmentação de mercado é possível atender às particularidades de cada grupo de visitantes, ofertando, assim, um produto personalizado, que proporcione a satisfação de atender a desejos e necessidades específicas, “além de otimizar a utilização de recursos destinados ao *marketing*, melhorar o direcionamento na comunicação promocional e propiciar a identificação de novas oportunidades de negócios” (Dias, 2008a).

Dentre as segmentações turísticas ofertadas no Brasil, sobleva-se nesse estudo o Turismo de Pesca, que configura-se, para o Mtur (2010), como um segmento de mercado apreciado por consumidores conscientes, que respeitam e valorizam os recursos naturais por meio da prática da pesca sem fins comerciais.

É evidente que, por se concretizar em ambientes naturais de considerável fragilidade, o Turismo de Pesca deve ser ancorado em bases legais específicas que contribuam para que prestadores de serviços turísticos possuam segurança para investimento no setor, para que a oferta se sustente a médio e longo prazo e, sobretudo, para que as configurações socioambientais das localidades onde a atividade turística é ofertada não sejam negligenciadas ou marginalizadas em prol dos objetivos dessa oferta.

Nesse contexto, no que tange à legislação brasileira, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que consiste em instrumento basilar de toda a estrutura legal do país, estabelece que:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: [...] VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição. (Brasil, 1988, art. 24)

Com base nessa função reguladora do poder público, a atividade pesqueira no Brasil teve suas primeiras diretrizes legais por meio da, agora revogada, Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, que dispunha, dentre outros aspectos, sobre a proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução, bem como sobre tamanhos e equipamentos permitidos para a prática pesqueira em território nacional.

Embora a legislação versasse, majoritariamente, sobre a atividade de pesca comercial praticada em território brasileiro, já previa a pesca amadora como permitida mesmo em época de reprodução pesqueira, abrindo espaço para a compreensão de outras modalidades pesqueiras. Nesse contexto, o Turismo de Pesca, que apresenta como principal atrativo a utilização ictiofauna para a prática de pesca sem motivação comercial, para o MTur, compreende:

as atividades turísticas que se efetivam em função da prática da pesca amadora: operação e agenciamento, transporte, hospedagem, alimentação, recepção, recreação e entretenimento, eventos e atividades complementares (MTur, 2006, p.28).

Para a prática da Pesca Esportiva, portanto, deve-se obedecer à legislação específica, a qual tem como principal característica, ser praticada por *hobby* ou esporte, tendo seu reconhecimento marcado, em esfera nacional, a partir da criação do Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora [PNDPA], em 1998 (Rodrigues *et al.*, 2020, p. 4), sustentado no desejo de fomentar a transformação da atividade recreativa em um vetor de desenvolvimento econômico, social e de conservação ambiental.

Na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que revogou a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, o direcionamento legal do turismo de pesca está contido na concepção dessa pesca amadora, que consiste em uma modalidade “praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou petrechos⁴ previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou o desporto” (MTur, 2009, art. 8).

Cabe esclarecer, ainda, que para o MTur (2006) há distinção entre a pesca amadora e a pesca esportiva, no sentido de que a primeira tem finalidade de lazer ou desporto, sem fins comerciais, respeitando os limites de tamanho de peixes e cotas de captura, enquanto na pesca esportiva a finalidade principal é a de comercialização de pacotes de Turismo de Pesca, cuja atividade consiste devolver à água não somente os peixes menores, como também os maiores, podendo ser abatidos somente os exemplares que forem consumidos no local da pescaria, sendo esse abate limitado a espécies de tamanho intermediário.

É possível perceber, desse modo, que embora o turismo de pesca se insira, no âmbito da legislação, na modalidade de pesca amadora, por não representar motivação comercial, a pesca amadora pode ser subdividida em pesca amadora recreativa e pesca amadora esportiva (Dinelli & Nogueira, 2022). O que distingue a última é o uso de equipamentos e serviços turísticos para sua execução, bem como a cota zero para transporte de exemplares, motivo pelo qual optou-se por aderir no curso desse estudo o termo Turismo de Pesca Esportiva, a fim de evitar falhas na compreensão entre a atividade turística aqui retratada com a outra modalidade de pesca não-comercial, igualmente amadora e vinculada ao lazer.

Para além dos aspectos conceituais, Luiz Netto e Mateus (2009, p. 374) complementam que diversos aspectos incidem sobre essa distinção dos distintos tipos de pesca, tais como perfil socioeconômico e cultural dos indivíduos que a praticam, tipo de embarcação destinada à atividade pesqueira, quantidade de pescado fogado ou transportado,

⁴ Petrechos ou apetrechos são designações para equipamentos de pesca.

esforço de pesca, preferência por determinadas espécies da ictiofauna local, bem como motivação da pesca e apetrechos utilizados.

De acordo com o PNDPA (1999, pp. 50-53), a pesca amadora apresenta modalidades distintas de captura de peixes, dentre as quais estão: pesca de arremesso ou *baitcasting*⁵, pesca de corrico ou *trolling*⁶, pesca de barranco ou *fishing on banks*⁷, pesca com mosca ou *fly-fishing*⁸, pesca de praia ou *surf cast*⁹ e pesca de rodada ou *dead drift*¹⁰.

Na Europa, Miret-Pastor *et al.* (2020) indicam que a pesca amadora ocasiona um impacto econômico significativo, gerando cerca de 100.000 postos de trabalho, e que, para estimular o seu crescimento, fundos europeus são destinados a ações de fomento à atividade, que promove a diversificação e a manutenção pesqueira, sobretudo durante os períodos de reprodução das espécies, onde a pesca profissional é proibida.

Quanto à motivação, em estudo de caso realizado por Hunt *et al.* (2013) em Ontario, no Canadá, indica-se que o afastamento do convívio social propiciado pela atividade, que se desenvolve em ambientes naturais, consiste em um aspecto relevante para seus praticantes, que priorizam localidades com reduzido número de usuários, que proporcionam, conseqüentemente, maior manutenção dos estoques pesqueiros.

No que tange à oferta do Turismo de Pesca Esportiva em âmbito nacional, estima-se que o segmento tenha apresentado crescimento no Brasil a partir da década de 1990 (MTur, 2010; Oliveira-Júnior, 2019) e, ao analisar os aspectos históricos que o envolvem, observa-se a significativa relevância de sua prática na região do Pantanal e na Amazônia, que apresentam, desde os primeiros registros da atividade, grande notoriedade e expressividade

⁵ Consiste em uma das técnicas mais utilizadas pelo turismo de pesca esportiva, que se apropria de equipamentos específicos para promover arremessos precisos, com iscas naturais ou artificiais (PNDPA, 1999).

⁶ Modalidade na qual a embarcação mantém-se em movimento, com motor ligado e baixa velocidade, e o pescador arrasta a isca, que pode ser natural ou artificial, em varas curtas e fortes, por uma distância entre 20 e 50m, para que a movimentação simule que a isca esteja viva e aumente a possibilidade de fígada (PNDPA, 1999).

⁷ Corresponde a uma das modalidades mais populares entre as distintas modalidades de pesca amadora, onde, à beira de um rio, lago ou represa, sob o uso de varas com molinete ou carretilha, caniços simples de bambu, varas telescópicas de carbono ou linhas de mão, com iscas naturais ou artificiais, pode-se praticar a atividade sem a necessidade de maiores investimentos com infraestrutura (PNDPA, 1999).

⁸ Consiste em uma das mais antigas modalidades de pesca, também muito utilizada por pescadores esportivos, onde as iscas artesanais simulam insetos e outros animais correspondentes aos hábitos alimentares dos peixes que se pretende fígara e cujo equipamento utilizado constitui-se de uma vara comprida e flexível, uma carretilha diferenciada e linha grossa que auxilie no arremesso (PNDPA, 1999).

⁹ Modalidade de pesca praticada em praias de águas fundas ou águas rasas, onde a profundidade tende a aumentar gradativamente, sob o uso de varas longas entre 2,5 e 5m e linha fina, de modo que a isca seja arrastada pelas ondas e possa alcançar uma distância maior (PNDPA, 1999).

¹⁰ Modalidade em que a embarcação deve descer o rio levada pela correnteza, enquanto a isca se arrasta pelo fundo do rio, podendo utilizar-se de varas de bambu com linha grossa ou varas de molinete e carretilha, sendo regras básicas para seu bom desempenho o silêncio e a pouca movimentação do barco (PNDPA, 1999).

como destinos turísticos de pesca, devido aos diversificados ecossistemas que compõem seus territórios e a notória piscosidade de seus rios e lagos.

De acordo com Banducci Júnior (2006), o Pantanal, que consiste em uma das maiores planícies inundáveis do planeta, com 138.183km² de extensão, e que compreende os estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e pequena parte dos países Bolívia e Paraguai, possui grande diversidade biológica e, por esse motivo, viu eclodir, entre as décadas de 1970 e 1990, o Turismo de Pesca Esportiva como atividade socioeconômica, razão pela qual passou a investir na implantação de infraestrutura turística adequada às necessidades da demanda visando sua otimização.

Do ponto de vista social, as literaturas internacionais e nacionais indicam certa mobilização socioeconômica entre pescadores de subsistência e pescadores profissionais que, diante da oportunidade de atuar na atividade turística, passam também a substituir a pesca comercial para o suporte à prática amadora (Luiz Netto & Mateus, 2009; Miret-Pastor *et al.*, 2020; Ribeiro *et al.*, 2020), dada a oportunidade de empregabilidade propiciada em decorrência de seu conhecimento etnoictiológico¹¹ empírico que é compatível com a literatura científica existente (Costa Neto, 2001) e que contribui diretamente para a experiência do visitante.

Rodrigues *et al.* (2020) esclarecem que, embora o Turismo de Pesca Esportiva seja relativamente recente e ainda incipiente em algumas localidades brasileiras, em outras, como no Pantanal do Mato Grosso do Sul, é possível perceber que ele superou a pesca comercial em termos de quantidade de captura total, consistindo em fator de motivação para que outras regiões passassem também a ofertá-lo, motivo pelo qual sobreleva-se nesse momento a Amazônia que, por ser detentora de recursos bióticos e abióticos diversificados, apresenta bons prospectos para a oferta do segmento.

2.2 Turismo de Pesca Esportiva na Amazônia Legal

Para adentrar no Turismo de Pesca Esportiva ofertado na Amazônia, propôs-se nesse estudo a investigar o território brasileiro, recorrendo à região da Amazônia Legal, que consiste na delimitação geopolítica de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia [SUDAM], autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional instituída para fomentar o desenvolvimento local.

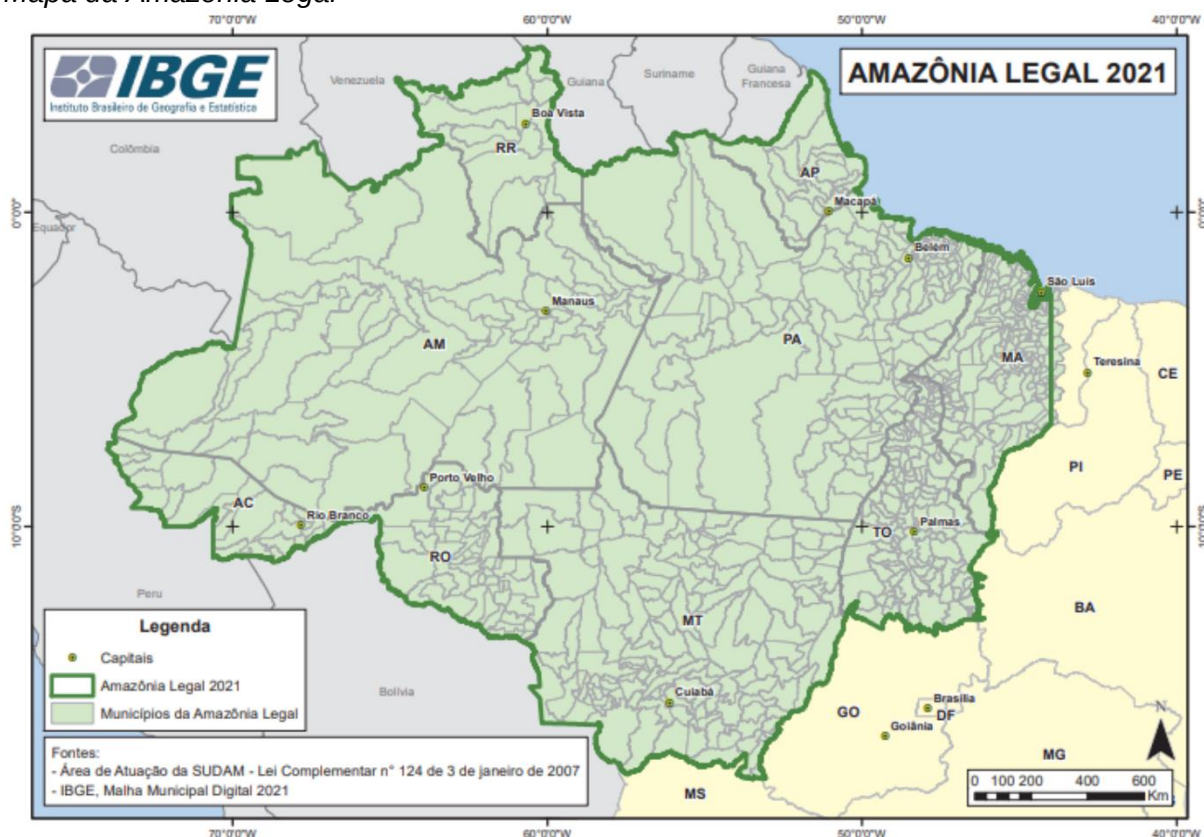
A instituição da Amazônia Legal pela SUDAM, nesse sentido, visa otimizar a articulação de políticas públicas locais para “promover o desenvolvimento includente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na

¹¹ Etnoictiologia: Estudo científico das relações do homem com os peixes (Costa Neto, 2001, p.19)

economia nacional e internacional” (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2021), ofertando suporte técnico e legal para iniciativas que oportunizem o planejamento e a promoção do desenvolvimento regional na Amazônia brasileira.

Reunindo uma área territorial de 5.015.067,86 km², a Amazônia Legal corresponde a cerca de 58,93% do território brasileiro (IBGE, 2021), e compreende os estados Rondônia, Acre, Pará, Amapá, Tocantins, oeste do Meridiano 44° do Maranhão, Mato Grosso, Amazonas e Roraima, conforme Figura 1.

Figura 1
Mapa da Amazônia Legal



Fonte: IBGE (2021)

Dada a vasta extensão territorial percebida na Figura 1, é prudente reconhecer o desafio de fomentar políticas públicas que contemplem os variados contextos sociais que compõem a Amazônia Legal, haja vista a grande diversidade sociocultural, étnica e biológica nela existente, abrindo margem para a implantação das mais variadas atividades econômicas em ambientes naturais, dentre as quais se encontra o Turismo de Pesca Esportiva, que consiste na temática central deste estudo.

Dentre as distintas atividades de extrativismo percebidas na Amazônia legal, a atividade pesqueira representa a própria composição social amazônica (Isaac & Barthem, 1995), que se materializa na figura do ribeirinho que dela depende para sua subsistência, dos

profissionais que abastecem o mercado de pescado local ou da atividade turística que, embora recente, se comparada às demais, apresenta considerável crescimento em alguns dos estados que compõem esse espaço territorial.

Em pesquisa empreendida no período de março a outubro de 2005 no município de Cáceres, situado na Bacia do Alto Rio Paraguai, no Mato Grosso, por exemplo, Luiz Netto e Mateus (2009) identificaram que o número de pescadores amadores esportivos era 6,84 vezes superior ao número de pescadores profissionais registrados no ato do levantamento de dados da pesquisa e que, embora pescadores profissionais capturassem indivíduos de tamanhos mais variados, o número de pescadores amadores e a quantidade elevada de espécies por eles capturadas com menor esforço de pesca já refletiam mudanças nas sociopolíticas de pesca no Mato Grosso, que passou a vislumbrar o crescimento econômico a partir do Turismo de Pesca Esportiva, reduzindo gradativamente a pesca profissional em seus rios.

No tocante aos apetrechos utilizados, Luiz Netto e Mateus (2009, p. 377) registraram na ocasião que os pescadores profissionais utilizaram maior diversidade de equipamentos em relação aos pescadores esportivos, sendo linhada¹², vara de bambu, molinete, pinda¹³, anzol de galho¹⁴, boia¹⁵ e carretilha utilizados pelos pescadores profissionais e apenas vara com carretilha, vara com molinete, vara de bambu e vara com carretilha e molinete¹⁶ utilizados pelos turistas, que, em contrapartida, detinham de melhores condições de acomodação e embarcação para seus deslocamentos.

Sabe-se, ainda, que passados mais de 18 anos desde o estudo de caso, é crescente o investimento na criação de apetrechos cada vez mais diversificados (Dinelli & Nogueira, 2022) para atender ao segmento de Turismo de Pesca Esportiva e que, diferente da realidade de 2005, não somente as acomodações e embarcações reduzem tempo de deslocamento e esforço de pesca destes em relação aos demais pescadores, razão pela qual impactos ambientais na mesma região são diferentes entre pescadores artesanais, profissionais, amadores recreativos e amadores esportivos.

Com relação a esses novos equipamentos, percebe-se o desenvolvimento de produtos como iscas artificiais específicas para cada espécie de peixe, anzóis degradáveis, puçás¹⁷ produzidos com tecido de algodão, alicates de contenção e materiais diversos que, com o

¹² Linha, com grande variabilidade de comprimento e de bitola, fixa em lata e anzol (Luiz Netto & Mateus, 2009)

¹³ Varões com linha de 1 a 1,5 metros, grossa (Luiz Netto & Mateus, 2009)

¹⁴ Tipo de armadilha que consiste em amarrar a linha de pesca, com o anzol, a chumbada e a isca, em uma árvore ou taquara a margem do rio, sob constante inspeção (Luiz Netto & Mateus, 2009)

¹⁵ Tambor ou boia segura por uma *poita* com um arame, com um metro a um e meio de linha de nylon nº 140 ou monofio de 2 a 3mm, usando isca viva com espécies-alvo [...] (Luiz Netto & Mateus, 2009)

¹⁶ Aparelho distribuído comercialmente com vara feita de material diverso e com dispositivo de recolhimento da linha (Luiz Netto & Mateus, 2009)

¹⁷ Pequenas redes em forma de peneira utilizadas para captura de espécies de pequeno porte.

suporte da tecnologia, oferecem maior segurança ao pescador e ao peixe, por minimizar impactos ao restringir o contato direto entre ambos (Luiz Netto & Mateus, 2009), diminuindo possíveis acidentes com o manejo de apetrechos e suavizando o estresse dos peixes, aumentando bastante suas chances de sobrevivência após sua devolução para a água.

Ao investigar sobre possíveis injúrias ocasionadas por anzóis em espécies da ictiofauna como a traíra (*Hoplias malabaricus*) (Andrade, 2019), tucunaré (*Cichla ocellaris*) e pirapitinga (*Colossoma bidens*) (Paixão, 2019) na modalidade de pesque-e-solte, que consiste na modalidade que equivale ao Turismo de Pesca Esportiva, Andrade (2019) e Paixão (2019) constataram que o uso de apetrechos adequados apresentaram baixa taxa de injúrias e sangramentos, reduzido número de reflexos comprometidos e baixo efeito na fisiologia das espécies investigadas, permitindo inferir que o uso de equipamentos específicos reduzem danos e, conseqüentemente, a mortalidade dos recursos pesqueiros (Oliveira-Júnior, 2019), contribuindo para a manutenção dos estoques nos quais a atividade recreativa se desenvolve.

Inferese-se que essa diversidade na oferta de equipamentos seja motivada também para atender à demanda em distintos ecossistemas, que apresentam diferentes graus de dificuldade e, portanto, requerem técnicas de pesca distintas de seus praticantes. No estado do Pará, por exemplo, Rodrigues *et al.* (2020) indicam a prática de pesca recreativa tanto em ecossistemas dulcícolas¹⁸, com foco na pesca de tucunaré (*Cichla sp.*) nos municípios de Altamira, Oriximiná, Jacundá, Tucuruí, Marabá, Piçarra, Itaituba e Jacareacanga, quanto em ecossistemas estuarinos¹⁹ e marinhos, que têm as espécies robalo (*Centropomus sp.*) e pescada amarela (*Cynoscion acoupa*) como espécies-alvo dos visitantes, especialmente nos municípios de Salinópolis e São Caetano de Odivelas.

Embora tenham o turismo de pesca esportiva marinha de São Caetano de Odivelas, município situado na região nordeste do Pará, como foco de investigação, Rodrigues *et al.* (2020) compreendem que a atividade realizada em ambientes estuarinos ou marinhos recebe demanda inferior às atividades praticadas em ecossistemas dulcícolas, onde há a ocorrência de peixes como o tucunaré-açu (*Cichla temensis*), apreciados por consistirem em predadores naturais, sendo o município de Barcelos, no Amazonas, referência na oferta do segmento (Oliveira-Júnior, 2019; Ribeiro *et al.*, 2020; Rodrigues *et al.*, 2020).

Partindo, assim, para Amazônia Ocidental Brasileira, compreendida entre os estados Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, que representa cerca de 42,97% da extensão territorial da Amazônia Legal, estima-se que o município de Barcelos, localizado no estado do

¹⁸ Relacionado à água doce. Por água doce, compreendem-se rios, lagos, lagoas e lençóis subterrâneos com salinidade próxima de zero.

¹⁹ Corpos de água costeiros semifechados que têm uma ligação livre com o mar e nos quais a água do mar se dilui com água doce proveniente da drenagem terrestre.

Amazonas, receba cerca de 18.000 pescadores esportivos por temporada (Holley *et al.*, 2008 como citado em Ribeiro *et al.*, 2020).

De acordo com os Levantamentos sobre a Pesca Esportiva na Calha do Rio Negro, elaborados pela Empresa Estadual de Turismo do Amazonas [Amazonastur] (2020b), o estado do Amazonas oferta o segmento turístico em diversas localidades, como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã, o Lago de Balbina, Autazes, Nova Olinda do Norte, Nhamundá, Apuí, mas há maior prevalência da Calha do Rio Negro, especialmente do município de Barcelos, por motivos de:

1. A Região, que compreende os municípios de Santa Izabel do Rio Negro, Barcelos e São Gabriel da Cachoeira, concentra 50% do volume de toda a pesca esportiva turística no Estado - com pescadores não residentes no Amazonas, vindos de outros estados ou de outros países. O destaque fica para Barcelos, com 90% das operações da Região;
2. Pela proporção do *share* de mercado daquela calha de rio, se pode concluir sobre a grande concentração de empreendimentos e operações voltadas especificamente para o segmento, hoje registrados em 50 pela Prefeitura Municipal de Barcelos;
3. Há um significativo nível de organização do trade turístico atuante naquela área, que conta com uma associação de classe, a Associação Barcelense de Operadores de Turismo, ABOT;
4. Há ainda, por parte do próprio executivo municipal, uma organização mais consistente quanto à matéria, inclusive com legislação municipal específica à pesca do tucunaré, com licenças de pesca municipalizadas e fiscalização própria;
5. Finalmente, existe uma legislação estadual que disciplina a pesca do tucunaré açu nos limites territoriais daqueles municípios – Decreto 31.151/2011 (Amazonastur, 2020b, pp. 2-3)

A expressividade do segmento ofertado no município de Barcelos também pode ser evidenciada por meio da inserção da categoria *barcos-hotéis* no Cadastur²⁰ (MTur, 2019) para tornar possível o credenciamento desta modalidade de hospedagem típica da região amazônica, bastante utilizada para a prática do Turismo de Pesca Esportiva, haja vista sua mobilidade em vias fluviais.

²⁰ Cadastro de prestadores de serviços turísticos junto ao Ministério do Turismo, previsto na Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, e obrigatório para acampamentos turísticos, agências de turismo, meios de hospedagem, organizadoras de evento, parques temáticos, transportadoras turísticas e guias de turismo (MTur, 2022)

De acordo com a Amazonastur (2020a, pp. 42-43), em relatório de distribuição de turistas por motivação de viagem no Amazonas, o segmento foi responsável por 28,38% da demanda turística doméstica em 2019, 33,94% da demanda turística doméstica em 2020, 25,71% da demanda de turistas estrangeiros em 2019 e 5,41% da demanda de turistas estrangeiros em 2020, consistindo em percentuais significativos ao considerar as limitações apresentadas diante do cenário pandêmico ocasionado pela Covid-19 nos referidos anos.

Ainda de acordo com o levantamento da entidade, o segmento turístico gera uma média de 10 postos de trabalho diretos, perfazendo a média de 700 empregos diretos na região, e o faturamento médio de R\$ 134.400.000,00 por temporada (Amazonastur, 2020a), motivo pelo qual a entidade vem fomentando sua continuidade, por meio de ações institucionais integradas nos âmbitos nacional e internacional.

Os dados fornecidos pelos relatórios da Amazonastur (2020a) permitem ilustrar a dimensão do Turismo de Pesca Esportiva ofertado em Barcelos, contudo, Ribeiro *et al.* (2020), ao traçar o perfil socioeconômico e conhecimento de guias de pesca da região, identificaram: que muitos desses profissionais intercalam suas funções no segmento turístico com a pesca profissional artesanal, que consiste em sua principal fonte de renda no decorrer do ano; que muitos deles não possuem conhecimento sobre a legislação vigente; que muitos deles não possuem habilitação para condução de embarcações; e que é percebida por eles ineficácia na gestão dos recursos naturais e, conseqüentemente, nas ações fiscalizatórias, que resultam no desordenamento da atividade e conseqüente redução de estoques pesqueiros.

Em pesquisa que objetivou identificar a possível sustentabilidade do Turismo de Pesca Esportiva no estado de Roraima, Dinelli e Nogueira (2022) perceberam a íntima relação entre a atividade pesqueira desenvolvida no município de Barcelos e a atividade desenvolvida no estado fronteiriço, dado o contexto geográfico que os une, bem como aspectos relacionados à possível sobrecarga da demanda no município de Barcelos, que tem resultado, além dos impactos percebidos por Ribeiro *et al.* (2020), no remanejamento de algumas operações para o Baixo Rio Branco, que consiste no *lôcus* desse estudo.

2.3 Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco-RR

O estado de Roraima, localizado no extremo norte do Brasil, é composto por 15 municípios e possuía uma população estimada de 636.303 habitantes em 2022, área territorial de 223.644,530 km² e densidade demográfica de 2,85 hab/km² (IBGE, 2023) estabelecendo limites fronteiriços com os estados do Amazonas e Pará e com os países Guiana Inglesa e Venezuela.

O estado é marcado pela miscigenação que caracteriza sua população, primeiro pelo processo de colonização portuguesa no século XVIII (Ramos, 2022) e depois pela mineração

De acordo com Freitas (2021), o Baixo Rio Branco possui como principais afluentes os rios Água Boa do Univiní, Catrimani e Xeriuini na margem direita e Quitauaú, Anauá e Itapará na margem esquerda e apresenta vasta diversidade de recursos naturais bióticos e abióticos, além de contar com a presença de comunidades tradicionais indígenas yanomamis e de comunidades ribeirinhas, sendo esse segundo grupo contemplado por este estudo.

A região abriga 17 comunidades ribeirinhas, sendo elas: Sacaí, Terra Preta, Lago Grande, Caicubi, Cachoeirinha, Canauini e Panacarica localizadas no território do município de Caracaraí, e Samaúma, Xixuau, Santa Maria Velha, Dona Cota, Remanso, Paraná da Floresta, São José, Itaquera, São Jorge e Santa Maria do Boiaçu localizadas no território de Rorainópolis (Vitório, 2014, p. 16), que vivem essencialmente do extrativismo, da agricultura familiar e da pesca (Cavalcante *et al.*, 2020; Negrão, 2018).

Dada a grande abrangência territorial da região, contemplou-se neste estudo os residentes da comunidade de Santa Maria do Boiaçu, situada em Rorainópolis-RR, para a aplicação dos instrumentos de pesquisa, por seu número expressivo de moradores, quando comparado às demais comunidades da região do Baixo Rio Branco.

O Baixo Rio Branco destaca-se, dentre outros aspectos, pela ocorrência de diversificado conjunto de espécies de peixes, como pirarara, filhote, piraíba, jandiar, surubim (Nogueira *et al.*, 2013), com destaque para as espécies Tucunaré Borboleta (*cichla orinocensis*), Tucunaré Popoca (*cichla monoculus*) e Tucunaré-Açu (*cichla temensis*) que, de acordo com o analista ambiental Crepaldi (2014), apresentam considerável incidência nas águas claras do Rio Branco, atraindo a demanda pelo segmento de Turismo de Pesca Esportiva aqui retratado.

O segmento de Turismo de Pesca Esportiva, nesse cenário, apresenta bons prospectos econômicos, ofertando a possibilidade de configurar-se como vetor de melhoria da qualidade de vida das comunidades, a partir da criação de postos de trabalho e, consequentemente, movimentação da economia local (Amazonastur, 2020b; Dinelli & Nogueira, 2022). Banducci Júnior (2006) acrescenta, entretanto, que o segmento não deve representar fundamentalmente esse viés econômico, uma vez que deve viabilizar a relação direta entre turista e ribeirinho, promovendo um processo de reconhecimento de si por parte deste segundo, por meio do diálogo estabelecido no decorrer do desenvolvimento da atividade, assegurando a manutenção de sua história, de seus valores e dos seus costumes.

Alerta-se, ainda, que não somente os recursos naturais do Baixo Rio Branco e a riqueza material e imaterial contida no conhecimento e na vivência das comunidades ribeirinhas que nele residem (Ribeiro *et al.*, 2020) seriam motivadores da atividade turística, cujo segmento não se limita à existência de espécies de peixes atrativos ou particularidades próprias do ambiente físico e cultural de uma região (MTur, 2010), sendo necessário também

que o turista disponha de serviços específicos para que possa praticar a atividade, tais como: transporte e acessibilidade à localidade, pessoal capacitado para atendê-lo, alojamento, alimentação, embarcações para conduzi-los, bem como facilidades de outros segmentos.

Ao investigar os reflexos do segmento na comunidade Terra Preta, situada às margens do Rio Xeriuni, Negrão (2018, p. 90) identificou que o turismo tem motivado a alteração de configurações socioeconômicas da comunidade que, a partir da disponibilidade de postos de trabalho no turismo, reduzem os esforços empregados em práticas como o plantio, em decorrência do menor esforço exigido pela atividade turística que, de acordo com moradores, oferece melhor remuneração que as atividades tradicionais antes praticadas.

A percepção de Negrão (2018) reflete, portanto, as mudanças nas dinâmicas sociais percebidas nas atividades de pesca desenvolvidas na Europa (Miret-Pastor *et al.*, 2020) e no Brasil, em regiões como o Pantanal (Luiz Netto & Mateus, 2009) e Amazonas (Laques *et al.*, 2018), onde o Turismo de Pesca Esportiva, apesar de oportunizar a geração de renda por meio de disponibilização de postos de trabalho, promoveu alterações perceptíveis na relação entre moradores e os ambientes naturais com os quais eles se relacionam diariamente.

Inferese, assim, que quanto maior a incidência de equipamentos e serviços turísticos em determinada localidade, maiores as interferências ambientais e sociais ocasionadas por eles. Nesse sentido, em levantamento realizado nos anos de 2020 e 2021 por Dinelli e Nogueira (2022), identificou-se a existência de 25 empreendimentos que operavam com Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco, dentre os quais 7 eram conhecidos pela entidade reguladora de atividades em ambientes naturais em Roraima e somente 4 estavam regularmente inscritos no Cadastur na categoria “Empreendimento de Apoio ao Turismo Náutico ou à Pesca Desportiva”.

No âmbito da legislação local, o poder público contempla o uso esportivo, ou turístico, da pesca em seus instrumentos legais, a fim de delimitar áreas de procriação, áreas para pesca comercial e áreas para pesca de subsistência e uso esportivo que, como instrui a Instrução Normativa nº 180, de 9 de julho de 2008, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis [IBAMA], visam atender às distintas demandas pesqueiras a fim de evitar a extrapolação de uso.

Ainda nessa esfera local, cabe à Fundação Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos [FEMARH], entidade criada pela Lei Estadual nº 001, art. 46, inciso III, item 2, de 26 de janeiro de 1991, e regulamentada pela Lei Delegada nº 004, de 16 de janeiro de 2003, sob o denominação inicial de Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Estado de Roraima [FEMACT-RR], a regulação de atividades desenvolvidas nos recursos hídricos roraimenses, conforme Lei nº 815 de 7 de julho de 2011, que dispõe que:

Art. 4º A Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima – FEMARH-RR tem por objetivo promover, elaborar, gerir, coordenar e executar a política do meio ambiente e de recursos hídricos do Estado de Roraima, com a finalidade de garantir o controle, a preservação, a conservação e a recuperação ambiental, visando o desenvolvimento sócioeconômico sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população.

É, portanto, competência da FEMARH, em comunhão com o IBAMA e de parcerias com outras instituições, como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade [ICMBio], o monitoramento das atividades desenvolvidas nos recursos naturais existentes no Baixo Rio Branco, incluindo-se os pesqueiros aqui retratados.

No campo da legislação, como instrumentos norteadores, a entidade dispõe da Instrução Normativa nº 07, de 24 de setembro de 2015 (Roraima, 2015), que estabelece diretrizes para a prática de pesca amadora na região do Baixo Rio Branco, indicando delimitações de embarcações, capacidade de carga, potência de motores de popa, tipos de apetrechos permitidos, normas de licenciamento e penalidades previstas para descumprimento de normas para os rios Água Boa do Univini, Xeruí e Itapará.

Cabe destacar, entretanto, que a instrução normativa refere-se somente a esses três rios, em decorrência do diagnóstico preliminar que a subsidiou, realizado por Salazar Filho, Andretta e Nogueira (2005), que consiste em documento seminal para a compreensão da atividade desenvolvida no Baixo Rio Branco, mas que é possível perceber a defasagem do instrumento regulador, haja vista o fato de que atualmente há presença efetiva do turismo também em outros rios, como Branco, Anauá, Jufaris e Jauaperi (Dinelli & Nogueira, 2022), não contemplados por quaisquer instrumentos legais que versem sobre o uso turístico.

O estado de Roraima dispõe ainda, como instrumento legal mais atual, da Lei nº 1.540, de 01 de novembro de 2021, que estabelece que:

Art. 1º Ficam vedadas, pelo período de 5 (cinco) anos, as pescas comerciais e amadoras de Peixe Tucunaré da Amazônia nos Rios Água Boa do Univini, Itapará, Xeruí e Jufari, ressalvadas as categorias de pesca esportiva e de pesca para subsistência dos moradores ribeirinhos.

Parágrafo único. No caso da pesca de subsistência, fica limitado a 7 (sete) exemplares do Peixe Tucunaré da Amazônia por embarcação.

Art. 2º Nos Rios especificados no art. 1º desta Lei, ficam permitidas apenas a pesca de subsistência e a pesca esportiva, considerada a prática de pesque e solte, com a finalidade de competição, turismo ou desporto, atendidos os requisitos legais, ficando proibidas as demais categorias de pesca.

Art. 3º Fica autorizada a pesca esportiva, nos Rios Água Boa do Univini, Itapará, Xeruini e Jufari, somente às empresas devidamente licenciadas pelo Órgão Estadual competente (Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEMARH), observando-se as limitações quanto à capacidade de exploração dos Rios.

Parágrafo único. A expedição de novos licenciamentos para a prática da pesca esportiva, nos Rios constantes dos artigos supramencionados, somente será efetivada após estudo de viabilidade, capacidade técnica dos Rios, consulta pública às comunidades envolvidas e autorização legislativa. (Roraima, 2021)

O acolhimento da Lei Estadual nº 1.540, de 01 de novembro de 2021 e as percepções de Dinelli e Nogueira (2022), permitem inferir que há defasagem dos instrumentos regulatórios, que não contemplam todos os rios, lagos e lagoas onde a atividade de pesca esportiva, assim como outras modalidades de pesca e atividades extrativistas, é desenvolvida em Roraima, consistindo em uma lacuna legal a ser preenchida.

Sob o prisma do social, que consiste no enfoque deste estudo, no diagnóstico preliminar do potencial de desenvolvimento de Pesca Esportiva na região do Baixo Rio Branco, Salazar Filho, Andretta e Nogueira (2005, p. 187) constataram, além do potencial turístico para a prática de turismo de pesca, a existência de conflitos entre os distintos atores sociais quanto à utilização e gestão dos recursos pesqueiros.

Em 2014, em relatório técnico-científico acerca da avaliação dos estoques de tucunarés no rio Água Boa do Univini, que se constitui em um dos tributários do Baixo Rio Branco, observou-se novamente a existência dos conflitos sociais quanto à utilização dos recursos pesqueiros locais (Crepaldi, 2014).

Luiz Netto e Mateus (2009, p. 384), assim como Miret-Pastor *et al.* (2020), indicam que, com a diversificação das modalidades de pesca, caracterizada pelo crescimento do Turismo de Pesca Esportiva, houve também mobilização nas atividades pesqueiras e que muitos pescadores profissionais passaram a desenvolver funções como tripulantes de embarcações de pesca amadora ou como guias de pesca²², e que, motivados por seu conhecimento sobre locais com maior piscosidade, passaram a conduzir turistas por espaços antes predominantemente ocupados por pescadores profissionais e amadores, sendo essa uma das causas dos conflitos entre os distintos atores sociais.

Em expedição realizada em 2017 na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã, situada no estado do Amazonas, que abrange os municípios de São Sebastião do Uatumã e Itapiranga, nos rios Uatumã, Jatapu e seus afluentes, ao se deparar com a oferta

²² Guias de pesca, guias-piloteiros ou piloteiros: profissionais responsáveis pela condução dos turistas entre as estruturas de turismo até os pontos de pesca.

do Turismo de Pesca Esportiva na região, Laques *et al.* (2018), levantaram o seguinte questionamento:

O surgimento de pousadas particulares voltadas para o turismo de pesca esportiva pode desestruturar o tecido social em virtude de uma entrada monetária desigual que incide sobre algumas poucas famílias, o que geraria uma relação de hierarquia empregatícia entre os membros de uma mesma comunidade? (Laques *et al.*, 2018, p. 183)

Embora a reflexão proposta por essa indagação tenha sido motivada pela observação da realidade percebida naquela unidade de conservação, acredita-se que ela facilite também a compreensão das interferências sociais ocasionadas pelo segmento turístico em comunidades ribeirinhas roraimenses, que podem, também consistir em um dos fatores de manutenção de conflitos, uma vez que se identifica que, dezesseis anos após a publicação de Salazar Filho, Andretta e Nogueira (2005) e treze anos após o Acordo de Pesca na Bacia do Baixo Rio Branco (IN nº 180/2008/IBAMA), perduravam em 2021 conflitos sociais entre os distintos usuários dos recursos hídricos e pescadores do Baixo Rio Branco, dentre os quais se destacam pescadores de subsistência, pescadores profissionais e pescadores amadores esportivos e recreativos (Dinelli & Nogueira, 2022)

No Pantanal, que foi precursor da segmentação no Brasil, Alho (2019, p. 776) identificou que as práticas das modalidades de pesca comercial, esportiva e de subsistência, apesar de consistirem em importante caminho rumo ao crescimento socioeconômico na região, estão impactando negativamente sobre o meio ambiente natural por meio da redução dos estoques pesqueiros, resultante da sobrepesca de algumas espécies da ictiofauna.

Araújo *et al.* (2021) e Soares Júnior (2022) destacam que o desenvolvimento sustentável do Turismo de Pesca Esportiva perpassa pela tomada de decisões da gestão pública, sendo necessário, portanto, fortalecer as ações de defesa ambiental, a fim de que as ações antrópicas nesses ambientes naturais não sejam causadoras de danos irreversíveis.

Retomando o contexto amazônico, ao visitar dezesseis, das dezessete comunidades ribeirinhas do Baixo Rio Branco, em expedição fluvial de cunho acadêmico-científico realizada em 2019, Cavalcante *et al.* (2020, p. 203) perceberam que as comunidades estão economicamente subordinadas a lógica de escoação e comércio das capitais Boa Vista, no estado de Roraima, e Manaus, no estado do Amazonas, bem como à atividade de turismo de Pesca Esportiva desenvolvida na região que, embora reconhecidamente altere o modo de vida das comunidades, permite que elas ali permaneçam mesmo sendo privadas, muitas vezes, do assistencialismo econômico, sanitário e educacional por parte da gestão pública.

Essa privação de assistencialismo socioeconômico, somada à limitada participação comunitária na renda proveniente da atividade pesqueira – comercial ou amadora - na região, à distância das comunidades ribeirinhas e indígenas dos centros comerciais, à redução de estoques pesqueiros (Alho, 2021; Ribeiro *et al.* 2020), à defasagem dos instrumentos legais (Dinelli & Nogueira, 2022), dentre outros aspectos, têm culminado, sobretudo, no fortalecimento desses conflitos de interesses entre distintos usuários dos recursos hídricos do Baixo Rio Branco, sendo imprescindível repensar seu desenvolvimento territorial sob uma ótica mais responsável (Alho, 2019), a fim de conciliar, de forma justa, eficaz e satisfatória, os interesses e as possibilidades de uso racional dos recursos naturais disponíveis na região.

2.4 Da Modernização à Sustentabilidade: Considerações sobre o Desenvolvimento Sustentável

Diante da literatura disponível, infere-se que o uso de recursos naturais pelo segmento turístico no Baixo Rio Branco requer a adoção de um modelo de desenvolvimento que responda às necessidades socioambientais, de modo que o planejamento, a gestão e a oferta turística sejam pautados em ações responsáveis, motivo pelo qual recorre-se nesse momento a alguns modelos de desenvolvimento aplicados ou aplicáveis ao turismo, para elucidar o que levou a considerar o desenvolvimento sustentável adequado às necessidades de investigação da temática deste estudo.

Fazito *et al.* (2017), embora não acreditem na eficácia prática do desenvolvimento sustentável por julgá-lo como de difícil operacionalização, proporcionam uma reflexão crítica e necessária à forma como a mercantilização do turismo conduz à modernização de espaços não atingidos pela cultura industrialista tradicional, como uma forma de dominação de grupos sociais nesse novo e tecnológico processo de industrialização tecnológica.

De acordo com os autores, o discurso hegemônico do turismo como indústria está totalmente associado ao modelo de desenvolvimento baseado na Teoria da Modernização (Rostow, 1959), que acredita que o crescimento consiste em um processo linear rumo ao desenvolvimento tecnológico e acúmulo de capital, sobrepondo-se às necessidades das populações tradicionais, não convindo, portanto, à pesquisa, devido à necessidade ética de busca por alternativas viáveis que equilibrem desenvolvimento econômico e salvaguarda dos aspectos sociais e ambientais locais.

Para Rostow (1959), o processo de modernização é escalonado e tem as sociedades tradicionais como estágio primário rumo ao desenvolvimento e, como estágio final desejável a criação de sociedades de consumo de massa, com alto consumo de tecnologia, por meio de regulações de mercado que resultam de políticas neoliberais e do processo de

globalização, que atendem aos interesses dos países economicamente favorecidos, detentores dessas tecnologias.

No turismo, que decorre dessa globalização (Beni, 2004), e que tem suas primeiras acepções pautadas em uma vertente economicista (Dias, 2008a), a utilização da teoria da modernização está comumente presente, principalmente no que tange à subalternização das sociedades economicamente subdesenvolvidas às classes dominantes, aspecto apontado também por Bresser-Pereira (2005) ao refletir sobre a teoria da dependência, onde a ideia de desenvolvimento, de acordo com o autor, consiste em um pacto social capaz de assegurar a manutenção e a legitimação do capitalismo.

Seguindo o percurso de teorias de desenvolvimento passíveis de aplicabilidade à pesquisa, acredita-se que a abordagem fornecida por Amartya Sen (2000), que acredita no desenvolvimento proporcionado pela expansão das capacidades humanas, contribui com o viés social do turismo, que consiste no enfoque da pesquisa, por compreender a necessidade de contemplar o aspecto social no planejamento turístico.

Sen (2000) estabelece cinco formas de liberdade que permitem refletir o desenvolvimento sob um prisma mais humanista, de forma integrada, sendo elas: i) liberdades políticas; ii) facilidades econômicas; iii) oportunidades sociais; iv) garantias de transparência e v) segurança protetora. Dentre essas liberdades, quando aplicadas ao turismo, presume-se que as liberdades políticas, as facilidades econômicas e as oportunidades sociais, em especial, que correspondem respectivamente ao exercício democrático da escolha de representantes, à contemplação de proventos advindos da atividade turística e ao exercício dos direitos sociais, são essenciais para compreender as limitações sociais da atual forma como a atividade turística se desenvolve no estado de Roraima, no tocante ao segmento de turismo de pesca, que se utiliza da biodiversidade local para a oferta de pacotes turísticos.

Embora o desenvolvimento proporcionado pela expansão das capacidades humanas permita vislumbrar um novo horizonte de respeito às necessidades sociais, nosso objeto de estudo, que envolve o diálogo com comunidades tradicionais ribeirinhas, está diretamente relacionado à manutenção da biodiversidade disponível, fazendo-nos inferir que o segmento de Turismo de Pesca Esportiva ofertado no Baixo Rio Branco-RR requer formas complexas e integradas de desenvolvimento.

Devido à complexidade das relações econômicas, sociais e dos impactos ao ambiente natural que o fenômeno turístico produz, especificamente diante da atuação do segmento de Turismo de Pesca Esportiva, é factível afirmar que não é possível observá-lo e refletir seu planejamento e gestão sob uma perspectiva maniqueísta, pois, ao mesmo tempo em que o turismo se desenvolve e gera divisas ao estado de Roraima, a literatura também mostra que ele pode contribuir para a degradação ambiental e protagonizar conflitos junto aos demais atores sociais que se utilizam dos recursos naturais.

Sendo esses conflitos sociais motivados, majoritariamente, por aspectos relacionados aos usos, manejo e modo de gestão dos recursos naturais locais, que são distintos entre as modalidades de pesca praticadas na região, é justo recorrer à Constituição Federal para entender que:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, Art. 225)

Desse modo, por não conseguir perceber, até o momento, uma teoria de desenvolvimento alternativa que contemple, em sua totalidade, as particularidades da atividade turística desenvolvida no contexto amazônico, entendendo que não é possível estabelecer os limites de inferência do fenômeno e que sua delimitação pode fragmentar o objeto de estudo (Panosso Netto & Nechar, 2016, p. 40), optou-se por adotar nesse estudo o desenvolvimento sustentável como paradigma a ser adequado à realidade local, considerando que ele oferece meios de se refletir sobre as necessidades atuais sem desprezar o período de recuperação do ambiente natural, bem como as necessidades de usufruto das gerações futuras (Soares Júnior, 2022).

Embora refletir sobre planejamento, gestão e oferta do Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco-RR sob a ótica do desenvolvimento sustentável pareça utópico, acredita-se nesse momento que este consiste em esforço necessário para que a atividade se sustente a médio e longo prazo, consistindo em um processo de construção permanente que carece de delimitações teórico-práticas.

A adoção do paradigma da sustentabilidade permite, então, que as vertentes ambientais, sociais e econômicas sejam consideradas de forma integrada, para que aspectos como as limitações de uso de recursos naturais, bem a composição dos arranjos sociais de seu entorno, sejam considerados no processo de manejo, gestão e desenvolvimento turístico, a fim de evitar que permaneçam subordinados aos objetivos econômicos provenientes da teoria modernizante.

Ruschmann (2012) contribui com esse entendimento ao afirmar que a sustentabilidade colabora diretamente para a contenção de possíveis danos irreparáveis causados nos meios turísticos, para reduzir problemas sociais que assolam as comunidades locais e agregar valor ao produto ofertado.

Desenvolver uma localidade com a atividade turística de forma insustentável tende a apresentar entraves diversos, que não se limitam aos impactos gerados ao meio ambiente

natural. Dependendo da forma como o fenômeno turístico é desenvolvido, a comunidade local pode, erroneamente, deixar de participar diretamente dos benefícios gerados pela atividade, ou não compreender seus reflexos, tendo em vista que:

os efeitos diretos são mais fáceis de compreender, pois resultam do dinheiro de despesas dos visitantes em empreendimentos turísticos, proporcionando o sustento para proprietários e administradores e criando empregos para funcionários (Goeldner; Ritchie; McIntosh, 2002, p. 282 como citado em Dias, 2008b, p. 42)

De acordo com os autores supracitados, a atividade turística interfere economicamente em níveis distintos na localidade onde é praticada, sendo notórios, em primeira escala, os investimentos e retornos diretos gerados nos empreendimentos turísticos, contudo, faz-se necessário compreender a substancialidade da satisfação da comunidade com a utilização dos recursos dos quais é detentora.

Para que os efeitos sejam refletidos e notados em todos os âmbitos mencionados anteriormente, Sachs (1990 como citado em Brasil, 2005) entende que o desenvolvimento sustentável deve incluir a gestão integrada de recursos naturais, sustentando o desenvolvimento em uma ética ambiental solidária com o ambiente natural, composto por recursos finitos, e com as gerações futuras.

Ao refletir sobre esses aspectos, é possível delinear a grande complexidade e a responsabilidade com que a atividade turística deve ser desenvolvida para que seja sustentável. No que se refere à utilização dos recursos naturais e culturais, destaca-se novamente a estreita relação de dependência do desenvolvimento sustentável nas práticas de ecoturismo, tamanha a vulnerabilidade dos recursos utilizados, com a finalidade de ofertar um produto que permita que estes sejam utilizados sem que sua atratividade seja o motivo de sua degradação (Ruschmann, 2012).

No Baixo Rio Branco-RR, onde distintas modalidades de pesca competem o uso do espaço natural com outras atividades econômicas, é possível perceber que a compreensão do contexto em que cada agrupamento faz uso desses recursos é essencial para o desenho de propostas de manejo adequadas, que atendam às necessidades sociais sem que resultem em sobrecarga dos recursos hídricos e pesqueiros lá existentes.

Em ensaio que discute a governança em políticas públicas de desenvolvimento sustentável na Amazônia, Makishi *et al.* (2020) enfatizam que todos os indivíduos são interdependentes socialmente e que somente por meio de esforço conjunto e integrado, é possível lograr sucesso em objetivos econômicos, uma vez que se os interesses individuais forem sobrepostos aos coletivos, haverá geração de conflitos sociais que interferirão negativamente na eficácia das políticas públicas disponíveis.

Esse envolvimento dos distintos atores sociais também é apontado por outros autores (Costa & Lima, 2018; Garlet *et al.*, 2020) como elemento fundamental para a sustentabilidade turística, considerando que somente o planejamento participativo é capaz de atender de forma satisfatória aos objetivos de desenvolvimento sustentável, dadas as especificidades e complexidades de cada objetivo em esfera local, sendo necessário, portanto, superar padronizações de escalas globais impostas pelo mercado e projetar modelos com bases locais.

Para tanto, é necessário munir-se de instrumentos eficazes para a delimitação de objetivos concretos em prol da construção do desenvolvimento sustentável, sendo destacada nesse momento a relevância da Agenda 2030, da ONU, como plano de ação passível de adoção, dadas as metas e ações bem definidas para o alcance do Desenvolvimento Sustentável, que envolvem as vertentes econômicas, ambientais e sociais na busca de sociedades mais responsáveis.

2.5 Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

O crescimento econômico protagonizado por alguns países no início do século XX despertou o desejo por melhores condições de vida, resultando na intensificação do nível de consumo mundial (Gazoni & Brasileiro, 2018; Ruschmann, 2012), aos moldes da teoria modernizante de desenvolvimento implementada por países detentores de tecnologia.

Dias (2008b) indica, entretanto, que no final do século XX foi possível perceber o início de um processo inverso, de transformação das tendências de desenvolvimento que, em vez de priorizar o crescimento econômico a qualquer custo, passou a preocupar-se com as questões ambientais e sociais, em uma perspectiva mais ética e justa, tamanha a pressão de movimentos ambientalistas que previam a extrapolação de recursos finitos no ritmo de consumo percebido.

No encontro Founex, ocorrido em 1971 na Suíça, intensificaram-se as críticas acerca das iminentes consequências desse modelo de desenvolvimento que visava crescimento econômico a qualquer custo e que não considerava a problemática ambiental em seus direcionamentos, permitindo refletir sobre a conservação ambiental e as questões sociais como fatores determinantes em prol de efetivo desenvolvimento, momento em que eclodiu o conceito de ecodesenvolvimento, do economista Ignacy Sachs, que mais tarde se tornaria o desenvolvimento sustentável aqui retratado, apoiado nas condicionantes sociais, ambientais e econômicas, em busca de sociedades mais justas e éticas para com o ambiente natural e, consequentemente, com as gerações futuras (Bursztyn *et al.*, 1993; Sachs, 2005)

O percurso de criação de instrumentos que orientassem esse novo paradigma de desenvolvimento perpassa pela criação do Programa das Nações Unidas para o Meio

Ambiente - PNUMA em 1972 (Sachs, 2002), pela Declaração de Cocoyoc em 1974 (Bursztyn *et al.*, 1993), pela elaboração do Relatório Brundtland - Nosso Futuro Comum, em 1987 (Costa & Lima, 2018; Dias, 2008b) e pela enorme contribuição da Conferência das Nações Unidas - UNCED, também conhecida como Eco-92, para a disseminação do conceito de sustentabilidade (Dias, 2008b).

No turismo, sobrepõe-se a criação da Agenda 21 para a Indústria de Viagens & Turismo criada pela Organização Mundial do Turismo (UNWTO, 1996), visando estimular a adoção de práticas sustentáveis no desenvolvimento das atividades do setor, que recomenda a adoção de ações integradas que otimizem os impactos positivos da atividade turística ao passo em que minimizem interferências negativas sobre os ambientes naturais e sociais com os quais o fenômeno se relaciona.

Considerando os mais de 50 anos que marcam os primeiros esforços em construir elementos que conduzissem ao paradigma da sustentabilidade de nossas ações enquanto seres sociais, bem como a necessidade de apoio em ferramentas com ações concretas que atendam às necessidades contemporâneas, optou-se por acolher nesse estudo a Agenda 2030, da ONU, que consiste em um instrumento que integra 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável [ODS]. Os ODS representam, de acordo com a própria entidade em *“um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade”* (ONU, 2022)

Os ODS da Agenda 2030, indicados na Figura 3, contam com 169 metas a serem alcançadas até o ano 2030 em prol da construção de sociedades mais justas, de um ambiente natural com uso equilibrado, com educação de qualidade, erradicação da pobreza, equidade de direitos humanos, controle climático e integração social mundial (ONU, 2022).

Figura 3

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030



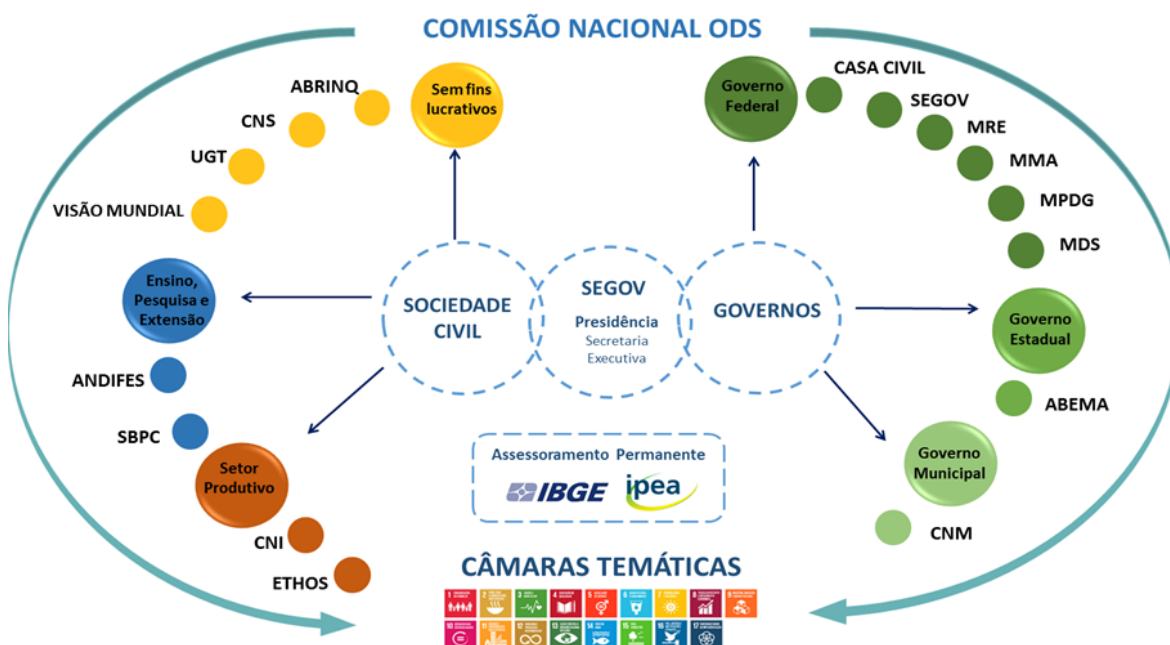
Fonte: ONU (2022)

No turismo, que advém do processo de globalização (Beni, 2004) e, com ele, reproduz de forma inata diversas ações danosas sobre os ambientes naturais e sociais nos quais se manifesta visando crescimento econômico, os ODS estabelecidos pela Agenda 2030 fornecem subsídios necessários para equilibrar o atendimento aos objetivos de desenvolvimento socioeconômico responsável à manutenção dos aspectos socioambientais que compõem as localidades turísticas.

No Brasil, o atendimento aos ODS da Agenda 2030 é de competência da Comissão Nacional de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, instituída pela Portaria de nº 38 de 24 de maio de 2017, e posteriormente alterada pela Portaria nº 56 de 07 de agosto de 2017 (CNM, 2023), que consiste em um instrumento consultivo, composto por representantes da sociedade civil e de entidades municipais, estaduais e federais (Brasil, 2017), como ilustra a Figura 4, com o objetivo de gerir e promover ações pertinentes à Agenda 2030.

Figura 4

Organograma de entidades que compõem a Comissão Nacional para os ODS



Fonte: CNM (2022)

Dentre as entidades representativas que compõem a Comissão Nacional de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Figura 4), considerando o enfoque local requerido pelo estudo aqui empreendido, dá-se destaque para a Confederação Nacional de Municípios [CNM], criada em 8 de fevereiro de 1980, com o intuito de contribuir para a autonomia da gestão municipal e representar os municípios brasileiros perante o Governo Federal e o Congresso Nacional.

Em vista disso, à CNM, que consiste em uma representação política-institucional, cabem as ações em esfera municipal de suporte ao alcance dos ODS da Agenda 2030, por

meio de orientações técnicas, jurídicas e criação de ferramentas que contribuam para o fortalecimento da atuação das gestões municipais (CNM, 2022), motivo pelo qual adotou-se, nesse estudo, a adaptação de metodologia que integra a Mandala ODS, criada pela CNM para monitorar o desempenho municipal na busca pelos ODS da Agenda 2030.

2.5.1 Municípios brasileiros e a Agenda 2030: Mandala ODS CNM

Refletir sobre o desenvolvimento sustentável da atividade turística tem sido o esforço de pesquisadores e profissionais de diversas áreas do conhecimento nas últimas décadas, em cujos estudos percebem-se proposições e implantações de instrumentos centrados, majoritariamente, em indicadores econômicos e ecológicos para propor a reflexão sobre os possíveis impactos do fenômeno sobre as comunidades receptoras (Banducci Júnior, 2006, p. 190), sem que considerem as complexidades dos arranjos sociais locais que permitiriam uma visão endógena do fenômeno, retirando-lhes o papel de sujeitos passivos no processo de busca pelo desenvolvimento sustentável, que requer, sobretudo, o protagonismo de suas ações.

A reflexão aqui proposta, baseada no planejamento e na gestão participativa oportunizados pelo desenvolvimento sustentável, decorre, portanto, de compreendermos que não é possível pensar na oferta do Turismo de Pesca Esportiva, na pesca comercial e, sobretudo, na manutenção da pesca de subsistência das comunidades locais de forma sustentável sem considerar a forma como esses diferentes grupos dialogam com o recurso hídrico em análise, a fim de encontrar meios compatíveis com a realidade local para subsidiar o desenvolvimento equânime.

Acredita-se, dessa forma, que o compromisso com o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, por meio da Agenda 2030, deve ocorrer no turismo de forma descentralizada, para que seja possível contemplar aspectos inerentes à realidade local, sendo justa, nesse momento, a adoção do instrumento Mandala ODS, que segundo a Confederação Municipal de Municípios, consiste em:

aplicativo disponibilizado aos gestores públicos municipais e à sociedade que possibilita diagnosticar, monitorar e avaliar o desempenho dos Municípios brasileiros quanto ao nível do alcance da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (CNM, 2022).

Embora não represente uma ferramenta exclusiva para a atividade turística, a Mandala conta com a estrutura de indicadores que permitem o monitoramento do alcance dos ODS, em esfera municipal, a partir de dados oficiais de órgãos de controle da gestão pública,

conforme disposto na Figura 5, contemplando aspectos institucionais, socioeconômicos e ambientais que sofrem influência direta do turismo e que também incidem sobre ele.

Figura 5
Metodologia da Mandala ODS

Quadrante	Nº de Indicadores	Nome	Fonte
Institucional	5	Gasto com Pessoal	Finanças do Brasil - Secretaria do Tesouro Nacional
		Índice de Equilíbrio Fiscal	Finanças do Brasil - Secretaria do Tesouro Nacional
		Custo da Máquina	Finanças do Brasil - Secretaria do Tesouro Nacional
		Participação em Consórcios Públicos Intermunicipais	Confederação Nacional de Municípios
		Índice de Transparência de Governos Municipais	Ministério Público Federal
Econômico	7	PIB per capita municipal	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
		Remuneração média dos empregos	Relação Anual de Informações Sociais - Ministério do Trabalho e Emprego
		Evolução dos estabelecimentos empresariais	Relação Anual de Informações Sociais - Ministério do Trabalho e Emprego
		Empresas exportadoras do município	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
		Índice de acesso à internet rápida	Agência Nacional de Telecomunicações - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
		Evolução dos Empregos Formais	Relação Anual de Informações Sociais - Ministério do Trabalho e Emprego
		Receita Média dos Microempreendedores Individuais (MEI)	Consórcio de Informática na Gestão Municipal com dados da Receita Federal
Social	14	Proporção de pessoas vivendo em extrema pobreza	CADÚNICO - Ministério da Cidadania - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
		Taxa de mortalidade infantil	DATASUS - Ministério da Saúde
		Baixo peso ao Nascer - Desnutrição	DATASUS - Ministério da Saúde
		Índice de aprendizado adequado até 5º ano Matemática	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Ministério da Educação
		Índice de aprendizado adequado até 5º ano Português	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Ministério da Educação

		Índice de aprendizado adequado até 9º ano Matemática	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Ministério da Educação
		Índice de aprendizado adequado até 9º ano Português	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Ministério da Educação
		Taxa de abandono escolar - anos iniciais	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Ministério da Educação
		Taxa de abandono escolar - anos finais	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Ministério da Educação
		Índice de mortes por abuso de álcool e outras drogas	DATASUS - Ministério da Saúde
		Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes	DATASUS - Ministério da Saúde - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
		Taxa de feminicídio	DATASUS - Ministério da Saúde
		Taxa de óbitos maternos	DATASUS - Ministério da Saúde
		Taxa de Mortalidade no Trânsito	DATASUS - Ministério da Saúde
Ambiental	4	Participação em políticas de Conservação Ambiental	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
		Índice de perdas na distribuição de água urbana	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - Ministério do Meio Ambiente
		Índice de tratamento de esgoto - urbano	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - Ministério do Meio Ambiente
		Taxa de cobertura de coleta de resíduos domiciliares urbanos	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - Ministério do Meio Ambiente

Fonte: Adaptado de CNM (2022)

Para classificar os municípios conforme suas semelhanças no processo de busca por atendimento aos ODS, a CNM adotou os seguintes indicadores de agrupamento: i) Média da população; ii) Receita Corrente Líquida - RCL *per capita*; iii) População em extrema pobreza; e iv) Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, resultando da divisão em *clusters*²³, conforme disposto na Figura 6 (p. 44).

²³ Termo proveniente do idioma inglês que, em livre tradução, significa *Grupos* ou *Aglomerados*.

Figura 6
Mandala ODS - Municípios divididos em Clusters

Cluster	Municípios	IDHM	Média da população	Receita total per capita	% na extrema pobreza
Capitais	27	0,78	1.667.956	1.809,28	2,69
Grupo 1	167	0,75	215.631	1.840,13	2,33
Grupo 2	25	0,78	607.403	2.475,15	1,48
Grupo 3	2.591	0,6	13.316	1.613,99	20,92
Grupo 4	120	0,62	70.519	1.125,11	17,5
Grupo 5	2.390	0,71	12.096	2.267,81	2,39
Grupo 6	249	0,73	79.383	1.478,45	2,67

Fonte: CNM (2022)

Excetuando-se as capitais, que formam um grupo à parte na classificação realizada pela CNM, a Figura 6 ilustra a criação do total de 6 grupos, sendo eles: i) Grupo 1: formado pelos Municípios do cluster 1; ii) Grupo 2: formado pelos Municípios do cluster 4; iii) Grupo 3: formado pelos Municípios dos clusters 2 e 3 com baixo IDH e menos de 50 mil habitantes; iv) Grupo 4: formado pelos Municípios dos clusters 2 e 3 com baixo IDH e mais de 50 mil habitantes; v) Grupo 5: formado pelos Municípios do clusters 5 com alto IDH e menos de 50 mil habitantes; e vi) Grupo 6: formado pelos Municípios do clusters 5 com alto IDH e mais de 50 mil habitantes.

Nesse contexto, ao realizar pesquisa eletrônica prévia à Mandala ODS dos municípios de Caracaraí e Rorainópolis, que abrigam o *lócus* do estudo realizado, observou-se que estes se inserem no Grupo 3, formado pelos municípios dos *clusters* 2 e 3 com baixo IDH e menos de 50 mil habitantes, cujos diagnósticos específicos serão dispostos adiante.

Com o intuito de observar o objeto de estudo sob o prisma social, portanto, deu-se enfoque aos indicadores sociais da Figura 5 (pp. 42-43), sobretudo aos aspectos contemplados pela metodologia da Mandala ODS compatíveis com a realidade das comunidades ribeirinhas do Baixo Rio Branco que permitiram o alcance dos objetivos do estudo.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 Critérios para seleção do portfólio teórico-conceitual

Para a revisão de literatura acerca da temática central da pesquisa, foi realizada a análise de artigos científicos, dissertações e teses disponibilizados pelas bases de dados Scientific Periodicals Electronic Library – SPELL, Scientific Electronic Library Online – SciELO, Periódicos CAPES e Catálogo de Teses & Dissertações – CAPES, com a utilização das palavras-chave “Turismo de Pesca”, “Pesca Esportiva” e “Turismo de Pesca Esportiva”, todas entre aspas, com refinamento pelo ano de publicação, delimitado no período entre 2017 e 2022, cuja seleção foi realizada por meio do processo de seleção de portfólio bibliográfico ProKnow-C (Ensslin *et al.*, 2010), resultando inicialmente nos dados contidos no Figura 7.

Figura 7

Quantitativo de estudos encontrados por meio das palavras-chave definidas

Bases de dados	Palavras-Chave					
	Turismo de Pesca		Pesca Esportiva		Turismo de Pesca Esportiva	
	Resultados iniciais	Seleção ProKnow-C	Resultados iniciais	Seleção ProKnow-C	Resultados iniciais	Seleção ProKnow-C
SPELL	29	1	3	1	3	1
SciELO	11	1	14	2	1	1
Periódicos CAPES - CAFe	56	5	136	7	7	1
Catálogo de Teses & Dissertações - CAPES	22	4	106	8	2	1

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Figura 7 estão dispostos os quantitativos de publicações nas bases de dados selecionadas, sendo o lado esquerdo de cada coluna resultante da busca pelas palavras-chave definidas e o direito de resultantes da delimitação de publicações recentes, compreendidas entre os anos de 2017 e 2022. Devido à limitada existência, nas bases de dados utilizadas, de produções científicas acerca do termo “turismo de pesca esportiva”, optou-se por inserir também no processo construtivista do ProKnow-C as palavras “turismo de pesca” e “pesca esportiva”, a fim de favorecer a identificação de quantitativo mais expressivo para contribuir com a elaboração das abordagens teórico-conceituais do estudo.

Seguindo a técnica ProKnow-C (Ensslin *et al.*, 2010) em todos os resultados apresentados pelas bases de dados selecionadas no decorrer das pesquisas bibliográfica e

eletrônica, realizou-se a eliminação de artigos repetidos encontrados simultaneamente nas distintas bases de dados, a identificação do alinhamento com o tema da dissertação por meio da leitura do título dos estudos, sua relevância científica, a atualidade de publicação, a identificação do alinhamento com o tema por meio da leitura dos resumos e, por fim, a leitura integral dos artigos, dissertações e teses que atenderam a todos os requisitos do processo, resultando no portfólio bibliográfico básico contido na Figura 8, que conta com o total de dez trabalhos, entre artigos científicos e teses ou dissertações.

Figura 8

Portfólio bibliográfico básico da pesquisa

Eixos Temáticos	Autores
Turismo de Pesca Esportiva	Alho (2019); Andrade (2019); Araújo (2021); Paixão (2019)
Turismo de Pesca Esportiva na Amazônia Legal	Laques <i>et al.</i> (2018); Oliveira-Júnior (2019); Ribeiro <i>et al.</i> (2020); Rodrigues <i>et al.</i> (2020); Soares Júnior (2022)
Turismo de Pesca Esportiva em Roraima	Negrão (2018)

Fonte: Dados da pesquisa.

Além da literatura específica sobre a temática central do estudo e dos estudos seminais percebidos a partir dessas leituras, para refletir sobre teorias de desenvolvimento, sobre a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável e sobre a Mandala ODS, optou-se por recorrer à literatura original e aos documentos oficiais, a fim de evitar ruídos na compreensão de seus princípios.

Para a formatação do texto dissertativo elaborado a partir da literatura encontrada, optou-se por atender aos critérios definidos na sétima edição do manual da American Psychological Association [APA], conforme instrumento orientador da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2022).

3.2 Caracterização da pesquisa

Compreendida a estrutura que permitiu o mapeamento dos instrumentos teórico-conceituais que sustentam esta abordagem propositiva, a pesquisa se desenvolveu de forma aplicada, objetivando possibilitar conhecimentos para aplicação prática e solucionar problemas específicos de interesse local (Gerhardt & Silveira, 2009), tendo como *lócus* a região do Baixo Rio Branco, compreendida entre os municípios de Caracaraí e Rorainópolis, localizados na região centro-sul do estado de Roraima, que abriga 17 comunidades ribeirinhas, sendo a vila de Santa Maria do Boiaçu escolhida para a aplicação dos instrumentos desse estudo.

A pesquisa realizada se desenvolveu de forma exploratória, a fim de permitir maior familiaridade com o problema de pesquisa (Gerhardt & Silveira, 2009); descritiva, para atender à necessidade de conhecer e descrever, à luz da ciência, os fatos e fenômenos da realidade aqui delimitada (Triviños, 2011); além de recorrer às pesquisas bibliográfica, documental e eletrônica para a obtenção de informações complementares, utilizando-se também da pesquisa de campo para a observação do fenômeno *in loco*.

Quanto à abordagem da pesquisa, justifica-se, embora ela conte com elementos da estatística básica para a identificação das maiores congruências de percepções dos respondentes nas questões fechadas propostas nos questionários, optou-se pela adoção da análise qualitativa, visando contemplar abordagens não passíveis de mensuração, fornecendo descrições, aspirações, valores, compreensões, interpretações e análises diversas que não podem ser expressas por dados e números (Minayo, 2001).

3.3 Universo da pesquisa

O universo da pesquisa correspondeu aos *stakeholders* envolvidos, direta ou indiretamente, na oferta do Turismo de Pesca Esportiva na região do Baixo Rio Branco, em Roraima, sendo o grupo composto por: i) moradores da comunidade ribeirinha Santa Maria do Boiaçu (Rorainópolis-RR), situada no Baixo Rio Branco; ii) operadores de Turismo de Pesca Esportiva da região; e iii) representantes das gestões municipais de Caracaraí e Rorainópolis.

A escolha da comunidade de Santa Maria do Boiaçu, situada no município de Rorainópolis-RR, ocorreu devido à percepção de nela haver maior densidade demográfica, se comparado às demais comunidades do Baixo Rio Branco-RR, sendo, portanto, a que melhor representa quantitativamente as demais comunidades ribeirinhas da região.

Justifica-se ainda que o segundo grupo de respondentes foi composto por empresários que operam regularmente com o Turismo de Pesca Esportiva no estado de Roraima, devidamente cadastrados junto ao órgão regulamentador e fiscalizador da atividade em esfera local e que o terceiro grupo corresponde a representantes da pasta de turismo dos municípios de Caracaraí e Rorainópolis.

O critério utilizado para a seleção dos grupos de respondentes, no geral, foi a avaliação de seu grau de representatividade e envolvimento na gestão, fiscalização e/ou na utilização dos recursos pesqueiros da região do Baixo Rio Branco, e para a definição dos moradores de Santa Maria do Boiaçu que contribuiriam com a pesquisa, foi adotada a amostragem não probabilística por meio da técnica *snowball*, ou bola de neve, onde a amostra foi definida por meio das redes de referências criadas pelos primeiros moradores abordados durante a pesquisa de campo.

De acordo com Baldin & Munhoz (2011), na técnica *snowball*,

os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto (o “ponto de saturação”). O “ponto de saturação” é atingido quando os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes à pesquisa (WHA, 1994). Portanto, a *snowball* (“Bola de Neve”) é uma técnica de amostragem que utiliza cadeias de referência, uma espécie de rede. (Baldin & Munhoz, 2011, p. 332)

Para Dewes (2013), o primeiro passo da técnica, que consiste em encontrar sujeitos pertencentes ao público-alvo do objeto do estudo, é crucial para a efetividade dos resultados, pois estas *sementes*, conseguirão indicar outra onda de respondentes capazes de contribuir com o objeto de estudo e, conseqüentemente, criar uma nova onda de respondentes que fará o mesmo, até atingir o *ponto de saturação* indicado por Baldin & Munhoz (2011).

No estudo realizado, as primeiras *sementes* escolhidas na aplicação da técnica consistiram em família de moradores, cujo patriarca, de 73 anos de idade, e sua esposa, são residentes de Santa Maria do Boiaçu há mais de 30 anos e possuem grande conhecimento da estrutura social da comunidade.

3.4 Coleta, análise de dados e tratamento ético

Como instrumentos de pesquisa, foram utilizados questionários com questões mistas, para atender aos objetivos do estudo com relação à necessidade de obtenção de conhecimento ainda não contemplado no material teórico disponível, a fim de obter informações subjetivas sobre valores, conhecimentos, expectativas e comportamentos dos indivíduos aos quais foram submetidos, sob a égide do paradigma da sustentabilidade.

Figura 9

Controle de abordagem para distribuição de questionários

Atores sociais contemplados pela pesquisa	Atores contatados	Questionários Entregues	Questionários respondidos
Comunidade Local – Residentes de Santa Maria do Boiaçu [QC]	42	30	23
Empresários [QE]	05	05	02
Prefeituras de Caracaraí e/ou Rorainópolis [QP]	02	02	01
Total de respondentes:			26

Fonte: Dados da pesquisa.

Os questionários, entregues impressos às comunidades e prefeituras, e via *Google Forms* aos empresários, conforme modelos representados nos Apêndices A, B, e C, cujos sujeitos tiveram suas identidades preservadas e, quando citados, foram identificados com as iniciais [QC] quando respondentes das comunidades, [QE] quando empresários e [QP] quando representante de prefeitura, seguidos de numeração equivalente à sequência de tabulação, foram construídos a partir da literatura específica e da adaptação dos indicadores utilizados pela Mandala ODS, da Confederação Nacional de Municípios [CNM], que consiste no modelo adotado neste estudo.

A escolha da Mandala ODS CNM se justifica por sua praticidade e por sua correspondência com os ODS da Agenda 2030 da ONU, como ilustra o quadro de equivalência representado na Figura 10, ao abranger questões como pobreza, saúde, educação e segurança, que são cruciais para o contexto social aqui investigado.

Figura 10

Correspondência entre as ODS da Agenda 2030 e Indicadores da Mandala ODS CNM

ODS Agenda 2030	Metas ODS Agenda 2030 contempladas pela Mandala ODS CNM	Indicador utilizado pela Mandala ODS CNM para o atendimento ao ODS
ODS 1 - Erradicação da Pobreza. Objetivo: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	Meta 1.1 – Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia; Meta 1.3 – Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social apropriados para todos, incluindo pisos, e, até 2030, atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis. Meta 1.4 – Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças.	Proporção de pessoas vivendo em extrema pobreza
ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável. Objetivo: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e	Meta 2.2 – Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, inclusive pelo alcance, até 2025, das metas acordadas internacionalmente sobre desnutrição crônica e desnutrição em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades	Baixo peso ao Nascer - Desnutrição

a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	nutricionais de meninas adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas. Meta 2.3 – Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.	
ODS 3 - Saúde e Bem-Estar. Objetivo: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.	Meta 3.1 – Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos.	Taxa de óbitos maternos
	Meta 3.2 – Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos até 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos até 25 por 1.000 nascidos vivos.	Taxa de mortalidade infantil
	Meta 3.5 – Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool.	Índice de mortes por abuso de álcool e outras drogas
ODS 4- Educação de Qualidade. Objetivo: Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.	Meta 4.1 – Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade e que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.	Índice de aprendizado adequado até 5º ano Matemática
	Meta 4.4 – Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.	Índice de aprendizado adequado até 5º ano Português
	Meta 4.6 – Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.	Taxa de abandono escolar - anos iniciais
		Taxa de abandono escolar - anos finais

ODS 5 - Igualdade de Gênero. Objetivo: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.	Meta 5.2 – Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico, a exploração sexual e de outros tipos.	Taxa de feminicídio
ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis. Objetivo: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.	Meta 11.2 – Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.	Taxa de Mortalidade no Trânsito
ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes. Objetivo: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.	Meta 16.1 – Reduzir consideravelmente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas.	Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Fonte: Elaborada a partir de CNM (2016); CNM (2022) e ONU (2022)

A Figura 10 (pp. 49-51) apresenta os ODS sociais da Agenda 2030 contemplados pela Mandala ODS CNM nos municípios de Caracaraí e Rorainópolis, com seus respectivos indicadores, cuja equivalência foi identificada a partir das metas contidas no *Guia para Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros* (CNM, 2016).

O uso da Mandala ODS CNM se justifica de forma específica nesse estudo, portanto, devido ao favorecimento das dimensões socioeconômicas que permitem a identificação dos fatores limitantes para a construção de uma sociedade mais justa e equânime, sob a perspectiva do paradigma do desenvolvimento sustentável.

Como a ferramenta inclui também aspectos alheios à realidade das comunidades ribeirinhas, por englobar os municípios em sua totalidade territorial, para cada indicador, foram feitos os seguintes questionamentos: i) O indicador é compatível com a realidade ribeirinha do Baixo Rio Branco? e ii) O turismo pode influenciar, direta ou indiretamente, sobre o

indicador? Nos casos em que ambas as respostas foram afirmativas, aderiu-se ao indicador para a elaboração de parte do questionário aplicado junto a moradores da comunidade de Santa Maria do Boiaçu, que contou também - assim como os questionários propostos aos empresários e aos representantes das prefeituras municipais, com os contributos teóricos da literatura existente, como está sintetizado na Figura 11.

Figura 11

Quadro de construção dos instrumentos de coleta de dados da pesquisa

Objetivo específico	Respondentes	Questionamento proposto – Construção dos Instrumentos de Pesquisa (Questionários)	Base Teórica
Contextualizar a oferta do Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco-RR, sob o prisma de seus stakeholders e da literatura específica.	Comunidade local [QC], Empresários [QE] e Prefeituras [QP].	Quantos empreendimentos operam, atualmente, com a atividade de Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco? Quais são esses empreendimentos?	Dinelli & Nogueira (2022); Nogueira <i>et. al</i> (2013).
		Qual o período de duração de uma temporada de pesca esportiva no Baixo Rio Branco? Ela ocorre em quais meses?	Dinelli & Nogueira (2022)
		Quais serviços/produtos são ofertados pelos operadores nos pacotes de Pesca Esportiva? Quais desses serviços e/ou produtos são originários do Baixo Rio Branco?	Dinelli & Nogueira (2022)
		O que o turista mais valoriza ao vivenciar o turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco?	Gonçalves & Gonçalves (2013)
		Quais os tipos de empregos diretos são ofertados durante a temporada de Pesca Esportiva? Quais desses são ocupados por moradores do Baixo Rio Branco?	Banducci (2006); Gonçalves & Gonçalves (2013); Dinelli & Nogueira (2022)
		Além dos empregos diretos, o Turismo de Pesca Esportiva gera renda no Baixo Rio Branco por meio de empregos indiretos e/ou utilização de serviços terceirizados? Em caso afirmativo, quais são eles?	Dinelli & Nogueira (2022)
	Prefeituras [QP].	Qual a média de arrecadação anual do Turismo de Pesca Esportiva para o seu município?	Gonçalves & Gonçalves (2013)
	Empresários [QE]	Quais critérios são utilizados para a seleção e contratação de pessoal?	Nogueira (2006)
		Qual o perfil majoritário dos turistas de pesca esportiva atendidos pelo seu empreendimento?	Gonçalves & Gonçalves (2013); Dinelli & Nogueira (2022)

Compreender o contexto social das comunidades ribeirinhas locais, a partir da Mandala ODS e de atores sociais locais.	Comunidade local [QC].	O que é Turismo de Pesca Esportiva?	MTur (2010)
		Quais as principais atividades econômicas (fontes de renda) das comunidades do Baixo Rio Branco-RR?	Negrão (2018); Seabra (2019)
		Aplicação da adaptação da Mandala ODS CNM. Indicadores: Ocorrência de pessoas vivendo em extrema pobreza; Ocorrência de mortalidade infantil; Ocorrência de nascidos vivos com baixo peso; Aprendizado adequado até 5º ano – Matemática; Aprendizado adequado até 5º ano – Português; Ocorrência de abandono escolar – Anos iniciais (1º ao 5º ano); Ocorrência de abandono escolar – Anos Finais (6º ao 9º ano); Ocorrência de mortes por abuso de álcool e outras drogas; Ocorrência de homicídios; Ocorrência de feminicídio; Ocorrência de óbitos maternos; Ocorrência de mortalidade no transporte fluvial.	CNM (2023)
Identificar os reflexos e desafios do Turismo de Pesca Esportiva no contexto social do Baixo Rio Branco-RR, com base nos dados obtidos e nos ODS sociais.	Comunidade local [QC], Empresários [QE] e Prefeituras [QP].	Quais os impactos (negativos e/ou positivos) gerados pelo Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco-RR?	Nogueira (2006); Dinelli & Nogueira (2022); Vitório (2014)
		De que forma se dá a relação entre as comunidades locais e os operadores de Turismo de Pesca Esportiva?	Crepaldi (2014); Salazar Filho, Andretta & Nogueira (2005)
		De que forma se dá a relação entre as comunidades locais e os pescadores profissionais?	Crepaldi (2014); Salazar Filho, Andretta & Nogueira (2005)
		De que forma se dá a relação entre os operadores de Turismo de Pesca Esportiva e os pescadores profissionais?	Crepaldi (2014); Salazar Filho, Andretta & Nogueira (2005)
		Como você avalia a atual forma de gestão dos recursos pesqueiros utilizados pelo Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco? Você se sente inserido nas ações relativas à gestão dos recursos hídricos e pesqueiros utilizados pelo Turismo de Pesca Esportiva?	Dinelli & Nogueira (2022)

		Quais os maiores desafios sociais para a gestão dos recursos hídricos e pesqueiros no Baixo Rio Branco e o desenvolvimento sustentável do Turismo de Pesca Esportiva nele ofertado?	Dados da pesquisa.
--	--	---	--------------------

Fonte: Dados da pesquisa.

A coleta de dados realizada por meio das questões contidas na Figura 11 (pp. 52-54) foi realizada no período compreendido entre os meses de outubro/2022 e abril/2023 à amostra da população previamente indicada. Durante as pesquisas em campo, dada a proximidade entre pesquisadora e o objeto de estudo, foi aplicada também a observação participante, além da aplicação dos questionários com as questões mistas previamente formuladas.

As informações obtidas por meio do referencial teórico acerca do tema e dos questionários aplicados foram sistematizadas por meio do *software Microsoft Excel®*, permitindo o tratamento dos resultados, inferências e interpretações em consonância com a revisão de literatura que deu base à investigação.

Para o tratamento dos dados obtidos a partir das questões abertas dos questionários propostos, adotou-se a fenomenologia husserliana²⁴, visando identificar a essência do conhecimento dos distintos *stakeholders* a respeito do objeto de estudo, a partir do modelo de análise hermenêutico proposto por Panosso Netto (2005), que considera descrição, invariantes e essência dos dados coletados, como ilustra a Figura 12, a fim de evitar reducionismos na compreensão do fenômeno estudado, por meio da percepção dos atores que possuem o contato direto com a realidade empírica do fenômeno social (La Torre, 1991).

Figura 12

Modelo de análise aplicado à pesquisa



Fonte: Panosso Netto (2005)

O tratamento ético da pesquisa obedeceu à Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que determina diretrizes éticas específicas para as Ciências Humanas e Sociais, bem como às orientações práticas do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN e ao que dispõe a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que consiste na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

²⁴ Corrente filosófica do século XX, fundada por Edmundo Husserl, conhecida como a *ciência de essências*. Eidética. Compreensão da essência do objeto. (Panosso Netto, 2005)

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Entre molinetes, carretilhas e registros fotográficos: Retrato da oferta do Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco-RR

Para contextualizar a oferta do Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco-RR, sob o prisma de seus *stakeholders* e da literatura específica, recorreu-se às pesquisas bibliográfica e eletrônica, bem como a representantes das prefeituras municipais de Caracaraí e Rorainópolis, a moradores da comunidade ribeirinha Santa Maria do Boiaçu e a empresários que operam na região de forma regular, por meio de questionários com questões mistas.

Para a identificação dos empresários que seriam abordados para colaborar com a pesquisa, utilizou-se como critério de seleção as empresas devidamente licenciadas pela entidade pública competente, tendo sido informada a existência do total de 06 empreendimentos regulares, sendo 03 autorizadas a operar no município de Caracaraí, 02 em Rorainópolis e 01 entre os municípios de Caracaraí e Rorainópolis.

Dentre as empresas, uma não foi localizada e cinco foram contactadas, tendo apenas duas delas retornado os questionários devidamente respondidos até a conclusão da coleta de dados, sendo aqui representadas pelas siglas [QE1] e [QE2]. Por questões éticas, não constam no estudo os nomes dos respondentes, empresas e/ou empresários citados pelos respondentes, cujas informações somente foram requeridas nos questionários para fins de identificação e eliminação de possíveis duplicidades.

De acordo com os grupos de respondentes compostos por residentes, empresários e gestor municipal, a temporada de pesca esportiva na região dura, em média, 6 meses, iniciando-se entre o final do mês de setembro e o início do mês de outubro, devido ao fim do período chuvoso no estado de Roraima, e encerrando no mês de março, época em que o regime das águas reduz consideravelmente, restringindo a navegabilidade.

A revisão de literatura nos indica que a atividade de Turismo de Pesca Esportiva na região do Baixo Rio Branco iniciou-se por volta dos anos 2000 (Nogueira *et al.*, 2013), contudo, de acordo o respondente QE1, seu empreendimento é atuante desde o ano de 1991, remontando 32 anos de oferta turística no segmento em tela.

De acordo com informações coletadas informalmente no decorrer das pesquisas de campo, que ocorreram durante a temporada de pesca esportiva 2022/2023, os pacotes de pesca esportiva em Roraima variavam, neste ano, entre R\$ 8.000,00 (Oito mil reais) e US\$ 12.000,00 (Doze mil dólares), por visitante, a depender da origem do público atendido.

Esses valores se justificam, de acordo com a observação participante empreendida no decorrer da temporada de pesca, pelo restrito número de turistas atendidos semanalmente, dada a limitação de capacidade de carga estipulada pelos órgãos ambientais licenciadores e

fiscalizadores em prol da proteção e conservação do ambiente natural, e pelos elevados custos demandados para a aquisição e o transporte de todos os insumos necessários para a oferta turística longe dos centros urbanos, no contexto amazônico, em que somente é possível ter acesso aos empreendimentos por vias fluviais ou aéreas.

No que concerne à quantidade de empresas de Turismo de Pesca Esportiva atuantes no Baixo Rio Branco na condição de operadoras turísticas, os dados obtidos pelos três grupos de respondentes foram imprecisos, tendo 15 pessoas indicado quantitativos de empresas que conhecem e 11 que não souberam responder. Dentre os quinze respondentes, somente sete souberam nomear algumas empresas ou seus respectivos proprietários e/ou administradores.

Assim, dentre os 15 respondentes, houve a ocorrência de 2 pessoas que indicaram conhecer 2 empreendimentos que operam com o segmento no Baixo Rio Branco-RR; 6 pessoas informaram que existem 4 empreendimentos operantes; 2 pessoas apontaram 6 empreendimentos; 1 pessoa indicou a existência de 7 empreendimentos e 4 pessoas informaram que existem cerca de 10 empreendimentos atuantes na região.

Considerando a literatura que norteia este estudo, que conta com investigação que indicou a existência de 25 empreendimentos no ano de 2021 (Dinelli & Nogueira, 2022); a observação participante empreendida no período de Outubro/2022 a Abril/2023 nos municípios de Caracaraí e Rorainópolis junto a operadores, trabalhadores que atuavam na atividade turística – de forma direta ou indireta, turistas e moradores locais; os empreendimentos citados pelo órgão licenciador e os dados fornecidos pelos questionários respondidos, percebe-se que não há conhecimento exato, de qualquer parte, sobre a quantidade exata dos empreendimentos que atuam no estado de Roraima, haja vista a facilidade de acesso pelo estado do Amazonas, que não conta com posto de controle fluvial para a demanda turística, tampouco para as demais formas de uso dos recursos naturais do Baixo Rio Branco-RR.

Dentre os empreendimentos que operam o Turismo de Pesca Esportiva na região, além dos hotéis fixos/ *lodges* (Figuras 13 e 14) e dos barcos-hotéis (Figura 15) indicados por Nogueira *et al.* (2013), pacotes também são ofertados por estruturas flutuantes (Figura 16), dadas a mobilidade propiciada no contexto amazônico, assim, os pacotes são ofertados em locais fixos, como nos *lodges* e nas estruturas flutuantes que, apesar da facilidade, possuem ancoragem fixa, ou de forma itinerante, como ocorre com os barcos-hotéis que mantêm-se em deslocamento durante a operacionalização da oferta turística, para contemplar diferentes pontos de pesca.

Figura 13

Vista aérea de empreendimento de Turismo de Pesca Esportiva do tipo Hotel de Selva/ Lodge localizado no Rio Água Boa do Univiní, Caracaraí-RR



Fonte: Autoria própria (2017)

Figura 14

Vista aérea de empreendimento de Turismo de Pesca Esportiva do tipo Hotel de Selva/ Lodge localizado no Rio Itapará, Rorainópolis-RR



Fonte: Autoria própria (2023)

Figura 15

Empreendimento de Turismo de Pesca Esportiva do tipo Barco-Hotel



Fonte: Autoria própria (2023)

Figura 16

Empreendimento de Turismo de Pesca Esportiva do tipo Estrutura Flutuante



Fonte: Autoria própria (2023)

Compreendido como são disponibilizadas as estruturas de acomodação dos turistas que demandam pelo segmento na região, recorreu-se aos atores sociais para compreender sobre os possíveis postos de emprego e geração de renda proporcionados por esses

empreendimentos, a começar pelo conhecimento acerca dos serviços e/ou produtos ofertados nos pacotes de Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco-RR, conforme Tabela 1.

Tabela 1

Distribuição de frequência e porcentagem dos serviços/produtos ofertados pelos operadores nos pacotes de Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco

Serviço e/ou Produto	Respondente	(f)	(%)
Alimentos & Bebidas	Comunidade	17	11,89
	Empresários	2	1,4
	Prefeitura	1	0,7
Subtotal		20	13,99
Internet	Comunidade	17	11,89
	Empresários	2	1,4
	Prefeitura	-	-
Subtotal		19	13,29
Material de Pesca	Comunidade	10	6,99
	Empresários	1	0,7
	Prefeitura	1	0,7
Subtotal		12	8,39
Hospedagem	Comunidade	17	11,89
	Empresários	2	1,4
	Prefeitura	1	0,7
Subtotal		20	13,99
Guias de Pesca	Comunidade	16	11,18
	Empresários	2	1,4
	Prefeitura	1	0,7
Subtotal		19	13,28
Serviços de Lavanderia	Comunidade	16	11,18
	Empresários	2	1,4
	Prefeitura	-	-
Subtotal		18	12,58
Serviços de Telefonia	Comunidade	2	1,4
	Empresários	1	0,7
	Prefeitura	-	-
Subtotal		3	2,1
Transportes	Comunidade	16	11,18
	Empresários	2	1,4
	Prefeitura	-	-
Subtotal		18	12,58
Primeiros Socorros	Comunidade	11	7,7
	Empresários	2	1,4
	Prefeitura	-	-
Subtotal		13	9,1
Outros	Comunidade	1	0,7
	Empresários	-	-
	Prefeitura	-	-
Subtotal		1	0,7

Não possui conhecimento sobre os pacotes ofertados.	Comunidade	-	-
	Empresários	-	-
	Prefeitura	-	-
Subtotal		-	-
TOTAL		143	100

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 1, assim como as demais, contou com a contribuição de 26 respondentes, contudo, por consistir em pergunta com questões fechadas que permitia a seleção de mais de uma resposta por sujeito, apresentou a ocorrência do total de 143 respostas (f), indicando que os pacotes de Turismo de Pesca Esportiva ofertados no Baixo Rio Branco incluem serviços de Hospedagem (13,99%), Alimentos & Bebidas (13,99%), Guias de Pesca (13,28%), Internet (13,29%), Transportes (12,58%), Serviços de lavanderia (12,58%), Primeiros Socorros (9,1%) Fornecimento de Material/ Equipamento de Pesca (8,39%) e, em menor ocorrência, serviços de Telefonia (2,1%) e de outros não elencados (0,7%).

A análise dos serviços e produtos apontados pelos atores sociais como integrantes da oferta turística na região reforçam a compreensão do MTur (2006) de que o segmento de Turismo de Pesca se concretiza mediante a disponibilização, ao turista, de todo o aparato necessário à consecução de seu lazer por meio da pesca amadora, sem que lhe seja privada a infraestrutura básica e de apoio turístico, para sua estadia seja satisfatória durante o tempo empregado ao desporto.

Após identificar quais serviços e produtos compõem os pacotes turísticos ofertados na região, questionou-se quais deles eram provenientes dos municípios de Caracaraí-RR e/ou de Rorainópolis, resultando nos dados dispostos na Tabela 2.

Tabela 2

Distribuição de frequência e porcentagem dos produtos e/ou serviços provenientes de Caracaraí ou Rorainópolis

Serviço e/ou Produto	Respondente	(f)	(%)
Alimentos & Bebidas	Comunidade	5	6,58
	Empresários	2	2,63
	Prefeitura	-	-
Subtotal		7	9,22
Internet	Comunidade	5	6,58
	Empresários	-	-
	Prefeitura	-	-
Subtotal		5	6,58
Material de Pesca	Comunidade	5	6,58
	Empresários	-	-
	Prefeitura	-	-
Subtotal		5	6,58
Hospedagem	Comunidade	11	14,48
	Empresários	-	-

	Prefeitura	-	-
Subtotal		11	14,48
Guias de Pesca	Comunidade	15	19,74
	Empresários	2	2,63
	Prefeitura	-	-
Subtotal		17	22,37
Serviços de Lavanderia	Comunidade	12	15,78
	Empresários	-	-
	Prefeitura	-	-
Subtotal		12	15,78
Serviços de Telefonia	Comunidade	-	-
	Empresários	-	-
	Prefeitura	-	-
Subtotal		0	0
Transportes	Comunidade	9	11,84
	Empresários	1	1,31
	Prefeitura	-	-
Subtotal		10	13,15
Primeiros Socorros	Comunidade	6	7,9
	Empresários	1	1,31
	Prefeitura	-	-
Subtotal		7	9,22
Outros	Comunidade	-	-
	Empresários	-	-
	Prefeitura	-	-
Subtotal		0	0
Não possuo conhecimento sobre os pacotes ofertados.	Comunidade	1	1,31
	-	-	-
	Prefeitura	1	1,31
Subtotal		2	2,62
TOTAL		76	100

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 2 contou com 76 ocorrências de respostas (f), que indicaram que, em maior escala, os serviços de Guias de Pesca (22,37%), Lavanderia (15,78%), Hospedagem (14,48%), Transportes (13,15%) são oriundos da região, apresentando menor incidência para Alimentos & Bebidas (9,22%), Primeiros Socorros (9,22%), Internet (6,58%) e Material de Pesca (6,58%), além de 2 ocorrências (2,62%) de respondentes que não possuem conhecimento sobre os pacotes turísticos ofertados.

No que diz respeito à geração de empregos e renda, relacionou-se algumas das possíveis funções laborais ofertadas nos pacotes turísticos em questão, com base na literatura específica (Banducci, 2006; Dinelli & Nogueira, 2022; Gonçalves & Gonçalves, 2013; Nogueira, 2006; Nogueira *et al.*, 2013; Vitório, 2014) e questionou-se, por meio de perguntas

mistas, sobre quais dessas funções são efetivamente destinadas à comunidade local, permitindo a ocorrência (f) de mais de uma resposta por respondente, conforme Tabela 3.

Tabela 3

Distribuição de frequência e porcentagem dos empregos ofertados pelo segmento no Baixo Rio Branco e das vagas ocupadas pela comunidade local

Função	Empregos ofertados pelo Turismo Pesca Esportiva			Cargos ocupados por moradores de Caracaraí e Rorainópolis		
	Respondente	(f)	(%)	Respondente	(f)	(%)
Gerentes	Comunidade	4	3,96	Comunidade	7	8,23
	Empresários	2	1,98	Empresários	-	-
	Prefeitura	-	-	Prefeitura	-	-
Subtotal		6	5,94		7	8,23
Piloteiros (Guias de Pesca)	Comunidade	19	18,81	Comunidade	19	22,35
	Empresários	2	1,98	Empresários	2	2,35
	Prefeitura	-	-	Prefeitura	-	-
Subtotal		21	20,79		21	24,70
Camareiros	Comunidade	16	15,84	Comunidade	16	18,82
	Empresários	2	1,98	Empresários	1	1,18
	Prefeitura	-	-	Prefeitura	-	-
Subtotal		18	17,82		17	20
Garçons	Comunidade	15	14,85	Comunidade	13	15,3
	Empresários	2	1,98	Empresários	2	2,35
	Prefeitura	-	-	Prefeitura	-	-
Subtotal		17	16,83		15	17,65
Catadores de Iscas	Comunidade	3	2,97	Comunidade	1	1,18
	Empresários	-	-	Empresários	-	-
	Prefeitura	-	-	Prefeitura	-	-
Subtotal		3	2,97		1	1,18
Cozinheiros	Comunidade	18	17,82	Comunidade	13	15,3
	Empresários	2	1,98	Empresários	-	-
	Prefeitura	-	-	Prefeitura	-	-
Subtotal		20	19,8		13	15,3
Intérpretes	Comunidade	11	10,89	Comunidade	10	11,76
	Empresários	-	-	Empresários	-	-
	Prefeitura	-	-	Prefeitura	-	-
Subtotal		11	10,89		10	11,76
Agentes de Viagens	Comunidade	4	3,96	Comunidade	-	-
	Empresários	-	-	Empresários	-	-
	Prefeitura	-	-	Prefeitura	-	-
Subtotal		4	3,96		0	0
Outros	Comunidade	-	-	Comunidade	-	-
	Empresários	-	-	Empresários	-	-
	Prefeitura	-	-	Prefeitura	-	-
Subtotal		0	0		0	0

Não possui conhecimento sobre os empregos ofertados pela atividade	Comunidade	-	-	Comunidade	-	-
	-	-	-	-	-	-
	Prefeitura	1	1	Prefeitura	1	1,18
Subtotal		1	1		1	1,18
TOTAL		101	100		85	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Assim como nas questões anteriores, ao abordarmos sobre os postos de emprego ofertados pelo segmento na região, embora o estudo tenha contado com a participação de 26 respondentes, que consiste na amostra total da pesquisa, a indicação dos empregos diretos ofertados, cujos dados estão dispostos à esquerda na Tabela 3, apresentou 101 ocorrências de respostas (f), enquanto o questionamento sobre quais dessas funções são efetivamente ocupadas por moradores locais, cujos dados estão dispostos ao lado direito da Tabela 3, resultou em 85 ocorrências (f), dada a possibilidade de assinalar mais de uma resposta por indivíduo, sendo essas as referências que resultaram nas porcentagens apresentadas.

O conhecimento da atividade por parte dos respondentes permitiu a elaboração da Tabela 3, que indica que os empreendimentos de Turismo de Pesca Esportiva que operam no Baixo Rio Branco ofertam, em maior escala, postos de trabalho para Piloteiros/ Guias de Pesca (20,70%), Cozinheiros (19,8%), Camareiros (17,82%), Garçons (16,83%) e Intérpretes (10,89%), apresentando, em menor escala as funções de Gerentes (5,94%), Agentes de Viagens (3,96%), Catadores de Iscas (2,97%) e somente uma pessoa (1%) afirmou não possuir conhecimento sobre os empregos ofertados pela atividade.

Quanto aos postos ocupados por moradores dos municípios de Caracaraí-RR e Rorainópolis-RR, houve predominância de cargos operacionais como Piloteiros/ Guias de Pesca (24,70%), Camareiros (20%), Garçons (17,65%), Cozinheiros (15,3%) e Intérpretes (11,76%), apresentando poucas variações desde a investigação de Nogueira (2005), onde foram elencadas, junto a moradores das comunidades de Santa Maria do Boiaçu, Terra Preta, Lago Grande e Canauini, as necessidades de capacitação profissional para inserção laboral no segmento de pesca esportiva, com base nos empregos disponibilizados pelos empreendimentos que ofertavam a atividade à época.

Aos empresários QE1 e QE2, questionou-se ainda sobre os critérios por eles utilizados para a seleção e contratação de pessoal, resultando na mesma resposta para ambos, que consideram a capacitação profissional dos candidatos às vagas, o conhecimento sobre as técnicas de pesca, a experiência na área de atuação e o conhecimento empírico sobre a região onde os empreendimentos operam com a atividade turística.

Os parâmetros de seleção de pessoal indicados pelos respondentes estão de acordo com a literatura que norteou o estudo, no que tange à predileção por contratar detentores de notório conhecimento etnoictiológico, apontado por Costa Neto (2001) como fundamental para

a satisfação do turista, tendo em vista seu traquejo com a navegabilidade na região, bem como sua sabedoria empírica acerca do comportamento dos peixes, do nível das águas e do uso de equipamentos específicos de pesca, como percebido durante as visitas de campo que permitiram a realização da observação participante.

Sabendo da abrangência de recursos operacionais necessários à oferta turística, recorreu-se então aos questionários para saber se os empreendimentos que operam no segmento de Turismo de Pesca Esportiva fazem uso de produtos ou serviços terceirizados, conforme Tabela 4.

Tabela 4

Distribuição de frequência e porcentagem dos serviços/produtos terceirizados consumidos no decorrer do desenvolvimento da atividade de Turismo de Pesca Esportiva

Serviço e/ou Produto	Respondente	(f)	(%)
Meios de hospedagem	Comunidade	5	16,12
	Empresários	1	3,22
	Prefeitura	-	-
Subtotal		6	19,34
Comércio de equipamentos de pesca	Comunidade	1	3,22
	Empresários	1	3,22
	Prefeitura	-	-
Subtotal		2	6,44
Artesanato local	Comunidade	4	13
	Empresários	-	-
	Prefeitura	-	-
Subtotal		4	13
Serviços de mecânica naval	Comunidade	5	16,12
	Empresários	2	6,44
	Prefeitura	-	-
Subtotal		7	22,56
Transportes	Comunidade	4	13
	Empresários	-	-
	Prefeitura	-	-
Subtotal		4	13
Alimentos e bebidas	Comunidade	3	9,68
	Empresários	2	6,44
	Prefeitura	-	-
Subtotal		5	16,12
Serviços de Consultoria especializada	Comunidade	-	-
	Empresários	1	3,22
	Prefeitura	-	-
Subtotal		1	3,22
Outros	Comunidade	-	-
	Empresários	-	-
	Prefeitura	-	-
Subtotal		0	0

Não há utilização de serviços terceirizados/	Comunidade	1	3,22
Não possuo conhecimento sobre os	Empresários	-	-
empregos indiretos ofertados pela atividade	Prefeitura	1	3,22
Subtotal		2	6,44
TOTAL		31	100

Fonte: Dados da pesquisa.

No tocante a possíveis serviços e/ou produtos terceirizados consumidos no decorrer da oferta turística na região, por empreendedores ou pelos próprios turistas no ínterim entre sua chegada e partida da experiência turística, a Tabela 4 contou com a ocorrência de 31 respostas (f), dentre as quais se sobressaíram a geração de renda terceirizada por meio de contratação de serviços de Mecânica Naval (22,56%), utilização de Meios de Hospedagem de terceiros (19,34%), aquisição de Alimentos & Bebidas (16,12%), utilização de Transportes (13%) e aquisição de Artesanato Local (13%), apresentando menores incidências para serviços como aquisição de equipamentos de pesca (6,44%), serviços de consultoria especializada (3,22%), além da ocorrência de 2 pessoas (6,44%) que acreditam não haver utilização de serviços terceirizados ou não possuem conhecimento sobre a geração de renda indireta propiciada pela atividade turística na região.

Ainda no tocante à vertente econômica relacionada à oferta turística em discussão, com relação à média de arrecadação anual do Turismo de Pesca Esportiva para os municípios de Caracaraí e Rorainópolis, não houve resposta por parte do gestor municipal [QP1], que contribuiu com a pesquisa, não sendo possível, portanto, realizar inferências sobre este aspecto econômico.

Em relação ao perfil dos turistas que demandam pelo Turismo de Pesca Esportiva na região do Baixo Rio Branco, realizou-se suscinto levantamento, junto aos empresários, sobre o perfil majoritário de visitantes por eles atendidos, resultando na Figura 17.

Figura 17

Perfil majoritário da demanda atendida pelas empresas respondentes

Dado coletado	Variável	Empreendimento A [QE1]	Empreendimento B [QE2]
Breve perfil dos turistas atendidos pelas operadoras no Baixo Rio Branco	Nacionalidade	Estrangeiro	Brasileiro
	Faixa etária	56 a 65 anos	46 a 56 anos
	Como tomam conhecimento do empreendimento	Operadores de Turismo	Indicação de amigos
	O que valorizam ao vivenciar o Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco	Estrutura ofertada pelo turismo	Conservação do meio ambiente

Fonte: Dados da pesquisa.

Apesar de atuarem na mesma região, além de operarem com tipos de infraestrutura distintos, nota-se certa distinção também no perfil básico de turistas atendidos pelos dois empreendimentos que colaboraram com a pesquisa por meio dos questionários, sendo que um atende majoritariamente o público estrangeiro e outro a demanda doméstica, mas percebe-se a semelhança entre as faixas etárias, permitindo inferir que aderem aos pacotes ofertados em Roraima indivíduos financeiramente mais estruturados e acredita-se que isso se deve aos custos desses pacotes, como avaliaram Gonçalves e Gonçalves (2013), na ocasião do estudo que levantou o perfil dos turistas e operadores de turismo de pesca esportiva do município de Caracaraí-RR.

No tocante à motivação, aqui representada pelo que o visitante mais valoriza ao aderir a esses pacotes na região, os empresários acreditam que para o visitante são essenciais a conservação do ambiente natural e a infraestrutura turística disponibilizada pelo empreendimento. A fim de compreender também a percepção dos demais atores sociais sobre o que torna a região atraente para os visitantes, obteve-se os dados da Tabela 5.

Tabela 5

Distribuição de frequência e porcentagem sobre a motivação do turista – Percepção de Residentes

Variável	Resposta	(f)	(%)
O que mais valoriza ao vivenciar o Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco	Diversidade de espécies de peixes	15	26,32
	Conservação do meio ambiente	12	21,05
	Tranquilidade	11	19,3
	Contato com a cultura local	7	12,29
	Estrutura ofertada pelo turismo	8	14,03
	Preço acessível	4	7,01
	Outros	-	-
TOTAL		57	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Por meio dos dados dispostos na Tabela 5, é possível identificar que, para os moradores que participaram da pesquisa, a diversidade de espécies de peixes (26,32%), a conservação do ambiente natural (21,05%) e a tranquilidade do entorno (19,3%) são os aspectos mais valorizados pelos turistas que optam pelos pacotes de Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco. Para o gestor municipal que contribuiu com a pesquisa [QP1], a demanda é motivada pela conservação do meio ambiente e pela estrutura ofertada pelo turismo.

As ocorrências de respostas entre os três grupos de *stakeholders* permitem deduzir que a conservação do ambiente natural, que também reflete na incidência de peixes, aliada à infraestrutura turística satisfatória são percebidas como maiores motivadores para a demanda segmentada, além de demonstrar que preços acessíveis e cultura local não parecem ser considerados pelos visitantes que optam por adquirir pacotes turísticos para a região.

Considerando que o turismo, dada sua abrangência e complexidade, sofre interferências diversas de seu entorno e, assim também, gera interferências nele, julgou-se ser justo nesse momento compreender o contexto social com o qual a atividade turística dialoga em nível local, a fim de compreender, mais à frente, aspectos que se constituem como desafios para o atendimento aos ODS da Agenda 2030 na região.

4.2. Vidas que seguem o curso das águas: Aspectos sociais das comunidades ribeirinhas do Baixo Rio Branco-RR, a partir da Mandala ODS

Visando compreender o contexto social das comunidades ribeirinhas locais, a partir da Mandala ODS e de atores sociais locais, recorreu-se aos dados obtidos a partir da Mandala ODS da Confederação Nacional dos Municípios, bem como à literatura existente e a moradores da comunidade ribeirinha Santa Maria do Boiaçu.

No primeiro momento, recorreu-se às Mandalas ODS disponibilizadas na página da CNM, onde foi possível identificar as Mandalas contidas nas figuras 18, 19, 20 e 21, referentes aos municípios de Caracaraí/RR e Rorainópolis/RR, respectivamente, onde a cor vermelha corresponde aos índices abaixo do parâmetro, a cor amarela representa resultados medianos e a cor verde representa índices acima do parâmetro, ou seja, a Mandala ODS CNM considera que os indicadores representados pela cor verde estão de acordo com os ODS da Agenda 2030 e os indicadores representados pela cor vermelha estão abaixo do parâmetro desejável para o alcance dos ODS da ferramenta.

Figura 18

Quadrante Social da Mandala ODS CNM do município de Caracaraí/RR - Edição 2023



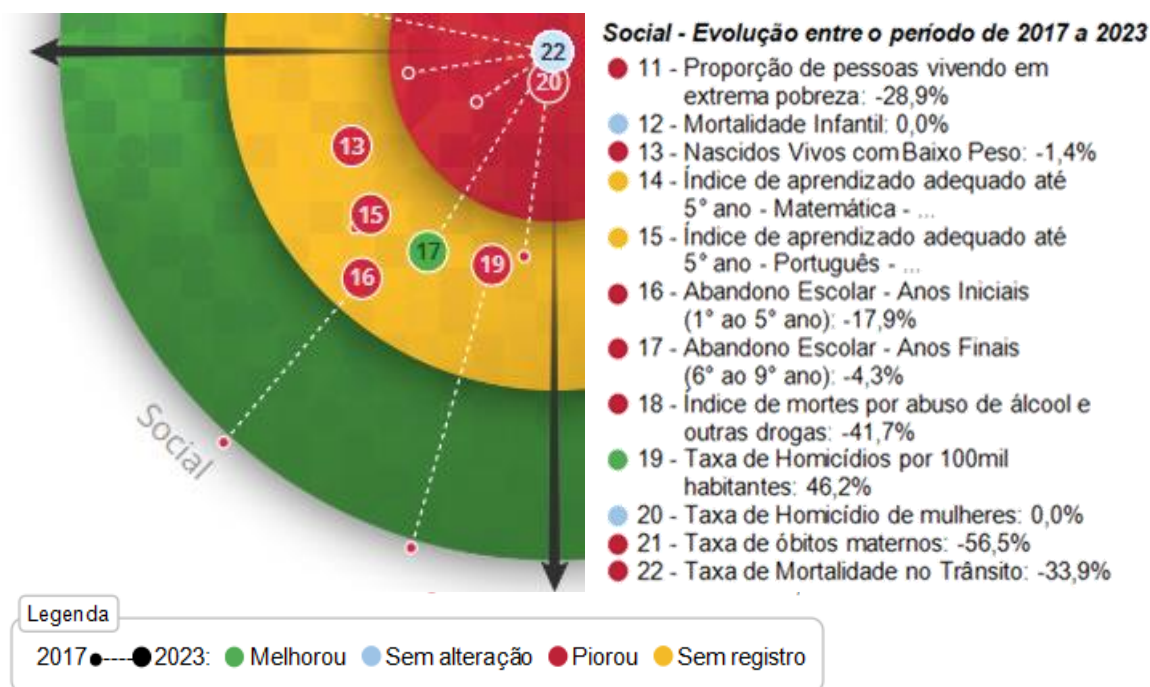
Fonte: Adaptado de CNM (2023)

A Figura 18 (p.67) consiste no recorte social da Mandala ODS CNM do município de Caracaraí-RR, abrangendo áreas urbanas e áreas rurais, onde residem as comunidades ribeirinhas que representam o enfoque deste estudo, indicando, em sua versão mais recente, que pessoas vivendo em extrema pobreza, mortalidade infantil, abandono escolar nos anos iniciais, feminicídio e mortalidade no trânsito consistem em índices abaixo do parâmetro, ou seja, que estão muito distantes do desejável para o alcance dos ODS sociais da Agenda 2030.

A Mandala ODS CNM também indica que, em todo o município, os demais índices também apresentam resultados medianos, se comparados ao desejável pela Agenda 2030, despertando a necessidade de recorrer às versões anteriores da ferramenta, que é disponibilizada desde o ano de 2017, para acompanhar as possíveis variações ocorridas nesse período de 6 anos em que eventos como migração resultante da crise sociopolítica na Venezuela, mineração ilegal e pandemia culminaram, dentre outros fatores, em transformações socioeconômicas no estado de Roraima.

Figura 19

Quadrante Social da Mandala ODS CNM do município de Caracaraí/RR: Evolução Municipal ao longo das Edições no período de 2017 a 2023



Fonte: Adaptado de CNM (2023)

O comparativo entre o período de 2017 e 2023 proporcionado pela Mandala ODS CNM aplicada ao município de Caracaraí-RR, indica que, dentre os 12 indicadores utilizados no quadrante social da ferramenta, 7 sofreram piora significativa de desempenho municipal, além de não haver registro sobre a possível evolução da qualidade de aprendizado adequado dos componentes curriculares matemática e português nos anos escolares iniciais.

Partindo para a Mandala ODS CNM de Rorainópolis, que consiste em município de maior densidade demográfica que Caracaraí, é possível perceber melhores índices, como ilustra a Figura 20, que contém o quadrante social da Mandala ODS CNM do município.

Figura 20

Quadrante Social da Mandala ODS CNM do município de Rorainópolis/RR - Edição 2023

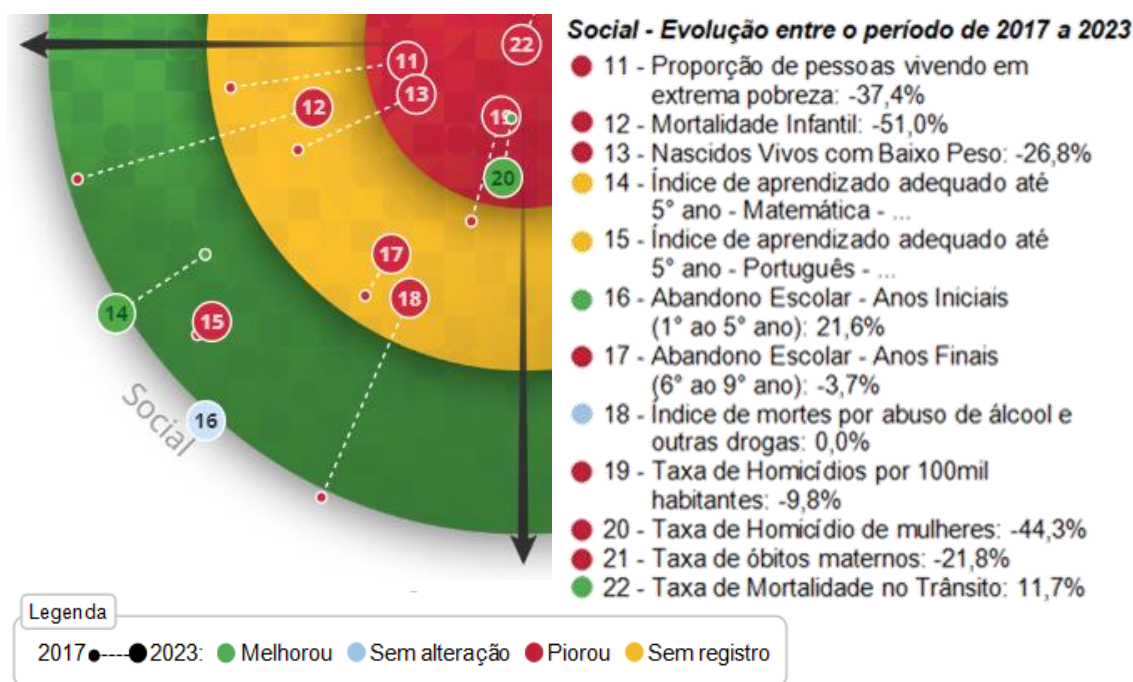


Fonte: Adaptado de CNM (2023)

O exame da Figura 20 permite deduzir que, embora o município de Rorainópolis apresente bons resultados em relação às baixas taxas de abandono escolar e de mortes por uso abusivo de substâncias psicoativas, pessoas vivendo em situação de miséria socioeconômica, mortes no trânsito, problemas relativos a saúde e segurança pública, assim como percebido em Caracaraí, se constituem como fatores limitantes para o alcance os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela ONU, sendo salutar recorrer também aos dados anteriores a 2023 para perceber as possíveis mutações ocorridas durante o período de 2017 a 2023, como mostra a Figura 21 (p.70).

Figura 21

Quadrante Social da Mandala ODS CNM do município de Rorainópolis/RR: Evolução Municipal ao longo das Edições no período de 2017 a 2023



Fonte: Adaptado de CNM (2023)

O recorte de tempo representado no comparativo disposto na Figura 21, que compreende indicadores sociais em Rorainópolis no período de 2017 a 2023, demonstra que somente as taxas de abandono escolar em anos iniciais e de mortalidade no trânsito apresentaram comedia melhora no município, que apresentou acentuada piora nos demais índices, indicando o distanciamento de seu atendimento aos ODS idealizados pela Agenda 2030, que corresponde ao objeto deste estudo.

Contextualizar os aspectos sociais dos municípios de Caracaraí e Rorainópolis a partir da ferramenta em tela se fez necessário nesse momento da pesquisa para compreender que, mesmo diante da junção entre o ambiente urbano e o ambiente rural dos municípios, há fatores limitantes que requerem maior atenção no que tange ao atendimento de condições mínimas de saúde, educação e segurança pública para que a população vislumbre o desenvolvimento sustentável do Baixo Rio Branco, por meio do turismo e/ou das demais atividades desenvolvidas na região.

É justo salientar, todavia, que os dados que constam nas Mandalas ODS CNM dos municípios de Caracaraí e Rorainópolis não expressam, necessariamente, a realidade das comunidades ribeirinhas do Baixo Rio Branco, que se encontram no meio rural e que, dada sua distância geográfica até as sedes dos municípios, bem como seu modo de vida diferenciado, no que tange a meios de produção e conhecimento empírico próprio (Cavalcante *et al.*, 2020), apresentam contextos socioeconômicos distintos.

Assim, a fim de compreender o contexto social dessas comunidades ribeirinhas, com o auxílio da ferramenta Mandala ODS CNM, e pensando na considerável distância territorial que inviabilizaria a aplicação do instrumento de pesquisa a todas as comunidades ribeirinhas locais para a coleta dos dados primários, recorreu-se nesse momento à vivência comunitária da vila de Santa Maria do Boiaçu, situada no município de Rorainópolis que, por consistir na maior comunidade do Baixo Rio Branco em termos de densidade demográfica, atende ao critério de representatividade das demais comunidades.

Cabe de antemão justificar que, embora a metodologia da Mandala ODS CNM disponha do total de 14 indicadores sociais, como ilustra a Figura 10, somente os 12 indicadores constantes na Figura 11 foram aplicados pela CNM aos municípios de Caracaraí e Rorainópolis, que abrigam o lócus deste estudo, motivo pelo qual, para fins de análise, foram estes últimos os utilizados na adaptação da metodologia da Mandala ODS CNM à realidade da comunidade ribeirinha de Santa Maria do Boiaçu no ato da proposição do questionário a seus residentes.

4.2.1 Vila de Santa Maria do Boiaçu, Rorainópolis-RR

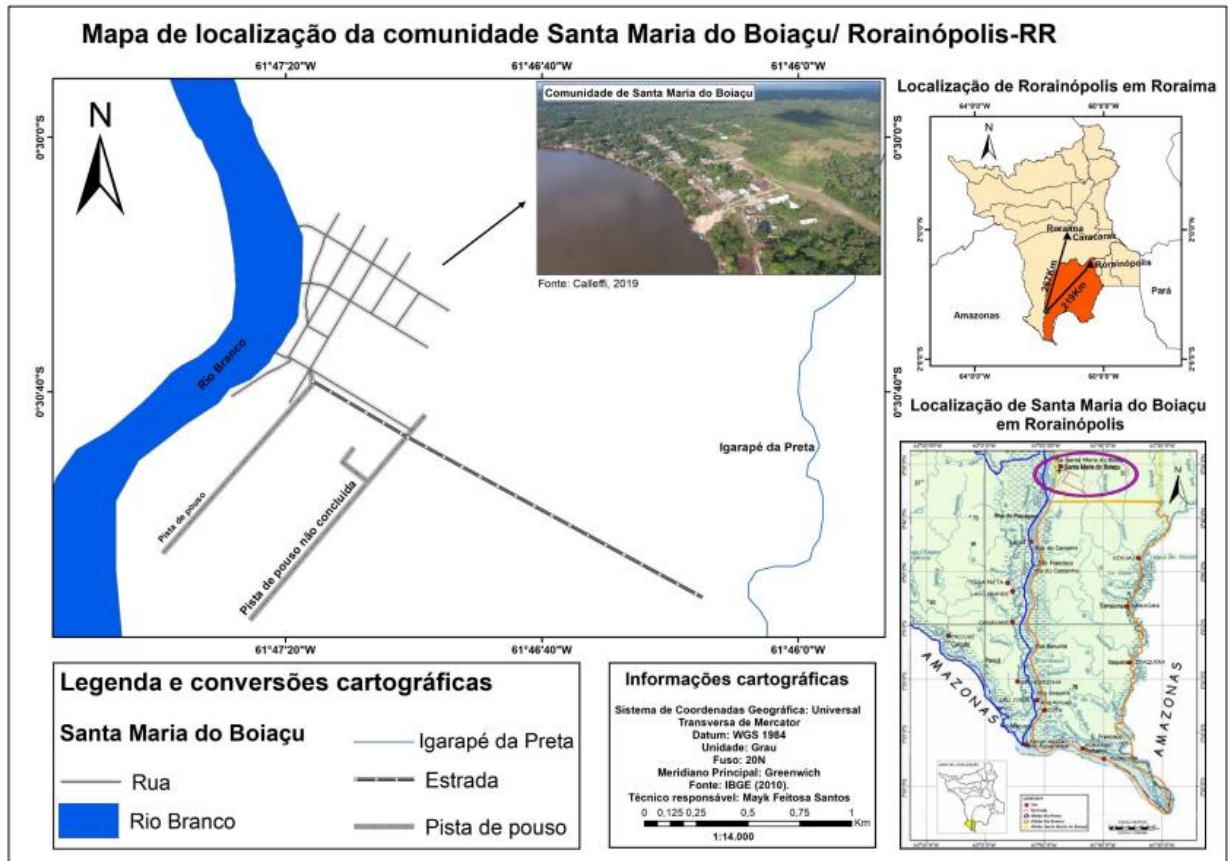
Santa Maria do Boiaçu que de acordo com Ramos (2022) foi constituída, enquanto aldeamento, desde o início do século XVIII, na ocasião da colonização portuguesa na região, consiste, como dito previamente, na maior vila do Baixo Rio Branco-RR (Cavalcante *et al.*, 2020; Veras *et al.*, 2020), e sedia serviços públicos que atendem às demais comunidades ribeirinhas e indígenas da região, motivos pelos quais foi escolhida como amostra para compreender os aspectos sociais que retratam a realidade das comunidades locais.

Segundo Veras *et al.* (2020), não há registros oficiais acerca da população que reside na comunidade, tendo sido ela estimada em 626 habitantes na ocasião de sua expedição. Para Cavalcante (*et al.*, 2020), Santa Maria do Boiaçu é composta por aproximadamente 1.444 habitantes (Cavalcante *et al.*, 2020) e, de acordo com a pesquisa de campo empreendida, moradores declararam, por meio de conversas informais, que a população tem crescido consideravelmente devido à infraestrutura disponível na vila, que tem estimulado a imigração de famílias provenientes de outras comunidades do Baixo Rio Branco.

Na esfera ambiental, a comunidade de Santa Maria do Boiaçu (vide Figuras 22 e 23), que é situada às margens do Rio Branco, está dentro do território agora contemplado pela Lei Estadual nº 1.704 de 15 de junho de 2022, na condição de Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Itapará-Boiaçu, na qual são previstas, por parte do poder público, ações de fomento ao extrativismo vegetal, com destaque para os frutos Castanha do Pará (*bertholletia excelsa*) e Açaí (*euterpe oleracea*), bem como as práticas das modalidades de pesca artesanal, profissional e esportiva.

Figura 22

Mapa de localização da comunidade de Santa Maria do Boiaçu.



Fonte: Ramos (2022).

Figura 23

Vista aérea de Santa Maria do Boiaçu/ Rorainópolis-RR



Fonte: Autoria própria (2023)

Na ausência de material literário que contemple os indicadores da Mandala ODS CNM de forma específica para as comunidades ribeirinhas, recorreu-se à adaptação desses indicadores à realidade da comunidade ribeirinha – quando necessário, a fim de compreender a percepção de residentes quanto a aspectos sociais que são essenciais para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, resultando nos dados abaixo.

Figura 24

Indicadores da Mandala ODS CNM adaptados ao contexto social de Santa Maria do Boiaçu, Rorainópolis/RR - Percepção comunitária

Indicadores Mandala ODS adaptados à realidade de Santa Maria do Boiaçu	Resultado Percentual da Percepção de Residentes			
	Não soube opinar/ Sem Resposta	Crítico	Razoável	Satisfatório
A - Percepção comunitária sobre a ocorrência de pessoas vivendo em extrema pobreza	39,13%	8,7%	13,04%	39,13%
B - Percepção comunitária sobre a ocorrência de Mortalidade Infantil	37,5%	8,33%	8,33%	45,84%
C - Percepção comunitária sobre a ocorrência de Nascidos Vivos com Baixo Peso	39,13%	4,34%	17,4%	39,13%
D - Percepção comunitária sobre o aprendizado adequado até 5° ano - Matemática	4,17%	20,83%	33,33%	41,67%
E - Percepção comunitária sobre o aprendizado adequado até 5° ano - Português	8,7%	13,04%	47,83%	30,43%
F - Percepção comunitária sobre a ocorrência de Abandono Escolar - Anos Iniciais (1° ao 5° Ano)	34,8%	30,43%	26,08%	8,69%
G - Percepção comunitária sobre o Abandono Escolar - Anos Finais (6° ao 9° Ano)	17,39%	17,39%	47,82%	17,4%
H - Percepção comunitária sobre a ocorrência de mortes por abuso de álcool e outras drogas	43,48%	4,35%	13,04%	39,13%
I - Percepção comunitária sobre a ocorrência de Homicídios	29,17%	29,17%	8,33%	33,33%
J - Percepção comunitária sobre a ocorrência de Feminicídio	52,17%	4,35%	0%	43,48%
K - Percepção comunitária sobre a ocorrência de óbitos maternos	47,82%	0%	8,7%	43,48%
L - Percepção comunitária sobre a ocorrência de Mortalidade no Transporte Fluvial	39,13%	0%	0%	60,87%

Fonte: Dados da pesquisa.

A Figura 24 apresenta os índices de respostas da percepção de residentes de Santa Maria do Boiaçu sobre os indicadores sociais adaptados da Mandala ODS CNM, totalizando

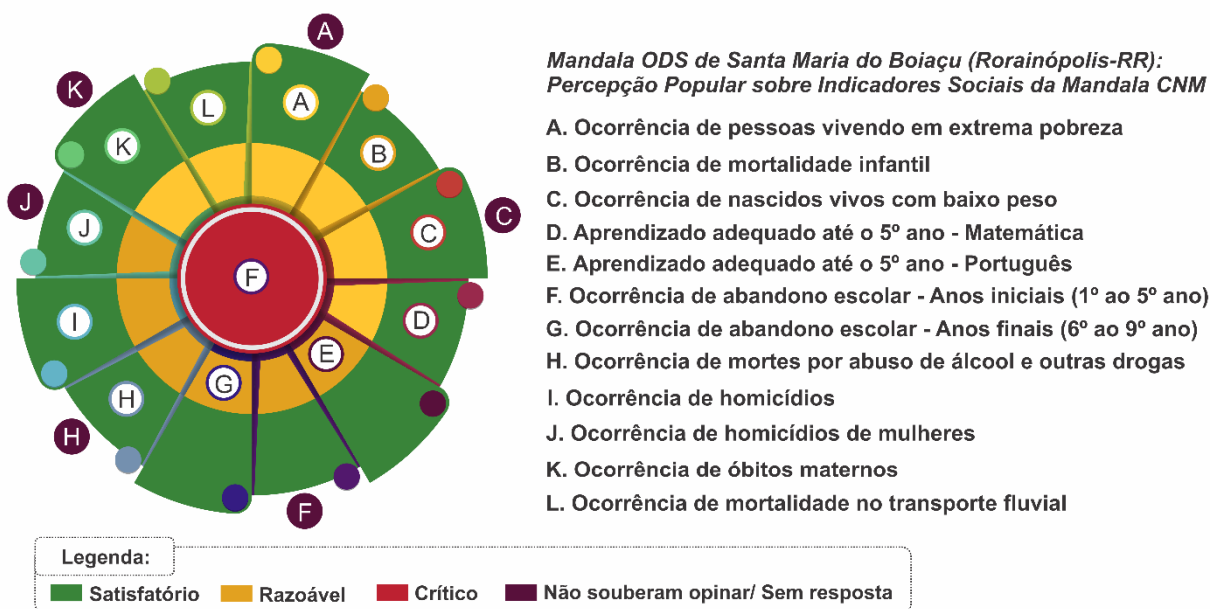
23 respondentes e considerando que em um dos questionários foram preenchidas duas respostas diferentes para os indicadores B, D e I, motivo pelo qual a porcentagem de respostas destes indicadores foi calculada em função de 24 respostas e não de 23, como feito nos demais, em que cada respondente assinalou uma única alternativa nos questionários recebidos.

A análise dos dados revela a elevada porcentagem de respostas nulas acerca dos indicadores, que consiste em fato limitante para a elucidação da vivência comunitária, tendo em vista que a comunidade possui número relativamente restrito de moradores e que seus dados socioeconômicos ainda são escassos e oscilam entre as distintas fontes de informação.

Para compreender a percepção desses residentes acerca dos indicadores adaptados à realidade local, recorreu-se então aos percentuais mais elevados de incidências de respostas, ou aos segundos mais elevados após a opção “não soube opinar/ sem resposta”, a fim de construir a Mandala ODS de Santa Maria do Boiaçu, resultando na elaboração da ilustração contida na Figura 25.

Figura 25

Mandala ODS de Santa Maria do Boiaçu (Rorainópolis/RR) - Percepção comunitária sobre indicadores sociais da Mandala ODS CNM



Fonte: Dados da pesquisa.

A Figura 25 consiste em adaptação própria da Mandala ODS CNM à realidade social de Santa Maria do Boiaçu, a partir da percepção dos moradores locais que contribuíram com a pesquisa por meio dos questionários aplicados. A elaboração da Mandala, a partir dos resultados obtidos, se justifica pela possibilidade de situar as maiores ocorrências de respostas dos residentes, a fim de ilustrar sua compreensão sobre a realidade social da

comunidade entre “satisfatório”, “razoável”, “crítico” e “não souberam opinar/ sem resposta”, sendo essas percepções representadas, respectivamente, pelas cores verde, amarela, vermelha e roxa.

A análise da Mandala ODS de Santa Maria do Boiaçu, elaborada no decorrer do estudo, permite inicialmente inferir que, para os residentes que voluntariamente se dispuseram a contribuir com a pesquisa, o contexto social da comunidade está consideravelmente compatível com os ODS sociais acolhidos pela Mandala ODS CNM e, conseqüentemente, para o alcance dos ODS da Agenda 2030.

No primeiro indicador, que consiste na percepção de residentes quanto à possível *ocorrência de pessoas vivendo em extrema pobreza* [A], 39,13% dos residentes não souberam ou não responderam à questão e 39,13% informaram estar satisfeitos com o indicador, permitindo inferir que a extrema pobreza não consiste em um dos entraves sociais da comunidade para o alcance dos ODS da Agenda 2030.

De acordo com conversas informais com os residentes que contribuíram com a pesquisa por meio dos questionários, a distância geográfica entre a comunidade e as sedes urbanas de Caracará e Rorainópolis faz com que alguns insumos alimentares sejam menos comercializados na vila, sendo, contudo, facilmente substituídos por outros. Para esses moradores, as condições de moradia (vide Figura 26) e alimentação são satisfatórias, tendo em vista que os frutos da pesca, da agricultura e do extrativismo vegetal atendem às necessidades da população que, ademais, é beneficiada com programas sociais da gestão pública, especialmente nos períodos de seca, em que a navegabilidade das embarcações, que consistem na principal forma de locomoção e, conseqüentemente, de escoamento de produções do Baixo Rio Branco, é limitada.

Figura 26

Santa Maria do Boiaçu, Rorainópolis-RR



Fonte: Autoria própria (2023)

No que concerne aos indicadores *ocorrência de mortalidade infantil [B]*, *ocorrência de nascidos vivos com baixo peso [C]*, *ocorrência de mortes por abuso de álcool e outras drogas [H]* e *Ocorrência de óbitos maternos [K]*, que consistem em questões de saúde pública, o maior percentual de respondentes demonstrou a satisfação popular com os resultados obtidos, tendo a comunidade o suporte de uma unidade básica de saúde gerida pela Prefeitura Municipal de Rorainópolis (Figura 27) e uma unidade mista de saúde gerida pelo Governo do Estado de Roraima (Figura 28).

Figura 27

Unidade Básica de Saúde Manoel Luiz Rodrigues.



Fonte: Autoria própria (2023)

Figura 28

Unidade Mista de Saúde Rosa Vieira, Vovó Preta.



Fonte: Autoria própria (2023)

De acordo com relatos informais de moradores, a *Unidade Básica de Saúde Manoel Luiz Rodrigues* e a *Unidade Mista de Saúde Rosa Vieira, Vovó Preta* dispõem de atendimento eficaz e contínuo, contando com atendimento médico diário e atendendo também aos residentes das demais comunidades ribeirinhas do Baixo Rio Branco, reduzindo, assim, a necessidade de locomoção dos moradores para os centros urbanos dos municípios de

Caracará e Rorainópolis e mitigando, portanto, ocorrências as contempladas pelos indicadores da Mandala ODS.

No que se refere à percepção dos residentes quanto à atuação da segurança pública, representada na Mandala ODS de Santa Maria do Boiaçu pelos indicadores *ocorrência de homicídios* [I] e *ocorrência de homicídios de mulheres* [J], os residentes também afirmaram estarem satisfeitos, dada a ínfima taxa de ocorrência, atribuída, supostamente, à presença constante da Polícia Militar na comunidade (Figura 29).

Figura 29

Sede da Polícia Militar – Destacamento de Santa Maria do Boiaçu



Fonte: Autoria própria (2023)

No tocante à educação de qualidade, a Mandala ODS de Santa Maria do Boiaçu permitiu conhecer o grau de satisfação de residentes por meio dos indicadores *aprendizado adequado até o 5º ano - Matemática* [D], *aprendizado adequado até o 5º ano - Português* [E], *ocorrência de abandono escolar - Anos iniciais (1º ao 5º ano)* [F], *ocorrência de abandono escolar - Anos finais (8º ao 9º ano)* [G].

Em Santa Maria do Boiaçu, a educação pública disponibilizada aos residentes, diferente de outras comunidades do Baixo Rio Branco nas quais são disponibilizadas somente as séries iniciais ou até o nono ano do Ensino Fundamental, como em Terra Preta (Negrão, 2018), conta com uma unidade de ensino municipal (Figura 30), que comporta as séries iniciais, e uma unidade de ensino estadual (Figura 31), que comporta os anos finais, incluindo o Ensino Médio.

Figura 30
Escola Municipal Vovó Tetinha



Fonte: Autoria própria (2023)

Figura 31
Escola Estadual José Bonifácio



Fonte: Autoria própria (2023)

Embora a comunidade conte com unidades do ensino municipal e estadual, que ofertam do Ensino Primário ao Ensino Médio, bem como com acesso à internet, que permite o acesso a programas de graduação e de pós-graduação à distância, os respondentes alertam sobre a evasão escolar percebida no ensino básico, bem como sua insatisfação com o ensino do componente Português nos anos iniciais.

Quanto ao acesso da internet, a pesquisa de campo permitiu identificar que este é o principal meio de comunicação entre os residentes de Santa Maria do Boiaçu e as demais

localidades, tendo em vista que as conexões à internet dos órgãos públicos locais são disponibilizadas irrestritamente à população, sem cobrança pelo uso.

Quando ao acesso à energia elétrica, esta é fornecida pela UTE de Santa Maria do Boiuçu (Figura 32), gerida pela Companhia Energética de Roraima – CER, através de gerador de energia alimentado pelo combustível fóssil diesel, cuja alimentação elétrica acontece ininterruptamente, sem racionamento. O acesso à água é fornecido pela Companhia de Águas e Esgotos de Roraima – CAER, além da existência de poços artesianos e do recurso utilizado diretamente do Rio Branco, que margeia a comunidade.

Figura 32

Usina Termelétrica de Santa Maria do Boiuçu



Fonte: Autoria própria (2023)

Para avaliar a segurança de locomoção dos residentes, que foi indicada como satisfatória pelos respondentes, adaptou-se o indicador da Mandala ODS CNM que se referia a mortes em trânsito, para a *percepção comunitária sobre a ocorrência de Mortalidade no Transporte Fluvial* [L], que consiste na principal forma de locomoção dos moradores ribeirinhos do Baixo Rio Branco (Figura 33), embora a comunidade também disponha de acesso por via aérea, dada a existência de uma pista para pouso, que é mais comumente utilizada para emergências médicas e para fins turístico, dada a inexistência de voos regulares para a localidade.

Figura 33*Transportes Fluviais – Santa Maria do Boiaçu.*

Fonte: Autoria própria (2023)

No tocante às fontes de renda dos residentes, propôs-se aos respondentes indicar, por meio de questão aberta, quais as principais atividades econômicas das comunidades do Baixo Rio Branco, resultando na ocorrência do total de 50 respostas (f), por parte de 18 residentes da comunidade de Santa Maria do Boiaçu, cujos resultados foram categorizados nas atividades econômicas contidas na Tabela 6.

Tabela 6

Distribuição de frequência e porcentagem da percepção de residentes sobre as principais atividades econômicas das comunidades do Baixo Rio Branco

Percepção de residentes sobre as principais atividades econômicas do Baixo Rio Branco											
Turismo		Pesca		Agricultura		Extrativismo Vegetal		Funcionalismo Público		Artesanato	
(f)	(%)	(f)	(%)	(f)	(%)	(f)	(%)	(f)	(%)	(f)	(%)
17	34%	12	24%	10	20%	4	8%	4	8%	3	6%

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados contidos na Tabela 6 permitem perceber que, para os 18 residentes que contribuíram com este item do questionário, a geração de emprego e renda no Baixo Rio Branco constitui-se pelo Turismo de Pesca Esportiva (34%), bem como outras atividades turísticas a ele relacionadas; pelas modalidades de pesca de subsistência e comercial (24%); pela agricultura em pequena escala (20%); pelo extrativismo vegetal (8%), especialmente do açaí, que é vendido para outros municípios e estados brasileiros; do funcionalismo público

(8%), haja vista os serviços públicos disponibilizados à população do Baixo Rio Branco e, em menor escala, pelo artesanato local (6%).

Assim como nas demais comunidades do Baixo Rio Branco, que sustentam sua economia no setor primário de produtividade, como a pesca, a agricultura e a pesca comercial e/ou artesanal (Cavalcante *et al.*, 2020; Negrão, 2018), os dados coletados durante a pesquisa de campo indicam, a partir da maior ocorrência de respostas, que o turismo para os respondentes tem consistido em uma das principais fontes de renda na comunidade, permitindo inferir que a expansão da atividade na região (Dinelli & Nogueira, 2022) tem contribuído para a melhoria de vida das pessoas no aspecto econômico, tanto por meio dos postos de emprego disponibilizados, quanto das compensações financeiras²⁵ repassadas à comunidade, como apontado pelo respondente QC1 no tópico de comentários e sugestões, proposto no questionário aplicado.

Por meio de conversas informais durante a pesquisa de campo, foi possível perceber ainda que a sazonalidade da atividade turística, representada pelos 6 meses sem atuação do turismo na região devido ao período de chuvas, é enfrentada por moradores com o auxílio das demais atividades apontadas na Tabela 7, bem como por meio do recebimento de benefícios de assistencialismo social, concedidos pelo poder público, refletindo, portanto, uma das fragilidades socioeconômicas da comunidade, que não dispõe de atividades econômicas que a sustentem durante todo o ano, independente de sazonalidade turística e da piracema²⁶/defeso²⁷.

4.3. Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco/RR: Reflexos e desafios para o alcance dos ODS sociais da Agenda 2030

4.3.1 Reflexos do Turismo de Pesca Esportiva ofertado no Baixo Rio Branco-RR

Para identificar os reflexos sociais do Turismo de Pesca Esportiva ofertado no Baixo Rio Branco, a partir da percepção de moradores locais, empreendedores e gestor público municipal, recorreu-se aos questionários aplicados, sob o prisma fenomenológico que, nesse momento, permitiu evitar reducionismos nas análises propostas pelas questões subjetivas dispostas.

Visando a análise de variáveis que permitissem a percepção sobre o segmento turístico em tela, sob a ótica dos atores sociais envolvidos na pesquisa, propôs-se

²⁵ Valores repassados pelas operadoras de turismo de pesca esportiva às comunidades locais. De acordo com os *stakeholders*, esse recurso financeiro é gerido pela associação de moradores.

²⁶ Período de procriação das espécies de peixes.

²⁷ Período em que as atividades de caça e pesca comerciais ficam legalmente proibidas em detrimento da procriação das espécies da ictiofauna.

primeiramente a conceituação de “Turismo de Pesca Esportiva” ao grupo de 23 moradores locais, tendo somente 17 deles respondido à questão, que resultou nos discursos transcritos na Figura 34.

Figura 34

Percepção de residentes de Santa Maria do Boiaçu acerca do conceito de Turismo de Pesca Esportiva.

Discurso da linguagem do sujeito	Redução das unidades de significado	Asserções articuladas no discurso
Resposta 1. [QC1]: Pesca onde o peixe é devolvido ao rio.	Pesca; Devolução do peixe ao rio.	Pesca na modalidade pesque-e-solte.
Resposta 2. [QC2]: É uma das principais formas de alavancar a economia do Baixo Rio Branco. O dinheiro pago pelas empresas, ajudam a organizar a comunidade.	Fonte de renda no Baixo Rio Branco; Contribui para a economia da região.	Atividade que contribui para a economia do Baixo Rio Branco.
Resposta 3. [QC3]: É o turismo onde o pescador pega o peixe e devolve para o rio.	Pesca; Devolução do peixe ao rio.	Pesca na modalidade pesque-e-solte.
Resposta 4. [QC5]: São pescadores que pescam por Esporte, sem pedra.	Pesca desportiva; Sem predação.	Pesca desportiva, sem predação.
Resposta 5. [QC6 e QC7]*: Onde se pesca peixe e tira fotos, em seguida solta é preciso que gerem recursos com mais transparência de forma igual, para todos sabendo finalidade.	Captura de peixes para registros fotográficos; Soltura de peixes; Necessidade de transparência na gestão de recursos.	Pesca contemplativa na modalidade pesque-e-solte, que requer maior envolvimento entre os distintos atores sociais quanto à gestão dos recursos.
Resposta 6. [QC8]: Para mim o Turismo é um lazer e um meio de ganhar um extra.	Lazer; Meio de ganhar renda extra.	Atividade de lazer que gera renda.
Resposta 7. [QC9]: Lazer e um meio de ganhar um extra	Lazer; Meio de ganhar renda extra.	Atividade de lazer que gera renda.
Resposta 8. [QC10]: Um meio de lazer e o meio de ganhar dinheiro	Lazer; Meio de ganhar dinheiro.	Atividade de lazer que gera renda.
Resposta 9. [QC11]: É onde os turistas vem busca ser divertidos e onde os guias de pesca vem em busca de sustento.	Diversão para os turistas; Sustento para os guias de pesca.	Atividade de lazer que gera renda.
Resposta 10. [QC12]: É onde as pessoas vão trabalhar com turistas pesca e solta, filmagem de animais, aves e floresta.	Onde pessoas trabalham com turistas que pescam e soltam; Filmagem de fauna e flora.	Atendimento ao turista interessado em pesque-e-solte e em atividades ecoturísticas contemplativas.
Resposta 11. [QC13]: geração de emprego	Geração de emprego.	Geração de emprego.

Resposta 12. [QC14]: A pesca esportiva é um esporte de pesca e solte, onde o pescador usa suas habilidades para capturar o peixe de forma não ofensiva.	Esporte de pesque-e-solte. Habilidades para captura em pesca não ofensiva.	Pesque-e-solte, com captura não ofensiva.
Resposta 13. [QC15] Pesca e solte	Pesque-e-solte.	Pesca na modalidade pesque-e-solte.
Resposta 14. [QC16]: E um esporte	Esporte.	Atividade desportiva.
Resposta 15. [QC17]: É uma fonte de renda	Fonte de renda.	Fonte de renda.
Resposta 16. [QC18]: E de grande serventia e di onde tiro meu sustento.	De grande serventia; Sustento.	Necessário por gerar renda.
<i>* Os respondentes dos questionários QC6 e QC7 apresentaram o mesmo texto, por esse motivo fez-se constar uma única resposta, a fim de evitar duplicidade de dados.</i>		

Fonte: Dados da pesquisa.

Para compreender a percepção dos residentes acerca do segmento turístico aqui analisado, comparou-se nesse momento as asserções articuladas dos discursos dos respondentes à literatura específica a fim de identificar possíveis congruências entre teoria e a conhecimento empírico dos moradores locais.

De modo geral, é possível perceber, a partir dos discursos, que a compreensão dos residentes é compatível com a literatura, ao indicar que o turismo de pesca esportiva consiste em prática relacionada ao lazer [QC8] e desporto [QC5] (MTur, 2009), por meio da prática da modalidade do pesque-e-solte [QC1, QC2, QC6, QC7, QC12, QC14 e QC15], em que não há predação [QC5] do ambiente natural no qual se desenvolve, por meio do desenvolvimento, por parte do turista, de habilidades e uso de petrechos específicos (Dinelli & Nogueira, 2022; Luiz Netto & Mateus, 2009) que tornam a captura dos exemplares de peixes menos ofensiva [QC14], tal qual apontam Andrade (2019) e Paixão (2019).

Alguns dos respondentes [QC6, QC7 e QC12] indicaram também o caráter contemplativo do segmento, onde o visitante, em uma perspectiva própria de atividades ecoturísticas (Dinelli & Nogueira, 2022), preza pela vivência local e pela possibilidade de realizar registros audiovisuais dos recursos locais, usufruindo do ambiente natural de uma forma mais conservacionista (Rodrigues *et al.*, 2020).

Além dos aspectos que caracterizam a pesca, no sentido de forma, motivação e possíveis interferências sobre os meios naturais com os quais dialoga, os respondentes ressaltam a relevância socioeconômica da atividade pesqueira que, embora não se caracterize como pesca comercial (MTur, 2006), dada a inexistência de venda do pescado fígado, consiste em prática turística e, portanto, comercial, dada a agregação de produtos e serviços necessários à consecução dos pacotes ofertados que, de acordo com os

respondentes [QC2, QC8, QC9, QC10, QC11, QC13, QC17 e QC18], são benéficos para a região por gerar emprego e renda para as comunidades, incrementando a economia local.

Após a constatação de que a compreensão dos residentes está alinhada à literatura, percebe-se nos discursos dos respondentes Q6 e Q7 que é necessário contemplar o envolvimento dos distintos *stakeholders* na gestão da atividade turística, tornando evidente que, como toda ação antrópica que é desenvolvida em ambientes naturais e sociais de notória fragilidade, a atividade turística gera diversos impactos sobre os ambientes nos quais se manifesta, sendo crucial, portanto, identificá-los para compreender melhor quais os maiores desafios para que ela contribua para o alcance dos ODS sociais da Agenda 2030, que consiste na proposta principal deste estudo.

Figura 35

Percepção dos stakeholders acerca dos impactos gerados de Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco.

Discurso da linguagem do sujeito	Redução das unidades de significado	Asserções articuladas no discurso
Resposta 1. [QC1]: Não há impactos negativos. Positivos é a geração de emprego.	Sem impactos negativos; Positivo: Geração de emprego.	Positivo: Geração de emprego e inexistência de impactos negativos.
Resposta 2. [QC2]: Os Turistas não são vistoriados após o pacote de dias da pesca acaba, podendo levar animais, plantas etc. A Bio-pirataria causa graves problemas.	Turistas não são vistoriados; Propensão à biopirataria.	Negativo: A ausência de fiscalização junto a visitantes pode propiciar a biopirataria.
Resposta 3. [QC3]: Os recursos gerados deixados pelos turistas nas vilas, fazendo a economia local crescer.	Recursos destinados à comunidade; Crescimento econômico.	Positivo: Incremento na economia local.
Resposta 4. [QC5]: Positivo os empregos temporários.	Positivo: Geração de empregos; Temporariade dos empregos.	Positivo: Geração de empregos. Negativo: Sazonalidade turística.
Resposta 5. [QC6 e QC7]*: Positivos: onde o peixe é pescado, em seguida e solto, em pleno rio, gerando recurso financeiro local, negativo que ainda não gera para todos só alguns, recursos poucos.	Pesque-e-solte; Geração de renda local; Centralização da renda gerada; Recursos limitados.	Positivo: Devolução do peixe ao rio por meio da prática de pesque-e-solte e incremento na economia local. Negativo: Concentração de renda e recursos limitados.

Resposta 6. [QC8 e QC9]*: Impacto negativo e quando o turista vem e não pega nada de peixe e o impacto positivo e quando ele vem e pega peixe.	Negativo: Turista não pega peixe; Positivo: Quando o turista pega peixe.	Positivo: Piscosidade do rio, durante a experiência turística. Negativo: Baixa incidência de peixes durante a experiência turística.
Resposta 7. [QC10]: O impacto negativo e quando o turista vem e não pega nada	Negativo: Quando o turista não pega peixe	Negativo: Baixa incidência de peixes durante a experiência turística.
Resposta 8. [QC11]: É quando o rio tá cheio e o turista não pega peixe	Período de cheia; Quando o turista não pega peixe	Negativo: Período de cheia, onde há baixa incidência de peixes durante a experiência turística.
Resposta 9. [QC12]: Os empresários não são todos, mais usam isca viva é os peixes se ferem e morre, a positiva, e que gera emprego pra comunidade, como guia, cozinheiros camareira	Alguns empresários usam isca viva; ferimento e morte de peixes. Positivo: Gera emprego para a comunidade.	Positivo: Geração de empregos para a comunidade. Negativo: Utilização, por parte de algumas empresas, de iscas vivas que ferem e dizimam peixes.
Resposta 10. [QC13]: a preservação do meio ambiente	Preservação do meio ambiente.	Positivo: Preservação do meio ambiente.
Resposta 11. [QC14]: Impacto negativo algumas empresas utilizam iscas vivas, em alguns casos desmatamento, vineicos de iscas vivas.	Negativo: Algumas empresas utilizam iscas vivas; desmatamento.	Negativo: Utilização, por parte de algumas empresas, de iscas vivas e ocorrência de desmatamento.
Resposta 12. [QC15]: Pesca Predatória	Pesca predatória.	Negativo: Pesca predatória.
Resposta 13. [QC18]: Positivo: gera renda para nossa comunidade e empregos. Negativo: algumas empresas trabalham ainda errado.	Positivo: Gera renda para a comunidade; Empregos. Negativo: Algumas empresas trabalham de forma errada	Positivo: Geração de emprego e renda para a comunidade. Negativo: Existência de empresas atuando de forma indevida.
Resposta 14. [QC23]: Negativa pelo fato de machucarem muito a boca dos peixes.	Negativo: machucam a boca dos peixes.	Negativo: Ferimento dos peixes capturados.
Resposta 15. [QE1]: A preservação da área de pesca e do meio circundante. Dá visibilidade ao Estado. Negativo Invasão dos Rios por operações não licenciadas e sem qualquer compromisso com a natureza.	Preservação da área de pesca e do meio circundante; Visibilidade ao Estado; Negativo: Invasão de operações não licenciadas sem compromisso com a natureza.	Positivo: Preservação das áreas de pesca e do entorno e promoção do Estado. Negativo: Atuação de empresas não licenciadas.

Resposta 16. [QE2]: Positivo tem o desenvolvimento do setor turístico do Estado e Município. Muitas pessoas são empregadas é isso ajuda na renda familiar de todos. Negativos não vejo nada.	Positivo: desenvolvimento do turismo local; muitas pessoas são empregadas; ajuda na renda familiar; sem impactos negativos.	Positivo: Desenvolvimento local, geração de emprego e renda e inexistência de impactos negativos.
Resposta 17. [QP1]: Falta de ordenamento do segmento.	Falta de ordenamento do segmento.	Ausência de ordenamento do segmento turístico
* Os respondentes dos questionários QC6 e QC7, e QC8 e QC9 apresentaram os mesmos discursos, por esse motivo fez-se constar uma única resposta de cada, a fim de evitar duplicidade de dados.		

Fonte: Dados da pesquisa.

Para investigar os impactos percebidos pelos atores sociais acerca do Turismo de Pesca Esportiva ofertado no Baixo Rio Branco, recorreu-se também a questões abertas e, portanto, subjetivas, resultando no total de 17 respostas que permitiram as asserções articuladas a seguir.

Assim como no questionamento anterior, a maior parte de sujeitos que contribuiu com o item, aponta a geração de empregos e renda, que resultam no incremento na economia das comunidades do Baixo Rio Branco e talvez, por consequência, para seu desenvolvimento socioeconômico [QC1, QC3, QC5, QC6, QC7, QC12, QC18 e QE2], como um dos principais impactos positivos do Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco.

A prática da modalidade de pesque-e-solte que caracteriza o segmento também foi apontada por QC6 e QC7 como positiva, considerando a devolução imediata do pescado às águas, assim como a conservação do ambiente natural e do entorno onde o segmento é manifestado [QC13 e QE1].

Para os respondentes QC1 e QE16, inexistente percepção de impactos negativos ocasionados pela atividade desenvolvida na região e para os respondentes QC8, QC9, QC10 e QC11, a piscosidade das áreas onde a atividade é praticada resulta, se baixa, em impactos negativos quando não há aproveitamento da pescaria por parte do turista, possivelmente porque isso incide sobre os recursos financeiros por ele dispendidos no decorrer de sua experiência turística ou de seu possível retorno à região para pescarias futuras, como indicado durante conversas informais durante visita de campo.

Os sujeitos QC12 e QC14 também denunciam o uso indevido e ilegal, por parte de algumas empresas turísticas, de iscas vivas durante o atendimento aos turistas, que interferem sobre os hábitos alimentares dos peixes e prejudicam a sustentabilidade do ambiente natural, assim como o ferimento de peixes [QC23], a inexistência de fiscalização de

entrada e saída de visitantes, que pode propiciar a ocorrência de crimes como a biopirataria [QC2] e a pesca predatória percebida [QC15].

Por fim, QC18 e QE1 apontam como aspecto negativo a presença de empresas turísticas que atuam à margem da legalidade, sem o devido licenciamento ambiental e/ou de forma perniciosa, além da geração de recursos financeiros limitados, que são concentrados e aproveitados por número restrito de pessoas [QC6 e QC7] e que, provavelmente, resultam da ausência de ordenamento do Turismo de Pesca Esportiva na região apontada por QP1.

Considerando os discursos que apontam limitações ocasionadas pela ainda ineficaz atuação do poder público no sentido de coibir práticas nocivas, possivelmente pela extensão territorial que caracteriza a região do Baixo Rio Branco e pelos limitados recursos públicos a ele destinados, que criam terreno propício para a ocorrência de desmatamentos, de práticas de captura ilegais, de pesca predatória, dentre outros elementos apontados pelos *stakeholders*, que podem reduzir, a curto e médio prazo, os estoques pesqueiros locais de forma irreversível e, conseqüentemente, impedir a sustentabilidade social das comunidades e do turismo, como apontam Hunt *et. al* (2013), retomou-se às questões dos conflitos que permeiam as discussões sobre a temática.

Durante a revisão de literatura empreendida no início do estudo, observou-se a existência de conflitos sociais entre os distintos *stakeholders* que fazem uso dos recursos hídricos e pesqueiros do Baixo Rio Branco (Crepaldi, 2014; Dinelli & Nogueira, 2022; Salazar Filho; Andretta & Nogueira, 2005) e, para tanto, recorreu-se aos questionários para compreender a percepção dos atores sociais acerca da possível manutenção ou da mitigação desses conflitos, resultando nos dados constantes nas tabelas 7, 8 e 9.

Tabela 7

Distribuição de frequência e porcentagem da relação entre as comunidades locais e os operadores de Pesca Esportiva

Nível de relação	Respondente	(f)	(%)
Muito harmoniosa	Comunidade	4	17,39
	Empresários	-	-
	Prefeitura	-	-
Subtotal		4	17,39
Harmoniosa	Comunidade	10	43,47
	Empresários	2	8,7
	Prefeitura	-	-
Subtotal		12	52,17
Conflituosa	Comunidade	2	8,7
	Empresários	-	-
	Prefeitura	-	-
Subtotal		2	8,7
Muito conflituosa	Comunidade	2	8,7
	Empresários	-	-
	Prefeitura	-	-

Subtotal		2	8,7
Não possuo contato direto com a comunidade local ou Não possuo conhecimento sobre como se dá essa relação	Comunidade	2	8,7
	Empresários	-	-
	Prefeitura	1	4,34
Subtotal		3	12,5
TOTAL		23	100

Fonte: Dados da pesquisa.

No que concerne à percepção dos respondentes com relação à forma como se dá a relação entre as comunidades locais e os operadores de Pesca Esportiva, houve 23 ocorrências de respostas (f), sendo que 12 respondentes consideram a relação harmoniosa (52,17%), 4 pessoas (17,39%) consideram muito harmoniosa, 3 pessoas (12,5%) informaram que não possuem contato direto com a comunidade e/ou não possuem conhecimento sobre como se dá essa relação, 2 atores sociais (8,7%) a consideram conflituosa e 2 consideram muito conflituosa.

Tabela 8

Distribuição de frequência e porcentagem da relação entre as comunidades locais e pescadores profissionais

Nível de relação	Respondente	(f)	(%)
Muito harmoniosa	Comunidade	2	8,7
	Empresários	-	-
	Prefeitura	-	-
Subtotal		2	8,7
Harmoniosa	Comunidade	10	43,47
	Empresários	1	4,34
	Prefeitura	-	-
Subtotal		11	47,82
Conflituosa	Comunidade	6	26,08
	Empresários	1	4,34
	Prefeitura	-	-
Subtotal		7	30,43
Muito conflituosa	Comunidade	2	8,7
	Empresários	-	-
	Prefeitura	-	-
Subtotal		2	8,7
Não possuo conhecimento sobre como se dá essa relação	Comunidade	-	-
	Empresários	-	-
	Prefeitura	1	4,34
Subtotal		1	4,34
TOTAL		23	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Partindo para a percepção dos respondentes com relação à forma como ocorre a relação entre as comunidades locais e pescadores profissionais, houve também a ocorrência de 23 respostas (f), resultando em 11 respondentes (47,82%) que consideram a relação harmoniosa, 7 pessoas (30,43%) consideram conflituosa, 2 pessoas (8,7%) a percebem como

muito harmoniosa, 2 pessoas (8,7%) como muito conflituosa e 1 sujeito (4,34%) informou que não possui contato direto com a comunidade e/ou não possui conhecimento sobre como se dá essa relação.

Tabela 9

Distribuição de frequência e porcentagem da relação entre operadores do Turismo de Pesca Esportiva e pescadores profissionais

Nível de relação	Respondente	(f)	(%)
Muito harmoniosa	Comunidade	5	21,74
	Empresários	-	-
	Prefeitura	-	-
Subtotal		5	21,74
Harmoniosa	Comunidade	9	39,13
	Empresários	-	-
	Prefeitura	-	-
Subtotal		9	39,13
Conflituosa	Comunidade	3	13,04
	Empresários	2	8,7
	Prefeitura	-	-
Subtotal		5	21,74
Muito conflituosa	Comunidade	2	8,7
	Empresários	-	-
	Prefeitura	-	-
Subtotal		2	8,7
Não possui conhecimento sobre como se dá essa relação	Comunidade	1	4,34
	Empresários	-	-
	Prefeitura	1	4,34
Subtotal		2	8,7
TOTAL		23	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Para identificar a compreensão dos *stakeholders* sobre a forma como ocorre a relação entre as empresas operadoras de Turismo de Pesca Esportiva e os pescadores profissionais, contou-se com a ocorrência de 23 respostas (f), resultando em 9 sujeitos (39,13%) que consideram a relação harmoniosa, 5 respondentes (21,74%) que a consideram muito harmoniosa, 5 pessoas (21,74%) a veem como conflituosa, 2 pessoas (8,7%) como muito conflituosa e 1 sujeito (4,34%) informou que não possui contato direto com a comunidade e/ou não possui conhecimento sobre como se dá essa relação.

A análise dos dados dispostos nas tabelas 8, 9 e 10, aliados às conversas informais realizadas no ato da pesquisa de campo junto a respondentes e a outros atores que optaram por não responder aos questionários, permitiram perceber que há uma redução dos conflitos apontados pela literatura específica (Crepaldi, 2014; Dinelli & Nogueira, 2022; Salazar Filho; Andretta & Nogueira, 2005), haja vista os benefícios econômicos percebidos a partir da atividade turística desenvolvida, assim como percebido no cenário europeu analisado por Miret-Pastor *et al.* (2020), mas que as percepções de desarmonia ainda decorrem, da parte

de residentes que atuam na pesca comercial/ profissional, pela impossibilidade de pescar em algumas localidades, nas quais somente as pescas de subsistência e amadora são permitidas.

Nesse aspecto, cabe destacar que, embora as ações de ordenamento ambiental da região ainda sejam incipientes e defasadas, a Portaria Normativa nº 07, de 24 de setembro de 2015 (Roraima, 2015) estabelece limites de uso nos rios Água Boa do Univiní, Itapará e Xeruiní, visando promover a recuperação da piscosidade da região, motivo pelo qual a pesca comercial fica proibida em determinados pontos desses rios, gerando descontentamento por parte de pescadores profissionais, que atribuem à atividade turística os ônus dessa proibição.

Da outra parte, a maior parte dos moradores e empreendedores acreditam que a pesca profissional empreendida por grandes embarcações provenientes do estado do Amazonas são responsáveis por parte do conflito percebido, uma vez que não há controle do pescado por elas recolhido, há grande mortandade das espécies de peixe, uma vez que parte dela é perdida durante o transporte para o estado vizinho, não há geração de renda para as comunidades locais, bem como é percebida, por consequência, a redução do pescado, que consiste na principal fonte de alimentação das comunidades ribeirinhas, que não dispõem de outras fontes de proteína que não sejam advindas das sedes dos municípios.

O entendimento de que todas essas questões perpassam pelo planejamento e a gestão pública dos recursos naturais em tela e considerando a forma como os recursos naturais aqui retratados são geridos na região, propôs-se, então, o seguinte questionamento aos moradores locais, empresários e prefeituras: *Você se sente inserido nas ações relativas à gestão dos recursos pesqueiros utilizados pelo Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco? Se sim, de que modo?* Resultando no total de 20 respostas, sendo 70% negativas e apenas 20%, equivalente a 6 residentes, positivas, afirmando que se sentem inseridos por meio de serviços prestados, direta ou indiretamente, à atividade turística; aos benefícios percebidos por meio do recurso recebido pela comunidade com as compensações financeiras pagas pelas empresas e pela representatividade da Associação de Defesa dos Direitos Sociais dos Moradores, que gere esses recursos.

4.3.2 Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco e Mandala ODS: Desafios locais para o alcance dos objetivos sociais da Agenda 2030

Compreendida a forma como o Turismo de Pesca Esportiva é ofertado no Baixo Rio Branco/RR, bem como aspectos sociais das comunidades ribeirinhas da região, a partir da percepção de residentes da Vila de Santa Maria do Boiaçu, e os reflexos da atividade, sob sua ótica, de operadores de turismo e de representante da gestão pública municipal,

investigou-se, neste momento, quais os maiores desafios sociais para o alcance dos ODS sociais da Agenda 2030 da ONU, a partir dos indicadores da Mandala ODS da CNM.

Diante dos resultados obtidos no decorrer do estudo, é justo afirmar que relacionar o contexto social das comunidades ribeirinhas à atividade turística consiste em uma tarefa complexa pois, como ressaltou Banducci Júnior (2006), não somente o turismo atua como agente de transformação sociocultural sobre as populações com as quais dialoga, uma vez que estas sofrem também pressões variadas de elementos não inerentes à prática turística.

Considerando que o Turismo de Pesca Esportiva consiste, também, em uma atividade econômica e que, diferente de outros segmentos do setor terciário, sofre com a sazonalidade ocasionada por questões naturais que não podem ser controladas, é justo compreender que ele pode e deve contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades ribeirinhas locais, contudo, algumas vezes torna-se tênue a linha entre a compreensão, na literatura, dos reflexos do turismo e os reflexos da atuação do poder público sobre essas comunidades, por exemplo. Para o alcance deste, que é o objetivo principal da pesquisa, portanto, recorreu-se nesse momento à percepção dos *stakeholders* sobre os desafios sociais locais frente à necessidade de desenvolvimento sustentável da atividade na região (Figura 36).

Figura 36

Percepção dos stakeholders acerca dos maiores desafios sociais para a gestão dos recursos hídricos e pesqueiros no Baixo Rio Branco e para o desenvolvimento sustentável do Turismo de Pesca Esportiva ofertado no Baixo Rio Branco-RR

Discurso da linguagem do sujeito	Redução das unidades de significado	Asserções articuladas no discurso
Resposta 1. [QC1]: Fiscalização de entrada de outras empresas para não pesca sem autorização da FEMAH	Fiscalização de empresas; evitar atuação sem autorização da FEMARH	Necessidade de fiscalização para coibir atuação de empresas não licenciadas pela FEMARH.
Resposta 2. [QC2]: O maior desafio, são o dinheiro mau gerido pelo atual presidente do fundo da comunidade (Dinheiro doado pelos empresários da pesca)	Dinheiro mal gerido pelo fundo da comunidade; Dinheiro doado pelos empresários de pesca.	Insatisfação com a gestão da Associação de Moradores diante da compensação financeira paga pelas empresas de turismo
Resposta 3. [QC3]: A falta de políticas públicas nas vilas do Baixo Rio Branco, quanto a gestão desses recursos que cada vila recebe dessas empresas de pesca.	Falta de políticas públicas nas vilas do Baixo Rio Branco para a gestão dos recursos pagos pelas empresas de pesca.	Falta de ordenamento público quanto à compensação financeira recebida pelas comunidades das empresas de turismo
Resposta 4. [QC5]: Seria melhoria a estrada, pois muito dificultosa se deslocar até a cidade ainda mais tempo de seca.	Melhoria da estrada; dificuldade de deslocamento até a vila no período de seca.	Melhoria da estrada para facilidade de mobilidade, principalmente, no período da seca.

Resposta 5. [QC6 e QC7]*: Precisa ser visto maiores desafios, que realmente existir na localidades com todos os moradores a igualdade, só visto um pouco de moradores que participa outro não, precisa ser feito a proteção de conta com todos que mora no local de forma transparente e isso não está acontecendo.	Precisa haver igualdade entre os moradores; Somente alguns participam da atividade turística; Precisa ser feita prestação de contas com todos os moradores; Não há transparência.	Necessidade de maior participação da comunidade nos benefícios do turismo. Insatisfação com a forma como a compensação financeira paga pelas empresas de turismo é gerida.
Resposta 6. [QC8]: Rio Tapara, Água Boa, Mata-Mata.	Rio Itapará, Água Boa e Mata-Mata.	Rios Itapará, Água Boa do Univiní e Mata-Mata.
Resposta 7. [QC9]: Rio Itapará e o rio água boa.	Rio Itapará, Água Boa e Mata-Mata	Rios Itapará e Água Boa do Univiní.
Resposta 8. [QC10]: O rio Itapara e o rio agua boa	Rio Itapará e Água Boa.	Rios Itapará e Água Boa do Univiní
Resposta 9. [QC11]: Rio Itapará e o Curiucu, agua boa	Rio Itapará e Água Boa.	Rios Itapará, Água Boa do Univiní e Igarapé Curiucu
Resposta 10. [QC14]: Em casos o desafio maior são Parlamentares interessados nesses Recursos dificultando, nossa gestão para o desenvolvimento social	Parlamentares interessados nos recursos dificultando a gestão local para o desenvolvimento social	Parlamentares interessados nos recursos hídricos e pesqueiros locais, inviabilizando a gestão local para o desenvolvimento social.
Resposta 11. [QC15]: Impacto negativo algumas empresas utilizam iscas vivas, em alguns casos desmatamento, vineicos de iscas vivas.	Algumas empresas utilizam iscas vivas; desmatamento em alguns casos.	Utilização de iscas vivas e desmatamento provocados por algumas empresas.
Resposta 12. [QC16]: Falta de dialogo um com outros	Falta de diálogo um com outros	Necessidade de maior participação entre <i>stakeholders</i> na gestão dos recursos locais
Resposta 13. [QC18]: Falta de ajuda do poder publico e o maior desafio.	Falta de ajuda do poder público.	Deficiência de suporte por parte do poder público.
Resposta 14. [QE1]: Ter um plano de manejo e ocupação de áreas. Conscientização das comunidades sobre a atividade.	Ter um plano de manejo e ocupação de áreas; Conscientização das comunidades sobre o turismo.	Necessidade de criação de plano de manejo para uso dos recursos hídricos e pesqueiros locais e sensibilização das comunidades para o turismo.

Resposta 15. [QE2]: Pessoas capacitadas.	Pessoas capacitadas.	Necessidade de pessoas capacitadas para a gestão dos recursos naturais locais.
Resposta 16. [QP1]: Descentralização da gestão ambiental no Estado de Roraima	Descentralização da gestão ambiental no Estado de Roraima.	Necessidade de descentralização da gestão ambiental no estado de Roraima.
<i>* Os respondentes dos questionários QC6 e QC7 apresentaram as mesmas respostas, por esse motivo fez-se constar uma única resposta, a fim de evitar duplicidade de dados.</i>		

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir dos discursos dos sujeitos, dispostos na Figura 36 (pp. 91-93), foi possível perceber que como principais desafios sociais encontra-se a insatisfação com a gestão dos recursos financeiros provenientes das operadoras turísticas, por meio de compensação financeira destinada às comunidades, realizada pela associação de moradores [QC2, QC3, Q6 e Q7], assim como percebido na comunidade Terra Preta (Negrão, 2018), onde o aspecto também consiste em um fator desafiador para a sustentabilidade social local, haja vista o fato de que, como visto em questões anteriores, alguns residentes sentem a necessidade de que o dinheiro advindo da atividade turística seja gerido com transparência e que resulte em benefícios para todos, como, por exemplo, a melhoria das condições de acesso locais, apontada como necessária por QC5 e para a qual o recurso é também utilizado, segundo conversas informais.

Os respondentes QC8, QC9, QC10 e QC11 indicaram os recursos hídricos Rio Itapará, Rio Água Boa do Univiní, Mata-Mata e Igarapé Curiucu como desafiadores frente à busca do desenvolvimento sustentável do Turismo de Pesca Esportiva na região, mas não foi possível identificar o elemento limitante, embora seja possível deduzir que decorra da limitação de acesso à pesca nos rios informados, que consistem em áreas de procriação e de uso de subsistência e turístico na da Instrução Normativa nº 07, de 24 de setembro de 2015 (Roraima, 2015) e da Lei Estadual nº 1.540, de 01 de novembro de 2021 (Roraima, 2021), que veda, pelo período de 5 anos, as pescas comerciais e amadoras do peixe *Tucunaré da Amazônia* nos Rios Água Boa do Univini, Itapará, Xerui e Jufari, senão para as categorias de pesca esportiva e de pesca para subsistência dos moradores ribeirinhos.

Cabe ressaltar que, no tocante ao último instrumento legal, estabelece-se que:

Art. 5º A Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEMARH é a responsável pela fiscalização e aplicação da presente Lei, podendo o Poder Executivo regulamentá-la para a sua fiel execução.

§ 1º O órgão ambiental do Estado de Roraima deverá implantar, no prazo de 180 dias, uma Base Flutuante Unificada de Proteção Ambiental na região do Baixo Rio Branco, com a participação da Companhia Independente de Policiamento Ambiental da Polícia Militar de Roraima – CIPA/RR e de outros Órgãos, visando a fiscalização da atividade de pesca. (Roraima, 2021)

No que corresponde à Lei nº 1.540, de 01 de novembro de 2021, embora consistem em um dos movimentos iniciais na regulamentação da atividade turística na região, foi percebido, por meio das respostas em questionários, das observações participantes e das conversas informais junto aos *stakeholders* que contribuíram para a pesquisa, que o poder público ainda não conseguiu implantar uma base de proteção ambiental na região, tampouco contemplar todo o Baixo Rio Branco em suas ações, considerando que a atividade turística, bem como outras atividades de uso do recurso natural em tela, se desenvolve também em rios, lagos e lagoas não contemplados pelo referido instrumento legal.

Para o respondente QC14, a atuação de parlamentares com interesses pessoais na região inviabiliza a participação ativa da população no planejamento e na gestão do uso dos recursos hídricos e pesqueiros locais, indicando, assim como QC16, o desejo de atuar de forma efetiva nas decisões de gestão dos recursos naturais locais, permitindo a inferência de que um modelo de planejamento participativo seria benéfico na busca pelo desenvolvimento sustentável da atividade turística da região.

Para QE1, o maior desafio se apresenta diante da necessidade de criação de plano de manejo para uso dos recursos hídricos e pesqueiros locais, bem como da sensibilização das comunidades para o turismo. QC1 indica a necessidade de atuação efetiva no poder público no sentido de conter a atuação de empresas não licenciadas que, como visto na literatura pertinente (Dinelli & Nogueira, 2022), desrespeitam os limites de uso dos rios e lagos da região e comprometem, consequentemente, sua sustentabilidade socioambiental.

QC15 indica, novamente, a utilização irregular e danosa de iscas vivas por parte de algumas empresas, bem como o desmatamento realizado por algumas delas como fator desafiador para a sustentabilidade do segmento turístico na região, que podem ser propiciados, em parte, pela ainda deficitária atuação dos órgãos públicos competentes [QC1, QC18, QE2] que, de acordo com QP1 poderia descentralizar a gestão ambiental, a fim de dividir competências com as gestões públicas municipais, para otimizar os esforços empregados.

A análise da forma como a atividade turística é ofertada na região, indica que ela apresenta bons prospectos de sustentabilidade, por meio da geração de empregos e renda e dos baixos impactos causados ao ambiente natural, contudo, o apontamento da existência de elevado e crescente número de empresas atuando à margem da legalidade apresenta cenário

desafiador, tanto na redução de benefícios econômicos – por centralizarem toda a geração de renda no estado do Amazonas, e pela extrapolação de uso de determinados lagos e rios.

No tocante à insatisfação dos respondentes para com a gestão pública dos recursos naturais locais, esta se assemelha à constatação de Ribeiro *et al.* (2020) mediante pesquisa realizada com guias de pesca da região de Barcelos, no estado do Amazonas, que acreditam que a ineficácia de ações reguladoras acarretam em ações danosas e, conseqüentemente, na redução dos estoques pesqueiros.

Em relação à adaptação de uso da Mandala ODS aplicada à comunidade de Santa Maria do Boiaçu, com o intuito de contextualizar os aspectos sociais das comunidades ribeirinhas do Baixo Rio Branco, foi possível perceber que alguns aspectos sociais apresentam eficácia comprometida, rumo ao alcance dos ODS da Agenda 2030, mas que independem, de forma direta da atividade turística que, de acordo com os respondentes, tem contribuído para a melhoria de vida local por meio renda gerada, se apresentando com uma das principais fontes econômicas da comunidade investigada.

A análise dos reflexos do Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco indica também que os conflitos sociais percebidos do decorrer da revisão de literatura parecem estar sendo mitigados, permitindo a inferência de possível mobilização socioeconômica entre atividades pesqueiras, assim como percebido por Negrão (2018), Luiz Netto & Mateus (2009) e Ribeiro *et al.* (2020), contudo, ainda foi possível perceber por meio dos dados coletados e da observação participante empreendida do decorrer da temporada de pesca, que há insatisfação entre pescadores locais – amadores e profissionais, com a baixa atuação do poder público na fronteira com o estado do Amazonas, que oportuniza a entrada de embarcações que realizam grandes retiradas de pescado, de forma descontrolada, para comercialização no estado vizinho.

Cabe ressaltar que, do ponto de vista dos moradores, sejam eles atuantes na pesca de subsistência ou da pesca profissional, a entrada constante de embarcações provenientes do estado fronteiriço consiste em uma ameaça aos estoques pesqueiros, que sofrem significativa redução com esta prática que não gera dividendos para as comunidades e, quando muito, gera baixa remuneração pelos atravessadores que transportam o pescado para comercialização no estado do Amazonas.

Do ponto de vista dos empresários, pescadores esportivos e moradores que exercem atividades laborais nesses empreendimentos, a entrada dessas embarcações ameaça a continuidade, a curto e médio prazo, da atividade turística na região, considerando que, ao contrário dos hábitos alimentares das comunidades locais, o estado do Amazonas possui grande demanda pelo consumo do Tucunaré (Figura 37), que consiste no principal atrativo para a atividade turística e que vem sofrendo gradativa redução, em quantidade e em

tamanhos, nos últimos anos, de acordo com profissionais que atuam há mais de dez anos na região do Baixo Rio Branco-RR.

Figura 37

Comercialização de Tucunaré na Feira Manaus Moderna. Manaus, Amazonas



Fonte: Autoria própria (2023).

A constatação acima permite inferir que o desafio não consiste em proibir a entrada de embarcações do estado vizinho, sejam elas de pesca amadora ou de pesca profissional, mas em dispor de instrumentos legais e equipamentos públicos capazes de ordenar e coibir, efetivamente, ações que impeçam o atendimento à capacidade de carga do Baixo Rio Branco – capacidade de carga esta que deve ser definida, de forma urgente, por meio de estudos técnicos-científicos eficazes, para o controle de tamanhos e de quantidades de exemplares a serem transportados, a fim de evitar que a pesca predatória ocasione danos irreparáveis aos estoques pesqueiros locais e, conseqüentemente, às comunidades ribeirinhas que deles dependem para sua subsistência.

Nesse quesito, no que tange à manutenção desses recursos, no tocante a práticas de conservação ambiental, empreendimentos devidamente licenciados pelo órgão ambiental competente possuem acordos de cooperação técnica junto ao poder público, no sentido de conceder apoio logístico a operações fiscalizatórias, reduzindo assim os custos operacionais para as entidades públicas e viabilizando maior atuação *in loco*, contudo, a baixa quantidade de empresas regulares/ licenciadas, restringe as opções de suporte, majoritariamente, aos rios Água Boa do Univiní, Itapará, Anauá e parte do Rio Branco.

O estudo permitiu perceber, ainda, que a atuação efetiva dos distintos *stakeholders* nos processos de planejamento, gestão e uso ordenado dos recursos hídricos e pesqueiros da região, de forma participativa, consiste em um dos maiores desafios para os atores sociais que contribuíram para a pesquisa, que, como visto, não se sentem inseridos nesses processos de gestão e manejo, propiciando a manutenção de tendências conflitantes nas relações e interferindo na sustentabilidade local.

No que corresponde à sustentabilidade, a análise da Agenda 2030 da ONU que, como visto no decorrer do estudo, consiste em ferramenta viável para alcançar metas que visam mitigar desastres climáticos, promover a proteção do ambiente natural e promover segurança e prosperidade socioeconômica aos povos (ONU, 2022), dos indicadores da Mandala ODS CNM aplicados à comunidade de Santa Maria do Boiaçu, e da literatura que permeou este estudo e aos demais dados coletados durante a pesquisa, permitiram perceber que, para a maior parte dos respondentes, o Turismo de Pesca Esportiva tem contribuído de forma satisfatória para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, contudo, é necessário que políticas públicas eficazes sejam implementadas a fim de contribuir para o desenvolvimento sustentável da região, como apontam Hunt *et al.* (2013).

As conversas informais oportunizadas durante as pesquisas de campo, aliadas à Mandala ODS de Santa Maria do Boiaçu (Rorainópolis/RR) elaborada no decorrer do estudo (Figura 24, p. 73), permitiram reforçar que o modelo modernizante de desenvolvimento (Rostow, 1959) não atende aos anseios da comunidade, em cujos respondentes veem a educação pública como principal desafio social a ser superado nas comunidades do Baixo Rio Branco, mas que acredita-se que os demais indicadores propostos pela ferramenta são satisfatórios, inclusive, no que tange ao incremento econômico gerado pela atividade turística, indicada como principal fonte de renda da comunidade atualmente.

Vislumbrar o desenvolvimento sustentável do Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco sob a vertente social, por meio dos ODS da Agenda 2030, antes da aplicação dos instrumentos de pesquisa, no ato de sua proposição, remeteu à possibilidade de investigar o quão próximas ou distantes essas comunidades ribeirinhas estariam do que compreende-se, no meio urbano, como desenvolvimento desejável, contudo, os dados obtidos e as conversas informais junto a moradores, anciões e jovens, indicaram que muitos têm a oportunidade de retornar às zonas urbanas, mas consideram que a qualidade de vida para seus filhos e netos é melhor nas comunidades, dada a possibilidade de consumir alimentos naturais, desempenharem atividades econômicas que atendam às necessidades de sustento familiar e permanecerem em segurança em um ambiente socialmente harmonioso.

Apesar do considerável grau de satisfação dos residentes com os indicadores sociais propostos pela adaptação da Mandala ODS CNM, o estudo indicou também a insatisfação de residentes com aspectos que ameaçam a segurança social e ambiental das comunidades,

momentos em que a atuação do poder público e de empresas turísticas irregulares foi criticada, como forma de apelo à necessidade de controle e, consequentemente, de salvaguarda dos recursos naturais existentes e essenciais à sua subsistência, acreditando ser esse, o de regulação eficaz da atividade turística e dos recursos hídricos e pesqueiros do Baixo Rio Branco, o maior desafio local para o alcance dos objetivos sociais da Agenda 2030.

Cabe ressaltar que o desafio da gestão dos recursos hídricos e pesqueiros da região do Baixo Rio Branco incide, além da extensão territorial do recurso, no fato de que este é utilizado por diversos atores, como pescadores de subsistência, pescadores comerciais/profissionais, pescadores amadores recreativos, pescadores amadores esportivos, pesquisadores, bem como por usuários que, inclusive, desenvolvem atividades ilícitas como mineração ilegal, caça e pesca predatória indiscriminada no decorrer dos cursos dos rios, impactando diretamente sobre a manutenção da biodiversidade local.

Para ilustrar os principais resultados do estudo que contribuiu para a elucidação da oferta do Turismo de Pesca Esportiva e do contexto social das comunidades do Baixo Rio Branco frente aos ODS sociais da Agenda 2030, dispõe-se, a seguir, da Figura 38 que contém a síntese principais resultados encontrados a partir dos objetivos traçados para a pesquisa.

Figura 38

Síntese dos resultados encontrados no decorrer do estudo

Objetivos	Principais resultados encontrados
Contextualizar a oferta do Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco-RR, sob o prisma de seus <i>stakeholders</i> e da literatura específica.	Início da oferta do segmento na região: 1991
	Período de duração da temporada de pesca no Baixo Rio Branco: 6 meses (entre outubro e março).
	Tipos de estruturas de pesca disponíveis na região: - Barcos-Hotéis; - Hotéis de Selva/ <i>Lodges</i>; - Estruturas Flutuantes.
	Principais rios onde a atividade é ofertada: Rio Água Boa do Univiní, Rio Xeruiní, Rio Itaparará, Rio Branco, Rio Anauá, Rio Jufaris e Rio Jauaperi.
	Quantidade de operadoras licenciadas: 6 Quantidade de operadoras indicadas pelos respondentes: 10 Quantidade de operadoras indicadas pela literatura: 25
	Maior ocorrência de serviços/produtos ofertados: - Hospedagem - Alimentos & Bebidas; - Piloteiros (Guias de Pesca); - Internet; - Serviços de lavanderia.
	Maior ocorrência de serviços/produtos provenientes de Caracaraí ou Rorainópolis: - Piloteiros (Guias de Pesca); - Serviços de lavanderia;

	- Hospedagem; - Transportes. Maior ocorrência de empregos diretos gerados pelo segmento: - Piloteiros (guias de pesca); - Cozinheiros; - Camareiros; - Garçons. Maior ocorrência de postos de emprego ocupados por residentes de Caracaraí ou Rorainópolis: - Piloteiros (guias de pesca); - Camareiros; - Garçons; - Cozinheiros. Maior ocorrência de serviços/produtos terceirizados consumidos no decorrer da oferta do segmento: - Serviços de mecânica naval; - Meios de hospedagem de terceiros; - Alimentos & Bebidas; - Transportes; - Artesanato local. Breve perfil da demanda atendida pelas empresas respondentes: - QE1: Estrangeiros, de faixa estaria entre 56 e 65 anos, que tomam conhecimento do empreendimento por meio de operadores de turismo e valorizam a estrutura ofertada pelo turismo. - QE2: Brasileiros, de faixa estaria entre 46 e 56 anos, que tomam conhecimento do empreendimento por meio de indicação de amigos e que valorizam a conservação do ambiente natural. Principais motivações do turista, de acordo com os residentes: - Diversidade de espécies de peixes; - Conservação do ambiente natural; - Tranquilidade proporcionada durante a experiência.
Compreender o contexto social das comunidades ribeirinhas locais, a partir da Mandala ODS e de atores sociais locais.	O quadrante social da Mandala ODS CNM do município de Caracaraí, que contempla todo o território do município – incluindo área urbana e áreas rurais, apresenta: Índices satisfatórios: Sem índices satisfatórios. Índices medianos nos indicadores: nascidos vivos com baixo peso, abandono escolar nos anos finais (6º ano 9º ano); índice de mortes por abuso de álcool e outras drogas; taxa de homicídios e taxas de óbitos maternos. Índices críticos nos indicadores: proporção de pessoas vivendo em extrema pobreza; mortalidade infantil; abandono escolar nos anos iniciais (1º ao 5º ano); taxa de feminicídio e taxa de mortalidade no trânsito.

	O quadrante social da Mandala ODS CNM do município de Rorainópolis, que também abrange todo a extensão territorial do município, apresenta: - Índices satisfatórios nos indicadores: abandono escolar nos anos iniciais (1º ao 5º ano); abandono escolar nos anos finais (6º ano 9º ano) e índice de mortes por abuso de álcool e outras drogas. - Índices medianos nos indicadores: mortalidade infantil; Taxa de homicídios por 100mil habitantes e taxa de feminicídio. - Índices críticos: Proporção de pessoas vivendo em extrema pobreza; taxa de óbitos maternos e taxa de mortalidade no trânsito. Principais atividades econômicas das comunidades: - Turismo de pesca esportiva; - Pesca de subsistência e pesca comercial; - Agricultura em pequena escala. A partir da adaptação própria da Mandala ODS CNM à realidade de Santa Maria do Boiaçu, foi possível perceber que a comunidade apresenta: - Índices satisfatórios: Ocorrência de pessoas vivendo em extrema pobreza; ocorrência de mortalidade infantil; ocorrência de nascidos vivos com baixo peso; aprendizado adequado até o 5º ano, em matemática; ocorrência de mortes por abuso de álcool e outras drogas; ocorrência de homicídios; ocorrência de homicídios de mulheres; ocorrência de óbitos maternos e ocorrência de mortalidade no transporte fluvial. - Índices medianos: Aprendizado adequado até o 5º ano, em português, e ocorrência de abandono escolar nos anos finais (6º ao 9º ano). - Índices críticos: Ocorrência de abandono escolar nos anos iniciais (1º ao 5º ano). A Mandala ODS de Santa Maria do Boiaçu indica que o contexto social, para os residentes, se aproxima aos ODS sociais da Agenda 2030 no que corresponde a saúde e segurança pública, mas apresenta índices medianos e críticos no tocante aos aspectos relacionados à educação, dos anos iniciais aos finais.
--	--

Identificar os reflexos e desafios do Turismo de Pesca Esportiva no contexto social do Baixo Rio Branco-RR, com base nos dados obtidos e nos ODS sociais.	Principais impactos positivos ocasionados pelo Turismo de Pesca Esportiva, sob a percepção dos respondentes: - Geração de emprego e renda; - Prática da modalidade pesque-e-solte (devolução do peixe às águas); - Conservação do ambiente natural e seu entorno. Principais impactos negativos ocasionados pelo Turismo de Pesca Esportiva, sob a percepção dos respondentes: - Uso indevido, por parte de algumas empresas, de iscas vivas que impactam nos hábitos alimentares dos peixes; - Ferimento de peixes; - Inexistência de fiscalização de visitantes, que pode resultar na ocorrência de biopirataria; - Atuação de empresas não licenciadas; - Concentração de recursos financeiros por alguns integrantes das comunidades, gerando questões internas entre moradores. Atores sociais e conflitos: Para os respondentes (comunidade local, empresários e gestor público municipal), as relações entre comunidade e operadores de pesca esportiva, operadores de pesca esportiva e pescadores profissionais e comunidade e pescadores profissionais é, majoritariamente, harmoniosa. Gestão dos recursos pesqueiros: 70% dos respondentes não se sentem inseridos nas ações relativas à gestão dos recursos hídricos e pesqueiros utilizados pelo Turismo de Pesca Esportiva.
Analisar quais os desafios para que o Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco-RR contribua para o alcance dos ODS sociais da Agenda 2030, a partir da Mandala ODS.	Maiores desafios rumo ao alcance dos ODS sociais da Agenda 2030: - Necessidade de transparência e de distribuição equânime das compensações financeiras pagas pelas empresas operadoras às comunidades; - Possibilidade de usufruir das compensações financeiras, bem como dos acordos de cooperação técnica entre governos empresas licenciadas, para melhoria dos indicadores sociais apontados como críticos na Mandala ODS de Santa Maria do Boiaçu, como a educação pública, que consiste em um dos principais vetores do desenvolvimento sustentável; - Restrição de locais de pesca para moradores/ insatisfação com os zoneamentos de pesca vigentes; - Necessidade de planejamento participativo na região; - Necessidade de atuação efetiva do poder público, para coibir atuação de empresas turísticas irregulares, do extrativismo ilegal e da pesca predatória indiscriminada realizada por embarcações que adentram à região pelo estado fronteiro; - Possibilidade de descentralizar a gestão dos recursos naturais locais, que encontra-se, majoritariamente, sob responsabilidade da poder público estadual; - Ausência de estudos técnico-científicos atualizados sobre a capacidade de carga dos rios e lagos do Baixo Rio Branco, que embasem a criação de novos zoneamentos de pesca, bem como o ordenamento da atividade turística na região.

Fonte: Dados da pesquisa.

O exame da Figura 38 (pp. 98-101) permite considerar que, para que o Turismo de Pesca Esportiva ofertado no Baixo Rio Branco-RR contribua efetivamente para o alcance dos ODS sociais da Agenda 2030, para além das atribuições inerentes ao poder público, a quem também cabe o ordenamento do setor, que permitiria que os reflexos positivos da atividade se sobrepusessem aos negativos, é necessário que este se sustente em planos de manejo e instrumentos legais eficazes, que permitam que a atratividade da atividade, comprovada por sua oferta há mais 30 anos no estado de Roraima, não seja motivo causador de degradação ambiental e da manutenção dos conflitos sociais observados no decorrer literatura científica que embasou o estudo.

A partir da compreensão empírica dos respondentes, foi possível perceber que esses conflitos sociais têm sido minorados e que, talvez, essa mudança seja motivada pela maior participação do turismo de pesca esportiva no incremento econômico das comunidades, considerando que os respondentes apontaram, em sua maioria, que o segmento turístico consiste atualmente em uma das maiores atividades econômicas das comunidades do Baixo Rio Branco.

Diante dos resultados obtidos por meio da literatura acerca da temática central, dos ODS da Agenda 2030, dos indicadores contemplados pela Mandala ODS CNM – adaptada à realidade da comunidade de Santa Maria do Boiaçu, bem como das demais questões propostas no instrumento de pesquisa, foi possível perceber que o Turismo de Pesca Esportiva ofertado na região não pode ser visto de uma forma maniqueísta, pois tem apresentado bons contributos no alcance do desenvolvimento sustentável do Baixo Rio Branco, contudo, é desafio da atividade, bem como de todos os atores sociais que atuam no planejamento, na gestão e no uso dos recursos hídricos e pesqueiros da região, atender às suas limitações, a fim de assegurar o desenvolvimento equânime às comunidades locais sem comprometer o usufruto das gerações que as sucederão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo empreendido reforçou a motivação de contribuir efetivamente para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, por meio da aplicação da Mandala ODS que, sob a perspectiva do contexto local, ofereceu subsídios para refletir sobre o planejamento e uso dos recursos hídricos e pesqueiros do Baixo Rio Branco-RR pelo Turismo de Pesca Esportiva e demais *stakeholders* que atuam na região, de uma forma integrada e integral, rumo à sustentabilidade.

O estudo permitiu compreender que, dada a abrangência do fenômeno turístico, a falta de delimitação de instrumentos concretos para o alcance dos ODS em esfera local pode resultar na compreensão de que o paradigma da sustentabilidade consiste em um discurso fantasioso, e que é necessário estabelecer critérios para avaliação das ações propostas, a fim de monitorar a possível evolução, estagnação, ou mesmo, o retrocesso da atividade rumo ao desejo de desenvolvimento sustentável, motivo pelo qual adotou-se a metodologia Mandala ODS CNM.

A pesquisa empreendida permitiu elucidar aspectos relativos à forma como o Turismo de Pesca Esportiva se manifesta na região do Baixo Rio Branco, em Roraima, o contexto social das comunidades ribeirinhas que integram esse cenário territorial, bem como os reflexos da atividade e, conseqüentemente, a identificação dos maiores desafios do segmento turístico, frente ao alcance dos ODS Sociais acolhidos pela Agenda 2030 da ONU.

A adoção da ótica fenomenológica na análise dos dados contribuiu para o alcance dos objetivos de investigação, por favorecer a reflexão da temática por parte de quem está inserido no *lôcus* da pesquisa, sendo sua contribuição empírica de grande valor para a elaboração de construtos teóricos que facilitem a criação ou identificação de instrumentos legais que atendam, de forma satisfatória, aos anseios de desenvolvimento socioeconômico na região, sem que as limitações de uso dos recursos naturais sejam extrapoladas, mitigando, conseqüentemente, os impactos sociais já identificados na literatura disponível.

No campo teórico, a pesquisa contribuiu para o preenchimento de algumas lacunas de conhecimento científico acerca do tema em esfera local. Nesse quesito, cabe esclarecer que, no ato da identificação de portfólio bibliográfico básico para a abordagem teórico-conceitual do estudo preliminar, propiciada pela metodologia de construção do conhecimento ProKnow-C, aplicada às plataformas Scientific Periodicals Electronic Library – SPELL, Scientific Electronic Library Online – SciELO, Periódicos CAPES e Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES, foram encontradas poucas publicações de estudos recentes, entre o período de 2017 e 2022 acerca do segmento turístico ofertado no Baixo Rio Branco-RR.

Como limitações para o desenvolvimento da pesquisa, tem-se a distância geográfica entre o local de residência da pesquisadora e o objeto de estudo; o ainda limitado referencial

teórico atualizado acerca do tema em nível local, bem como a indisponibilidade de alguns atores sociais para contribuir com a pesquisa, restringindo a obtenção de alguns dados.

Como principais resultados, o estudo revelou que a Mandala ODS CNM oferece subsídios para nortear a gestão pública municipal em ações que visem o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, e que a aplicação individualizada nas comunidades consiste em ação necessária, tendo em vista que muitos dos dados oficiais refletem à realidade das zonas urbanas dos municípios, que apresentam aspectos sociais e culturais diferenciados das comunidades tradicionais.

A partir da Mandala ODS CNM adaptada à realidade de Santa Maria do Boiaçu, foi possível perceber que os residentes que contribuíram com a pesquisa encontram-se satisfeitos com os indicadores acolhidos pela ferramenta, indicando sua proximidade com o alcance dos ODS sociais da Mandala, contudo, veem a educação pública como fator crítico a ser superado para o alcance da sustentabilidade social das comunidades locais.

A pesquisa também indicou que, dentre as mais de 25 empresas que operam pacotes de Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco-RR, somente 6 estão devidamente licenciadas e que, embora a atividade turística seja vista como uma das principais fontes de renda das comunidades ribeirinhas locais, um dos maiores desafios locais para o alcance dos objetivos sociais da Agenda 2030 consiste em dispor de instrumentos reguladores eficazes, mediante gestão participativa, que coíbam ações danosas e irregulares que ameaçam atualmente não somente a continuidade da atividade turística na região, como a subsistência das comunidades ribeirinhas e indígenas locais que têm o pescado como principal fonte alimentar e econômica.

Como contribuições para pesquisas futuras, o estudo indicou a necessidade de investigar as demais comunidades ribeirinhas e indígenas que residem no Baixo Rio Branco-RR, que possuem composições sociais próprias, diretamente associadas aos recursos naturais aqui retratados, e que (r)existem diante do modelo modernizante de desenvolvimento evidenciado nas sociedades contemporâneas, bem como a lacuna acadêmico-científica sobre as demais atividades econômicas desenvolvidas na região que a têm distanciado de alcançar os ODS sociais, ambientais e econômicos, que estão intrinsecamente entrelaçados, da Agenda 2030 da ONU, especialmente no tocante às atividades irregulares, degradantes e/ou às que não contemplam as comunidades locais em sua distribuição de renda, mas contribuem diretamente para redução dos estoques pesqueiros, em uma perspectiva insustentável.

6. REFERÊNCIAS

Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo. (1999). Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora. *Guia brasileiro de pesca amadora. Brazilian sportfishing guide.*

Alho, C. J. R. (2019). O significado socioeconômico do turismo na natureza no Pantanal diante das normas reguladoras do Estado. *Sociedade e Estado*, 34(3), 769-786.

Andrade, L. S. (2018). *Catch-and-release effects on behavioral and physiological parameters of the high resilient tropical wolf fish Hoplias malabaricus*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Santa Cecília].

Araújo, R. N., Abdala, K. O., & Medina, G. S. (2021). Impacto ambiental do turismo de pesca: aplicação da Lei da Cota Zero no Rio Araguaia, em Goiás: enforcement of the Zero Quota Law in the Araguaia River, in Goiás. *Interações*, 22(2), 597- 607.

Banducci Júnior, A. (2006). *Catadores de iscas e o turismo de pesca no Pantanal Mato-Grossense*. Ed. UFMS.

Baldin, N. & Munhoz, E. M. B. (2011). Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: *X Congresso Nacional de Educação - EDUCERE*. Curitiba.

Beni, M. C. (2004). *Globalização do turismo: Megatendências do setor e a realidade brasileira*. Aleph.

Brasil. (1988). Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988. Dispõe sobre a proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Recuperado em 03 julho de 2022, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7679.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%207.679%2C%20DE%2023%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201988.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20proibi%C3%A7%C3%A3o%20da,reprodu%C3%A7%C3%A3o%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.

Brasil. (2009). Lei nº 11.959, de 29 de Junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Recuperado em 05 de junho de 2022, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm

Brasil. (2017). Portaria nº 38, de 24 de maio de 2017. Dispõe sobre a Designação da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Recuperado em 11 de março de 2023, de <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=3&data=25/05/2017>

Bresser-Pereira, L. C. (2005). Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência. In: Totolo, C. N. (Org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Editora Revan.

Bursztyn, M. (Org.). (1993). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. Editora Brasiliense.

Cavalcante, M. M. A., Veras, A. T. de R.; Seabra, G. de F., Silva, J. da C., Silva, M. das G. N. & Ribeiro, W. C. (2020). Amazônia: explorando o Baixo Rio Branco - Roraima/Amazonas. *Revista do Departamento de Geografia*, 40, 203-217.

Confederação Nacional dos Municípios. (2016). *Guia para Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros. O que os gestores municipais precisam saber*. Brasília: CNM.

Confederação Nacional dos Municípios. (2022). *Mandala ODS*. Recuperado em 16 de junho de 2022, de <http://www.ods.cnm.org.br/mandala-municipal>

Confederação Nacional dos Municípios. (2023). *Mandala ODS*. Recuperado em 12 de março de 2023, de <http://ods.cnm.org.br/mandala-municipal>

Costa, T. & Lima, M. J. (2018). Cooperation in tourism and regional development. *Tourism & Management Studies*, 14(4), 50-62.

Crepaldi, D. V. (2014). *Avaliação rápida dos estoques de Cichla no rio Água Boa do Univini e proposição de medidas de gestão*. IBAMA.

Dewes, J. O. (2013). *Amostragem em Bola de Neve e Respondent-Driven Sampling: uma descrição dos métodos*. Porto Alegre: UFRGS.

Dias, R. (2008a). *Introdução ao turismo*. Atlas.

Dias, R. (2008b). *Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil*. Atlas.

Dinelli, L. C. F. & Nogueira, E. M. (2022). A (in)sustentabilidade do turismo de pesca esportiva no Baixo Rio Branco-RR. In: Ghedin, L. M., Oliveira, K., Vitório, L. S. (2022) *Estudos de turismo na terra de Makunaima*. GEPTTEC/IFRR.

Empresa Estadual de Turismo do Amazonas. (2020a). *Movimentação e caracterização dos turistas do Amazonas 2020*. Recuperado em 02 agosto de 2022, de <http://www.amazonastur.am.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/Movimenta%C3%A7%C3%A3o-e-Characteriza%C3%A7%C3%A3o-dos-Turistas-AM-2020-1.pdf>

Empresa Estadual de Turismo do Amazonas. (2020b). *Levantamentos sobre a Pesca Esportiva na Calha do Rio Negro*. Recuperado em 02 agosto de 2022, de <http://www.amazonastur.am.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/Movimenta%C3%A7%C3%A3o-e-Characteriza%C3%A7%C3%A3o-dos-Turistas-AM-2020-1.pdf>

Ensslin, L.; Ensslin, S. R.; Lacerda, R. T. O. & Tasca, J. E. (2010). *ProKnow-C, Knowledge Development Process-Constructivist*.

Fazito, M., Rodrigues, B., Nascimento, E. & Pena L. C. S. (2017). O papel do Turismo no Desenvolvimento Humano. *Paper do NAEA* 371.

Freitas, A. (2021). *Geografia e história de Roraima*. IAF.

Garlet, V., Grellmann, C., & Madruga, L. (2021). Contributions of sustainable practices for the consolidation of sustainable tourism in Brazil. *Revista de Administração da UFSM*, 14(2), 263-275.

Gazoni, J. L. & Brasileiro, I. L. (2018). Tourism as an instrument of forest protection in the Amazon: a multivariate analysis. *Rev. Bras. Pesq. Tur.*, 12(3), 23-46.

Gerhardt, T. E. & Silveira, D.T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Editora da UFRGS.

Gonçalves, A. S. & Gonçalves, A. S. (2013). *Perfil dos turistas e operadores de turismo de pesca esportiva do município de Caracaraí – Roraima*. [Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima].

Hunt, L. M., Kolman, B. & Boxall, P. (2013). Assessing the changing effects of forest harvesting on nature-based tourism: a case of sport-fishing tourism in Ontario, Canada. *Canadian Journal of Forest Research*. 43(2). 171-179.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. (2008). Estabelece Acordo de Pesca na Bacia do Baixo Rio Branco, na área localizada entre a vila de Vista Alegre (Paralelo N1°44') e a foz do Rio Branco (Paralelo N -1°25'), no estado de Roraima, abrangendo os municípios de Caracaraí e Rorainópolis/RR. Instrução Normativa nº 180, de 9 de julho de 2008. Recuperado em 22 de julho de 2022, de <http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/IBAMA/IN0180-090708.PDF>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). *Amazônia Legal*. Recuperado em 22 de julho de 2022, de <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15819-amazonia-legal.html?edicao=30963&t=o-que-e>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). *Mapa da Amazônia Legal*. Recuperado em 22 de julho de 2022, de https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/estrutura_territorial/amazonia_legal/2021/Mapa_da_Amazonia_Legal_2021.pdf

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023). *Roraima*. Recuperado em 22 de maio de 2023, de <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rr.html>

Isaac, V.J. & Barthem, R.B. (1995). Os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi*, série Antrop. 11:295-339. Recuperado em 22 de janeiro de 2023, de <https://repositorio.museu-goeldi.br/bitstream/mgoeldi/550/1/B%20MPEG%20Ant%2011%282%29%201995%20Isaac.pdf>

La Torre, O. de. (1991). *El turismo, fenómeno social*. Fondo de Cultura Económica.

Laques, A., Cabral, A. I. R., Silva, S. C. P., Pereira, H. S., & Saito, C. H. (2018). Água e Floresta na Reserva de Desenvolvimento. Sustentável do Uatumã. *Sustentabilidade em Debate*, 9(2), 164-186.

Luiz Netto, S. & Mateus, L. A. F. (2009). Comparação entre a pesca profissional artesanal e pesca amadora no Pantanal de Cáceres, Mato Grosso, Brasil. *Boletim do Instituto de Pesca*, v. 35(3), 373-387.

Makishi, F., Veiga, J. P. C., Zacareli, M. A., Silva, V. L. D. S., & Savastano Júnior, H. (2020). Governança no Desenvolvimento Sustentável na Mazônia: Arquiteturas Institucionais e Cadeias de Sociobiodiversidade. *Amazônia, Organizações e Sustentabilidade*, 9(1), 7-26.

Minayo, M. C. de S. (2001). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. (18ª ed.) Vozes.

Ministério do Turismo. (2006). *Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais*.

Ministério do Turismo. (2010). *Turismo de Pesca: orientações básicas*.

Ministério do Turismo. (2019). *Ministério do Turismo inclui Barco-Hotéis no Cadastur*. Recuperado em 03 de julho de 2022, de <http://antigo.turismo.gov.br/o-que-e-rss/17-ultimas-noticias/13130-minist%C3%A9rio-do-turismo-inclui-barcos-hoteis-no-cadastur2.html>

Ministério do Turismo. (2022). *Cadastrar prestador de serviços turísticos (Cadastur)*. Recuperado em 03 de agosto de 2022, de <https://www.gov.br/pt-br/servicos/cadastrar-prestadora-de-servico-turistico>

Miret-Pastor, L., Molina-García, A., García-Aranda, C. & Herrera-Racionero, P. (2020). The connection between recreational fishing and the traditional fishing sector in the emerging area of marine tourism: challenges and opportunities for diversification with the European Fisheries Fund (EFF). *ICES Journal of Marine Science*, 77 (6), 2369–2374.

Negrão, D. S. (2018). *Turismo de pesca esportiva na comunidade de Terra Preta, Caracará, Roraima*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Roraima].

Nogueira, E. M. (2005). Diagnóstico sobre Capacitação e Infra-estrutura para o Turismo no Baixo Rio Branco. *Norte Científico*, v. 1, n. 1.

Nogueira, E. M. (2006). Em busca de um referencial teórico para situar impactos causados pela pesca esportiva nas comunidades de Terra Preta, Lago Grande e Canaúni região do Baixo Rio Branco Roraima Brasil. In: *I CONNEP – I Congresso de Pesquisa e Inovação em Rede – Um desafio para a Educação Profissional e Tecnológica de Qualidade*. CEFET-RN, 1, 1-2.637.

Nogueira, E. M., Silva, G. P., Ghedin, L. M. & Dantas, S. L. (2013). O Mapa dos Hotéis de Selva do Baixo Rio Branco - Roraima - Brasil. *Mapa dos Hotéis de Selva do Baixo Rio Branco - Roraima - Brasil*. UAlg ESGHT Universidade de Algarve, 1, 73-88.

Oliveira-Júnior, F. R. P. (2019). *Diagnóstico do potencial da atividade de pesca esportiva no Rio Cuieiras, na área da Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS Puranga Conquista*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia].

Organização das Nações Unidas. (2022). *Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil*. Recuperado em 03 de agosto de 2022, de <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

Paixão, C. F. C. (2019). *Avaliação dos efeitos do pesque e solte nas espécies Cichla ocellaris e Colossoma bidens*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Federal Goiano].

Panosso Netto, A. (2005). *Filosofia do turismo: teoria e epistemologia*. Aleph.

Panosso Netto, A. & Nechar, M. C. (Orgs.). (2016). *Turismo: perspectiva crítica: textos reunidos*. Triunfal Gráfica e Editora.

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. (2022). *Orientações para elaboração de citações e referências: conforme a American Psychological Association (APA) 7ª edição*. Sistema Integrado de Bibliotecas. Recuperado em 10 de agosto de 2022, de www.pucminas.br/biblioteca

Ramos, S. E. de S. L. (2020). *Dinâmica territorial da comunidade ribeirinha de Santa Maria do Boiaçu – Rorainópolis/RR*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Roraima].

Ribeiro, M. W. S., Ladislau, D. S., Castro, P. D. S., Paiva, A. J. V., Bassul, L. A., Cardoso, L. D., Mattos, D. C., Lavander, H. D., Aride, P. H. R. & Oliveira, A. T. (2020). Perfil socioeconômico e conhecimento de guias-piloteiros da bacia do médio Rio Negro, Amazonas. *Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais*, 11(2), 393-401.

Rodrigues, R. P., Pereira Júnior, J. A., Brabo, M. F., Santos, F. J. S. & Aranha, T. V. (2020). A pesca esportiva marinha no Município de São Caetano de Odivelas, Estado do Pará, Amazônia, Brasil. *Research, Society and Development*, 9(7).

Roraima. (2011). Lei nº 815, de 07 de julho de 2011. Dispõe sobre a transformação da Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Estado de Roraima – FEMACT-RR, e do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado de Roraima – IDEFER, e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado de Roraima (DOERR)*. Recuperado em 03 de agosto de 2022, de https://www.imprensaoficial.rr.gov.br/app/_visualizar-doe/.

Roraima. Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. (2015). Portaria Normativa nº 07, de 24 de setembro de 2015. *Diário Oficial do Estado de Roraima (DOERR)*. Recuperado em 05 de junho de 2021, de <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/100975079/doerr-24-09-2015-pg-18>

Roraima. Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento. (2016). *Baixo Rio Branco*. Centro de Geotecnologia, Cartografia e Planejamento Territorial. CGPTERR/SEPLAN.

Roraima. (2021). Lei nº 1.540, de 01 de novembro de 2021. Dispõe sobre a proibição da pesca do Peixe Tucunaré da Amazônia e sobre a pesca esportiva nos Rios Água Boa do Univini, Itapará, Xeruini, e Jufari e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado de Roraima (DOERR)*. Recuperado em 03 de maio de 2023, de https://www.imprensaoficial.rr.gov.br/app/_visualizar-doe/

Rostow, W. W. (1959). The stages of economic growth. *New Series*, 12(1), 1-16.

Ruschmann, D. V. de M. (2012). *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Papirus.

Sachs, I. (2002). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Garamond.

Sachs, I. (2005). Desenvolvimento e cultura. Desenvolvimento da cultura. Cultura do desenvolvimento. *Organizações & Sociedade*, 12(33), 151-165.

Salazar Filho, H. de O., Andretta, R. A. & Nogueira, E. M. (2005). Diagnóstico preliminar do potencial de desenvolvimento da atividade de pesca esportiva na região do Baixo Rio Branco, estado de Roraima. *Bol. Téc. Cient. Cepnor*, v. 5, n. 1, p. 173-195.

Seabra, G. F. (2019). Dinâmica socioambiental no Baixo Rio Branco, estado de Roraima, Brasil. *Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities Research Medium*, Ituiutaba, 10(2), 112-130.

Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. (Laura Teixeira Motta, Trad.). Companhia de Bolso.

Soares Júnior, C. V. (2022). *A pesca esportiva do tucunaré como alternativa de desenvolvimento sustentável para o estado do Amazonas: implicações jurídicas*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Amazonas].

Triviños, A. N. S. (2011). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. Atlas.

UNWTO. (1996) *Agenda 21 for the Travel & Tourism Industry: Towards Environmentally Sustainable Development*. Recuperado em 03 de agosto de 2022, de <https://www.e-unwto.org/doi/abs/10.18111/9789284403714.1>.

Veras, A. T. de R., Ribeiro, W. C. & Santos, E. R. (2020). Uma incursão ao Baixo Rio Branco (Roraima/Amazonas), saneamento básico. *Confins*, 47. 01-12. Recuperado em 10 de dezembro de 2022, de <http://journals.openedition.org/confins/31823>

Vitório, L. de S. (2014). *Turismo de base comunitária: análise quanto às interferências do turismo de pesca no Baixo Rio Branco, Roraima, Brasil*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Caxias do Sul].

APÊNDICES

Apêndice A – Instrumento de Pesquisa (Questionário - Moradores - Baixo Rio Branco)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO
MESTRADO EM TURISMO**

Prezado(a) Senhor(a),

Estamos realizando um estudo acadêmico com o tema “Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco, em Roraima”, com o objetivo de analisar quais as condições necessárias para que o Turismo de Pesca Esportiva praticado no Baixo Rio Branco -RR contribua para o alcance dos ODS sociais, a partir dos indicadores da Mandala ODS, da Confederação Nacional de Municípios. Esta pesquisa faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso da discente Loren Caroline Ferreira Dinelli, sob a orientação da Profª. Dra. Kerlei Eniele Sonaglio, do Programa de Pós-Graduação em Turismo, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

Este instrumento de pesquisa consiste em adaptação dos critérios utilizados pela Mandala ODS para identificação do nível de atendimento do Turismo de Pesca Esportiva do Baixo Rio Branco, compreendido entre os municípios de Caracaraí e Rorainópolis, aos ODS sociais da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

Todas as informações são sigilosas e serão de uso exclusivo para a realização da pesquisa, da dissertação, dos relatórios ou artigos que dela resultarem.

Agradecemos, desde já, por sua colaboração ao participar da pesquisa.

O questionário deverá ser devolvido para a pesquisadora após o preenchimento.

Identificação do Respondente	
Nome:	
Localidade onde reside:	Tempo de residência:
Naturalidade:	Idade:
Grau de escolaridade:	Profissão/ Ocupação:
Caracterização do respondente em relação ao Turismo de Pesca no Baixo Rio Branco: ☐ Gestor público ☐ Operador de Turismo de Pesca Esportiva ☐ Turista ☐ Morador local (Residente do Baixo Rio Branco) ☐ Outro. Qual? 	

QUESTIONÁRIO (MORADORES - BAIXO RIO BRANCO)

1 – De acordo com seus conhecimentos, quais as principais atividades econômicas (fontes de renda) das comunidades do Baixo Rio Branco-RR?

2 – Para você, o que é o Turismo de Pesca Esportiva?

3 – De acordo com seu conhecimento, quantos empreendimentos operam, atualmente, com a atividade de Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco? Quais são esses empreendimentos?

4 – Qual período de duração de uma temporada de pesca esportiva no Baixo Rio Branco? Ela ocorre em quais meses?

5 – De acordo com seus conhecimentos quais destes serviços são ofertados pelos operadores nos pacotes de Pesca Esportiva?

- | | | |
|--|---|--|
| ☐ Alimentos & Bebidas | ☐ Hospedagem | ☐ Serviços de Telefonia |
| ☐ Internet | ☐ Guias de Pesca | ☐ Transportes |
| ☐ Material de Pesca | ☐ Serviços de lavanderia | ☐ Primeiros Socorros |
| ☐ Outros. Quais? _____ | | |
| ☐ Não possui conhecimento sobre os pacotes ofertados. | | |

6 – Quais desses serviços e/ou produtos originários do Baixo Rio Branco?

- | | | |
|---|---|--|
| ☐ Alimentos & Bebidas | ☐ Hospedagem | ☐ Serviços de Telefonia |
| ☐ Internet | ☐ Guias de Pesca | ☐ Transportes |
| ☐ Material de Pesca | ☐ Serviços de lavanderia | ☐ Primeiros Socorros |
| ☐ Outros. Quais? _____ | | |
| ☐ Não possui conhecimento sobre a procedência dos recursos utilizados. | | |

7 - Em sua opinião, o que o turista mais valoriza ao vivenciar o turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco?

- | | |
|--|---|
| ☐ Diversidade de espécies de peixes | ☐ Contato com a cultural local |
| ☐ Conservação do meio ambiente | ☐ Estrutura oferecida pelo turismo |
| ☐ Tranquilidade | ☐ Preço acessível |
| ☐ Outros. Quais? _____ | |

8 – Quais os tipos de empregos diretos são ofertados durante a temporada de Pesca Esportiva?

- | | |
|--|---|
| ☐ Gerentes | ☐ Catadores de iscas |
| ☐ Piloteiros (Guias de Pesca) | ☐ Cozinheiros |

- () Camareiros () Intérpretes
() Garçons () Agentes de viagens
() Outros. Quais? _____
() Não possuo conhecimento sobre os empregos gerados pela atividade de Turismo de Pesca Esportiva em meu município.

9 – Desses cargos, quais são ocupados por moradores do Baixo Rio Branco durante a temporada de Pesca Esportiva?

- () Gerentes () Catadores de iscas
() Pilotoiros (Guias de Pesca) () Cozinheiros
() Camareiros () Intérpretes
() Garçons () Agentes de viagens
() Outros. Quais? _____
() Não possuo conhecimento sobre a procedência da mão-de-obra empregada pela atividade de Turismo de Pesca Esportiva em meu município.

10 – Além dos empregos diretos, o Turismo de Pesca Esportiva gera renda no Baixo Rio Branco por meio de empregos indiretos e utilização de serviços terceirizados? Em caso afirmativo, quais são eles?

- () Utilização de meios de hospedagem () Locação de transportes
() Aquisição de equipamentos de pesca () Aquisição de alimentos e bebidas
() Consumo de artesanato local () Contratação de serviços de consultoria
() Contratação de serviços de manutenção mecânica naval
() Outros. Quais? _____
() Não possuo conhecimento sobre os empregos e serviços terceirizados utilizados pela atividade de Turismo de Pesca Esportiva em meu município.

11 – Em sua opinião, quais os impactos (negativos e/ou positivos) gerados pelo Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco-RR?

12 – Em sua opinião, de que forma se dá a relação entre as comunidades locais e os operadores do Turismo de Pesca Esportiva?

- () Muito harmoniosa () Harmoniosa () Conflituosa () Muito conflituosa
() Não possui conhecimento sobre como se dá essa relação.

13 - Em sua opinião, de que forma se dá a relação entre as comunidades locais e os pescadores profissionais?

- () Muito harmoniosa () Harmoniosa () Conflituosa () Muito conflituosa
() Não possui conhecimento sobre como se dá essa relação.

14 - Em sua opinião, de que forma se dá a relação entre os operadores de Turismo de Pesca Esportiva e os pescadores profissionais?

- () Muito harmoniosa () Harmoniosa () Conflituosa () Muito conflituosa
() Não possui conhecimento sobre como se dá essa relação.

15 – Como você avalia a atual forma de gestão dos recursos pesqueiros utilizados pelo Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco?

- () Excelente () Muito bom () Bom () Ruim () Muito ruim
() Desconheço o modo como o recurso é gerido.

16 – Você se sente inserido nas ações relativas à gestão dos recursos hídricos e pesqueiros utilizados pelo Turismo de Pesca Esportiva?

() Sim () Não

* Se sim, de que modo?

17 – Em sua opinião, quais os maiores desafios sociais para a gestão dos recursos hídricos e pesqueiros no Baixo Rio Branco e o desenvolvimento sustentável do Turismo de Pesca Esportiva ofertado no Baixo Rio Branco-RR?

18 - Marque com um X, de acordo com sua vivência, qual sua visão ou grau de satisfação sobre a realidade social da comunidade em que você vive, nas questões (indicadores) contidas abaixo:

Indicador	Resposta			
	Não sei opinar/ Sem resposta	Crítico	Razoável	Satisfatório
Ocorrência de pessoas vivendo em extrema pobreza				
Ocorrência de Mortalidade Infantil				
Ocorrência de Nascidos Vivos com Baixo Peso				
Aprendizado adequado até 5° ano - Matemática				
Aprendizado adequado até 5° ano - Português				
Ocorrência de Abandono Escolar - Anos Iniciais (1° ao 5° Ano)				
Abandono Escolar - Anos Finais (6° ao 9° Ano)				
Ocorrência de mortes por abuso de álcool e outras drogas				
Ocorrência de Homicídios				
Ocorrência de Feminicídio				
Ocorrência de óbitos maternos				
Ocorrência de Mortalidade no Transporte Fluvial				

Se desejar, faça comentários e sugestões sobre o objeto de estudo desta pesquisa.

Apêndice B – Instrumento de Pesquisa (Questionário - Empresários)

05/06/2023, 20:11

PESQUISA SOBRE O TURISMO DE PESCA ESPORTIVA DESENVOLVIDO NO BAIXO RIO BRANCO, EM RORAIMA

PESQUISA SOBRE O TURISMO DE PESCA ESPORTIVA DESENVOLVIDO NO BAIXO RIO BRANCO, EM RORAIMA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar da pesquisa **"Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco-RR e a mandala ODS: Desafios locais para o alcance dos objetivos sociais da Agenda 2030"** sob a responsabilidade da pesquisadora Loren Caroline Ferreira Dinelli, sob a orientação da Prof^a. Dra. Kerlei Enele Sonaglio, do Programa de Pós-Graduação em Turismo, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e poderá sair da pesquisa sem nenhum prejuízo para você ou para a pesquisadora.

1. O objetivo deste estudo é: Analisar quais as condições necessárias para que o Turismo de Pesca Esportiva praticado no Baixo Rio Branco -RR contribua para o alcance dos ODS sociais, a partir dos indicadores da Mandala ODS, da Confederação Nacional de Municípios.
2. Sua participação nesta pesquisa será: Através de questionário.
3. O principal benefício relacionado com a sua participação será: O uso de informações precisas sobre o segmento de Turismo de Pesca Esportiva ofertado no Baixo Rio Branco.
4. O principal risco relacionado com a sua participação será: Não se aplica.
5. Serão incluídos nesta pesquisa: Informações prestadas nos questionários, sem que haja identificação nominal dos respondentes.

Todas as informações serão de uso exclusivo para a realização da pesquisa, da dissertação ou dos relatórios ou artigos que dela resultarem.

Você receberá uma via deste termo com o telefone e o endereço institucional da pesquisadora e da instituição e poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Você poderá entrar em contato conosco, sempre que achar necessário, através do telefone da pesquisadora responsável, Loren Caroline Ferreira Dinelli, por meio do número (95) 98121-6982, caso tenha alguma dúvida.

O tratamento ético dos dados obedecerá à Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que determina diretrizes éticas específicas para as Ciências Humanas e Sociais, bem como às orientações práticas do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN e ao que dispõe a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que consiste na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

Caso esteja de acordo com os termos, pedimos que prossiga com o questionário.

Agradecemos, desde já, por sua colaboração ao participar da pesquisa.

05/06/2023, 20:11

PESQUISA SOBRE O TURISMO DE PESCA ESPORTIVA DESENVOLVIDO NO BAIXO RIO BRANCO, EM RORAIMA

*** Indica uma pergunta obrigatória****Identificação do Respondente**

1. Nome completo: *

2. E-mail: *

3. Cidade/Estado onde reside: *

4. Gênero: *

Marcar apenas uma oval.☐ Feminino☐ Masculino☐ Prefiro não dizer

5. Naturalidade: *

6. Idade: *

05/06/2023, 20:11

PESQUISA SOBRE O TURISMO DE PESCA ESPORTIVA DESENVOLVIDO NO BAIXO RIO BRANCO, EM RORAIMA

7. Nível de Escolaridade: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Ensino Básico
- ☐ Ensino Fundamental
- ☐ Ensino Médio
- ☐ Graduação
- ☐ Pós-Graduação

8. Profissão/ Ocupação: *

Questionário (Empresários)

9. Há quanto tempo seu empreendimento oferta pacotes de Turismo de Pesca Esportiva no estado de Roraima? *

10. Em quais rios você desenvolve suas atividades de Turismo de Pesca Esportiva em Roraima? *

11. Qual o período de duração de uma temporada de pesca esportiva em seu empreendimento? Ela ocorre em quais meses? *

12. Quantos empreendimentos desenvolvem, atualmente, a atividade de Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco? Quais são esses empreendimentos?

05/06/2023, 20:11

PESQUISA SOBRE O TURISMO DE PESCA ESPORTIVA DESENVOLVIDO NO BAIXO RIO BRANCO, EM RORAIMA

13. O que o motivou a investir no Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco-RR? *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Contribuir para a economia do município.
- ☐ Retorno financeiro.
- ☐ Facilidade de infraestrutura ofertada pelo município.
- ☐ Potencialidade turística do segmento.
- ☐ Aproveitamento de incentivos ofertados por entidades governamentais.
- ☐ Outro: _____

14. Quais destes serviços são ofertados em seus pacotes de Pesca Esportiva em Roraima?

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Alimentos & Bebidas
- ☐ Internet
- ☐ Material de Pesca
- ☐ Hospedagem
- ☐ Guias de Pesca
- ☐ Serviços de lavanderia
- ☐ Serviços de Telefonia
- ☐ Transportes
- ☐ Primeiros Socorros
- ☐ Outro: _____

05/06/2023, 20:11

PESQUISA SOBRE O TURISMO DE PESCA ESPORTIVA DESENVOLVIDO NO BAIXO RIO BRANCO, EM RORAIMA

15. Dos serviços ofertados em seus pacotes, quais são provenientes dos municípios *
de Caracará-RR e/ou Rorainópolis-RR?

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Alimentos & Bebidas
- ☐ Internet
- ☐ Material de Pesca
- ☐ Hospedagem
- ☐ Guias de Pesca
- ☐ Serviços de Lavanderia
- ☐ Serviços de Telefonia
- ☐ Transportes
- ☐ Primeiros Socorros
- ☐ Não há utilização de serviços provenientes de Caracará e/ou Rorainópolis.
- ☐ Outro: _____

16. Quais os tipos de empregos diretos são ofertados por seu empreendimento
durante a temporada de Pesca Esportiva? *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Gerentes
- ☐ Piloteiros (Guias de Pesca)
- ☐ Camareiros
- ☐ Garçons
- ☐ Catadores de Iscas
- ☐ Cozinheiros
- ☐ Intérpretes
- ☐ Agentes de viagens
- ☐ Outro: _____

05/06/2023, 20:11

PESQUISA SOBRE O TURISMO DE PESCA ESPORTIVA DESENVOLVIDO NO BAIXO RIO BRANCO, EM RORAIMA

17. Quais dos empregos ofertados por sua operação de pesca são ocupados por moradores dos municípios de Caracará/RR e/ou Rorainópolis/RR? *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Gerentes
- ☐ Piloteiros (Guias de Pesca)
- ☐ Camareiros
- ☐ Garçons
- ☐ Catadores de Iscas
- ☐ Cozinheiros
- ☐ Intérpretes
- ☐ Agentes de viagens
- ☐ Não há ocupação de vagas por moradores de Caracará e/ou Rorainópolis.
- ☐ Outro: _____

18. Quais critérios são utilizados para a seleção e contratação de pessoal? *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Capacitação profissional
- ☐ Conhecimento sobre técnicas de pesca
- ☐ Experiência na área
- ☐ Conhecimento sobre a região
- ☐ Outro: _____

05/06/2023, 20:11

PESQUISA SOBRE O TURISMO DE PESCA ESPORTIVA DESENVOLVIDO NO BAIXO RIO BRANCO, EM RORAIMA

19. Além dos empregos diretos, seu empreendimento gera renda no Baixo Rio Branco por meio de empregos indiretos e utilização de serviços terceirizados? *
Em caso afirmativo, quais são eles?

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Utilização de meios de hospedagem
- ☐ Aquisição de equipamentos de pesca
- ☐ Consumo de artesanato local
- ☐ Contratação de serviços de manutenção mecânica naval
- ☐ Locação de transportes
- ☐ Aquisição de alimentos e bebidas
- ☐ Contratação de serviços de consultoria
- ☐ Não utilizo serviços terceirizados
- ☐ Outro: _____

Perfil da Demanda Atendida

Qual o perfil majoritário dos turistas de pesca esportiva atendidos pelo seu empreendimento?

20. Nacionalidade: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Brasileiro
- ☐ Estrangeiro
- ☐ Misto (Brasileiro e Estrangeiro)

05/06/2023, 20:11

PESQUISA SOBRE O TURISMO DE PESCA ESPORTIVA DESENVOLVIDO NO BAIXO RIO BRANCO, EM RORAIMA

21. Idade: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 18 a 25 anos
- ☐ 26 a 35 anos
- ☐ 36 a 45 anos
- ☐ 46 a 55 anos
- ☐ 56 a 65 anos
- ☐ Acima de 70 anos

22. Como tomam conhecimento do empreendimento? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Indicação de amigos
- ☐ Pela Internet
- ☐ Revistas de Pesca Esportiva
- ☐ Televisão
- ☐ Operadores de Turismo
- ☐ Feiras e Congressos de Turismo
- ☐ Outro: _____

23. O que mais valorizam ao vivenciarem o turismo de pesca esportiva no Baixo Rio Branco?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Diversidade de espécies de peixes
- ☐ Conservação do Meio Ambiente
- ☐ Tranquilidade
- ☐ Contato com a cultura local
- ☐ Estrutura oferecida pelo turismo local
- ☐ Preço acessível
- ☐ Outro: _____

Aspectos Sociais

24. Em sua opinião, quais os impactos (negativos e/ou positivos) gerados pelo Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco-RR?

25. Em sua opinião, de que forma se dá a relação entre as comunidades locais e os operadores do Turismo de Pesca Esportiva? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Muito harmoniosa
- ☐ Harmoniosa
- ☐ Conflituosa
- ☐ Muito conflituosa
- ☐ Não possuo conhecimento sobre como se dá essa relação.

26. Em sua opinião, de que forma se dá a relação entre as comunidades locais e os pescadores profissionais? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Muito harmoniosa
- ☐ Harmoniosa
- ☐ Conflituosa
- ☐ Muito conflituosa
- ☐ Não possuo conhecimento sobre como se dá essa relação.

05/06/2023, 20:11

PESQUISA SOBRE O TURISMO DE PESCA ESPORTIVA DESENVOLVIDO NO BAIXO RIO BRANCO, EM RORAIMA

27. Em sua opinião, de que forma se dá a relação entre os operadores de Turismo de Pesca Esportiva e os pescadores profissionais?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Muito harmoniosa
- ☐ Harmoniosa
- ☐ Conflituosa
- ☐ Muito conflituosa
- ☐ Não possuo conhecimento sobre como se dá essa relação.

28. Você se sente inserido nas ações relativas à gestão dos recursos hídricos e pesqueiros utilizados pelo Turismo de Pesca Esportiva? Se sim, de que modo?

29. Em sua opinião, quais os maiores desafios sociais para a gestão dos recursos hídricos e pesqueiros no Baixo Rio Branco e o desenvolvimento sustentável do Turismo de Pesca Esportiva ofertado no Baixo Rio Branco-RR?

30. Se desejar, faça comentários e sugestões sobre o objeto de estudo desta pesquisa.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Apêndice C – Instrumento de Pesquisa (Questionário - Prefeituras)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO
MESTRADO EM TURISMO**

Prezado(a) Senhor(a) Gestor(a),

Estamos realizando um estudo acadêmico com o tema “Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco, em Roraima”, com o objetivo de analisar quais as condições necessárias para que o Turismo de Pesca Esportiva praticado no Baixo Rio Branco -RR contribua para o alcance dos ODS sociais, a partir dos indicadores da Mandala ODS, da Confederação Nacional de Municípios. Esta pesquisa faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso da discente Loren Caroline Ferreira Dinelli, sob a orientação da Profª. Dra. Kerlei Eniele Sonaglio, do Programa de Pós-Graduação em Turismo, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

Este instrumento de pesquisa consiste em adaptação dos critérios utilizados pela Mandala ODS para identificação do nível de atendimento do Turismo de Pesca Esportiva do Baixo Rio Branco, compreendido entre os municípios de Caracaraí e Rorainópolis, aos ODS sociais da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

Todas as informações são sigilosas e serão de uso exclusivo para a realização da pesquisa, da dissertação, dos relatórios ou artigos que dela resultarem.

Agradecemos, desde já, por sua colaboração ao participar da pesquisa.

O questionário deverá ser devolvido para a pesquisadora após o preenchimento.

Identificação do Respondente	
Nome:	
Cidade/Estado onde reside:	Tempo de residência:
Naturalidade:	Idade:
Órgão em que atua:	Tempo de atuação:
Caracterização do respondente em relação ao Turismo de Pesca no Baixo Rio Branco: ☐ Gestor público ☐ Operador de Turismo de Pesca Esportiva ☐ Turista ☐ Morador local (Residente do Baixo Rio Branco) ☐ Outro. Qual? 	

QUESTIONÁRIO - PREFEITURAS

1 – Em sua opinião, qual a maior motivação para que empresários invistam no Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco?

- () Contribuir para a economia do município.
 () Retorno financeiro.
 () Facilidade de infraestrutura ofertada pelo município.
 () Potencialidade turística do segmento.
 () Aproveitamento de incentivos ofertados por entidades governamentais.
 () Outros. Quais? _____

2 – Quantos empreendimentos desenvolvem, atualmente, a atividade de Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco? Quais são esses empreendimentos?

3 – Qual período de duração de uma temporada de pesca esportiva em seu município? Ela ocorre em quais meses?

4 – De acordo com seus conhecimentos quais destes serviços são ofertados pelos operadores nos pacotes de Pesca Esportiva?

- | | | |
|---|----------------------------|---------------------------|
| () Alimentos & Bebidas | () Hospedagem | () Serviços de Telefonia |
| () Internet | () Guias de Pesca | () Transportes |
| () Material de Pesca | () Serviços de lavanderia | () Primeiros Socorros |
| () Outros. Quais? _____ | | |
| () Não possui conhecimento sobre os pacotes ofertados. | | |

5 – Quais desses serviços e/ou produtos originários de seu município?

- | | | |
|--|----------------------------|---------------------------|
| () Alimentos & Bebidas | () Hospedagem | () Serviços de Telefonia |
| () Internet | () Guias de Pesca | () Transportes |
| () Material de Pesca | () Serviços de lavanderia | () Primeiros Socorros |
| () Outros. Quais? _____ | | |
| () Não possui conhecimento sobre a procedência dos recursos utilizados. | | |

6 - Em sua opinião, o que o turista mais valoriza ao vivenciar o turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco?

- | | |
|---------------------------------------|--------------------------------------|
| () Diversidade de espécies de peixes | () Contato com a cultural local |
| () Conservação do meio ambiente | () Estrutura oferecida pelo turismo |
| () Tranquilidade | () Preço acessível |
| () Outros. Quais? _____ | |

7 - Qual a média de arrecadação anual do Turismo de Pesca Esportiva para o seu município?

- | | |
|------------------------------------|--|
| () Até R\$ 50.000,00 | () De R\$ 251.000,00 a 300.000,00 |
| () De R\$ 51.000,00 a 100.000,00 | () Acima de R\$ 300.000,00 |
| () De R\$ 101.000,00 a 150.000,00 | () Não possui conhecimento sobre a arrecadação realizada. |
| () De R\$ 151.000,00 a 200.000,00 | |
| () De R\$ 201.000,00 a 250.000,00 | |

8 – Quais os tipos de empregos diretos são ofertados durante a temporada de Pesca Esportiva?

- ☐ Gerentes ☐ Catadores de iscas
☐ Piloteiros (Guias de Pesca) ☐ Cozinheiros
☐ Camareiros ☐ Intérpretes
☐ Garçons ☐ Agentes de viagens
☐ Outros. Quais? _____
☐ Não possuo conhecimento sobre os empregos gerados pela atividade de Turismo de Pesca Esportiva em meu município.

9 – Desses cargos, quais são ocupados por moradores do seu município durante a temporada de Pesca Esportiva?

- ☐ Gerentes ☐ Catadores de iscas
☐ Piloteiros (Guias de Pesca) ☐ Cozinheiros
☐ Camareiros ☐ Intérpretes
☐ Garçons ☐ Agentes de viagens
☐ Outros. Quais? _____
☐ Não possuo conhecimento sobre a procedência da mão-de-obra empregada pela atividade de Turismo de Pesca Esportiva em meu município.

10 – Além dos empregos diretos, o Turismo de Pesca Esportiva gera renda em seu município por meio de empregos indiretos e utilização de serviços terceirizados? Em caso afirmativo, quais são eles?

- ☐ Utilização de meios de hospedagem ☐ Locação de transportes
☐ Aquisição de equipamentos de pesca ☐ Aquisição de alimentos e bebidas
☐ Consumo de artesanato local ☐ Contratação de serviços de consultoria
☐ Contratação de serviços de manutenção mecânica naval
☐ Outros. Quais? _____
☐ Não possuo conhecimento sobre os empregos e serviços terceirizados utilizados pela atividade de Turismo de Pesca Esportiva em meu município.

11 – Em sua opinião, quais os impactos (negativos e/ou positivos) gerados pelo Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco-RR?

12 – Em sua opinião, de que forma se dá a relação entre as comunidades locais e os operadores do Turismo de Pesca Esportiva?

- ☐ Muito harmoniosa ☐ Harmoniosa ☐ Conflituosa ☐ Muito conflituosa
☐ Não possuo conhecimento sobre como se dá essa relação.

13 - Em sua opinião, de que forma se dá a relação entre as comunidades locais e os pescadores profissionais?

- ☐ Muito harmoniosa ☐ Harmoniosa ☐ Conflituosa ☐ Muito conflituosa
☐ Não possuo conhecimento sobre como se dá essa relação.

14 - Em sua opinião, de que forma se dá a relação entre os operadores de Turismo de Pesca Esportiva e os pescadores profissionais?

- ☐ Muito harmoniosa ☐ Harmoniosa ☐ Conflituosa ☐ Muito conflituosa
☐ Não possuo conhecimento sobre como se dá essa relação.

15 – Como você avalia a atual forma de gestão dos recursos pesqueiros utilizados pelo Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco?

() Excelente () Muito bom () Bom () Ruim () Muito ruim
() Desconheço o modo como o recurso é gerido.

16 – Você se sente inserido nas ações relativas à gestão dos recursos hídricos e pesqueiros utilizados pelo Turismo de Pesca Esportiva?

() Sim () Não

* Se sim, de que modo?

17 – Em sua opinião, quais os maiores desafios sociais para a gestão dos recursos hídricos e pesqueiros no Baixo Rio Branco e o desenvolvimento sustentável do Turismo de Pesca Esportiva ofertado no Baixo Rio Branco-RR?

Se desejar, faça comentários e sugestões sobre o objeto de estudo desta pesquisa.

Apêndice D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Comunidade Local, Empresários e Prefeituras)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO
MESTRADO EM TURISMO**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar da pesquisa **“Turismo de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco-RR e a mandala ODS: Desafios locais para o alcance dos objetivos sociais da Agenda 2030”** sob a responsabilidade da pesquisadora Loren Caroline Ferreira Dinelli, sob a orientação da Prof^a. Dra. Kerlei Eniele Sonaglio, do Programa de Pós-Graduação em Turismo, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e poderá sair da pesquisa sem nenhum prejuízo para você ou para a pesquisadora.

1. O objetivo deste estudo é: Analisar quais as condições necessárias para que o Turismo de Pesca Esportiva praticado no Baixo Rio Branco -RR contribua para o alcance dos ODS sociais, a partir dos indicadores da Mandala ODS, da Confederação Nacional de Municípios.

2. Sua participação nesta pesquisa será: Através de questionário.

3. O principal benefício relacionado com a sua participação será: O uso de informações precisas sobre o segmento de Turismo de Pesca Esportiva ofertado no Baixo Rio Branco.

4. O principal risco relacionado com a sua participação será: Não se aplica.

5. Serão incluídos nesta pesquisa: Informações prestadas nos questionários, sem que haja identificação nominal dos respondentes.

Todas as informações serão de uso exclusivo para a realização da pesquisa, da dissertação ou dos relatórios ou artigos que dela resultarem.

Você receberá uma via deste termo com o telefone e o endereço institucional dos pesquisadores principais e da instituição e poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Você poderá entrar em contato conosco, sempre que achar necessário, através do telefone da pesquisadora responsável, Loren Caroline Ferreira Dinelli, por meio do número (95) 98121-6982, caso tenha alguma dúvida.

O tratamento ético dos dados obedecerá à Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que determina diretrizes éticas específicas para as Ciências Humanas e Sociais, bem como às orientações práticas do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN e ao que dispõe a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que consiste na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

Pesquisadora

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, concordo em participar e autorizo o uso do meu nome nos trabalhos antes citados.

Participante da Pesquisa

Contato da pesquisadora: lorendinelli@gmail.com / (95) 98121-6982

Endereço da instituição:
Av. Sen. Salgado Filho, S/N, Campus Universitário, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP-59072-970.
Fone (84) 99193-6458 – secretariappgtur@gmail.com